

0,5.739



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 36

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 2 DE ABRIL DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS

DESTINADAS A APECIAÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 12 de abril:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprego da palavra «couros» em produtos industrializados e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 952-C-56 na Câmara e nº 11-64 no Senado, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 239-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 813-B-65 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 13 de abril:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-65 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei número 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.620-B-65 na Câmara e nº 275-65 no Senado, que modifica a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas;

Dia 14 de abril:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-24 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada «Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA» e que passa a denominar-se «Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. — SOTELCA»;

Dias 26 e 27 de abril:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.383-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o «Plano Nacional de Viação» estabelecido na Lei nº 4.592, de 29.12.64;

Dia 28 de abril:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Minas e Energia o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da «Usina Coaraci Nunes»;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira;

Dia 10 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dias 11 e 12 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior;

Dia 13 de maio:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e nº 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

Dia 24 de maio:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências;

Dia 25 de maio:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticos;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre a aplicação das verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais, e dá outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedr. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64, na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de maio do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para a apreciação, sem prejuízo da matéria para ela já programada, dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Ped. Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial (veto total);

— ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências (veto total).

Senado Federal, 1º de abril de 1966. — Auro Moura Andrade

SESSÃO CONJUNTA

Em 12 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 2.648-C-65 na Câmara e nº 267-65 no Senado, que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industrializados (veto parcial);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado (veto total);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 952-C-56 na Câmara e nº 11-64 no Senado, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal (veto parcial);
- 4 — ao Projeto nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 239-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966 (veto parcial);
- 5 — Projeto de Lei nº 813-63 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que concede isenção de impostos e taxas para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel e dá outras providências (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Art. 5º (totalidade).
2	2º	Totalidade do projeto.
3	3º	Art. 10 (totalidade).
4	4º	Parágrafo único do art. 10 (totalidade).
5	4º	Alínea "y-34" do art. 4º do inciso 4 — Poder Executivo — item 16 — Ministério da Viação e Obras Públicas.
6	5º	Totalidade do projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 13 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 3.204-C-61 na Câmara e nº 127-63 no Senado, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia (veto total);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 15-65 (C.N.), que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército (veto parcial);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 3.276-B-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);
- 4 — ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada, e dá outras providências (veto total);
- 5 — ao Projeto de Lei nº 2.620-B-65 na Câmara e nº 275-65 no Senado, que modifica a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do projeto.
2	2º	Art. 62.
3	3º	Art. 1º — redação dada à alínea "c" do art. 2º da Lei nº 4.725, de 13-7-1965;
4	3º	Art. 1º — redação dada ao § 2º do art. 2º da Lei nº 4.725, de 13-7-1965;
5	4º	Totalidade do projeto.
6	5º	Totalidade do projeto.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,	Semestre	Cr\$ 39-
Ano	Cr\$ 96	Ano	Cr\$ 76,
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 135,-	Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

SESSÃO CONJUNTA

Em 14 de abril de 1966, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

- 1 — ao Projeto de Lei nº 4.295-B-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências (veto parcial);
- 2 — ao Projeto de Lei nº 3.273-B-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias (veto parcial);
- 3 — ao Projeto de Lei nº 3.346-B-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivos da Lei nº 3.119, de 31-3-1957, que autorizou a União a constituir uma sociedade por ações, denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari" (SOTELGA) e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S. A. (SOTELGA)" (veto parcial).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Art. 4º inciso I;
2	1º	Art. 22;
3	1º	Art. 24 (caput);
4	2º	Art. 9º;
5	2º	Art. 11 e seu parágrafo;
6	3º	Parágrafo único do art. 8º;
7	3º	Parágrafo único do art. 4º.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1966

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato-escritura de compra e venda celebrado, em 23 de novembro de 1949, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e Barth Annonni & Cia. Ltda.

É declarado sem efeito o ato de promulgação do Decreto Legislativo nº 2, de 1966, publicado no Diário do Congresso Nacional e no Diário Oficial de 23 e de 24 do corrente, respectivamente.

Senado Federal, 30 de março de 1966. — Camillo Nogueira da Gama
Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência.

Publicado no D.C.N. de 31.3.65
Republicado por ter saído com incorreções.

ATA DA 25ª SESSÃO,
EM 1º DE ABRIL DE 19664ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS.: GILBERTO MARINHO E GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Catete Pinheiro
Menezes Pimentel
Domicio Gondim
Ermírio de Moraes
Heribaldo Vieira
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Miguel Couto
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
José Feliciano
Atílio Fontana
Guido Mondin
Gay da Fonseca

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
16 Srs. Senadores. Havendo número
legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,
que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o se-
guinte

EXPEDIENTE

Mensagem nº 46, de 1966

(Nº DE ORIGEM: 123, DE 1966)

Excelentíssimo Senhor Presidente
do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a
Vossa Excelência que, no uso das
atribuições que me conferem os ar-
tigos 70, parágrafo 1º, e 87, II, da
Constituição Federal, resolvi negar
sanção ao Projeto de Lei da Câmara
nº 2.257-E-64 (no Senado nº 112-65),
que autoriza o Poder Executivo a doar
à Associação Rural Pedro Leopoldo
terreno situado na Fazenda Regional
de Criação, Município de Pedro Leo-
poldo, Estado de Minas Gerais, por
considerá-lo contrário ao interesse
público, em face das razões que passo
a expor.

Do exame do projeto ficou bem
clara a inconveniência de se cogitar
de doação de parcela dos terrenos
que compõem a denominada "Fazenda
Regional de Criação" em Pedro Leo-
poldo, por se tratar de terrenos
já não incorporados ao patrimônio
da União.

Por outro lado a área que se pre-
tende ceder à Associação Rural de

Pedro Leopoldo, Minas Gerais, é par-
te de fazenda experimental mantida
pelo Ministério da Agricultura e na
qual se vêm realizando trabalhos de
pesquisa pecuária, do maior interesse
para a região. O seu desmembramen-
to poderia acarretar transtornos e
retardamento no programa de desen-
volvimento dos rebanhos da área.

São estas as razões que me levaram
a negar sanção ao projeto em causa,
as quais ora submeto à elevada apre-
ciação dos Senhores Membros do
Congresso Nacional.

Brasília, em 30 de março de 1966.

— H. Castello Branco.

PROJETO VETADO

*Autoriza o Poder Executivo a doar à
Associação Rural Pedro Leopoldo
terreno situado na Fazenda Regional
de Criação, Município de Pedro
Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo, atra-
vés do Ministério da Agricultura, au-
torizado a doar à Associação Rural
de Pedro Leopoldo um terreno: com
área de 72.600 m² (setenta e dois
mil e seiscentos metros quadrados),
situado na Fazenda Regional de Cria-
ção, Município de Pedro Leopoldo, Es-
tado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O terreno, de que
trata este artigo, se destinará à cons-
trução do Parque de Exposições Agro-
pecuária e Industrial, da Associação
Rural de Pedro Leopoldo, e, no caso
em que esta deixar de existir, ou
de ser dada a tal imóvel finalidade
diversa da acima prevista, o mesmo
reverterá ao patrimônio do Ministério
da Agricultura, independentemente
de qualquer indenização pelas ben-
feitorias nele construídas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor
na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições
em contrário.

A Comissão Mista incumbida
de relatar o veto presidencial.

Mensagem nº 47, de 1966

(Nº DE ORIGEM: 124, DE 1966)

Excelentíssimo Senhor Presidente do
Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vos-
sa Excelência que, no uso das atri-
buições que me conferem os artigos 70,
§ 1º e 87, II, da Constituição Federal,
resolvi negar sanção ao Projeto de
Lei na Câmara nº 2.467-B-64 (no
Senado nº 75-63), que altera a reda-
ção do art. 35 do Decreto-lei núme-
ro 3.199, de 14 de abril de 1941, que
estabelece bases de organização dos
desportos em todo o País, e dá outras
providências, por considerá-lo con-
trário ao interesse público, em face
das razões que passo a expor:

A alteração que o Projeto pretende
introduzir na redação do art. 35, do
Decreto-lei nº 3.199, objetiva, prin-
cipalmente, retirar do árbitro da com-
petição a faculdade que lhe é exclu-

siva, pelas leis desportivas, universal-
mente adotadas, de autorizar, ou não,
a entrada em campo do médico de
uma das equipes em disputa, para o
fim de prestar socorros ao atleta even-
tualmente acidentado no decorrer do
jogo.

A disciplina desportiva está subor-
dinada a um direito universal que es-
tabelece princípios, meios e fins acei-
tos por todos os povos. Essa estrutura
única é o que permite a realização
de competições internacionais, promo-
vendo a aproximação dos povos pela
força poderosa dos desportos, não po-
dendo o Brasil constituir-se em exce-
ção.

Na observância das regras e regu-
lamentos do desporto reside toda a
moralidade desportiva, que é rigida-
mente salvaguardada em normas dis-
ciplinares expressas, de aplicação
mundial. Nos códigos disciplinares na-
cionais não de ser inscritas aquelas
disposições garantidoras da discipli-
na, cujo cumprimento é imposto por
órgãos jurisdicionais bem estrutura-
dos, orientados e, até mesmo, fiscali-
zados por organismos centrais de di-
reção universal.

Mantém o Conselho Nacional de
Desportos — entidade máxima, no
Brasil, de inúmeras modalidades des-
portivas, inclusive o futebol — filia-
ção com a Federação Internacional de
Football Association (FIFA), da qual
emanam as regras de futebol, de apli-
cação universal, com as alterações in-
troduzidas pela International Board
seu órgão supremo, em matéria de re-
gras do jogo.

Segundo a "Regra V" da "Football
Association", impõe ao árbitro das
partidas o dever de:

e) Não permitir que entre no
campo, sem sua ordem, qualquer outra
pessoa, além dos jogadores e fiscais
de linha.

f) Parar o jogo se, na sua opinião,
um jogador estiver seriamente aciden-
tado e fazer com que o mesmo seja
removido o mais breve possível para
fora do campo e, imediatamente, rei-
nciar o jogo. Se um jogador estiver
levemente machucado, a partida não
será interrompida até que a bola es-
teja fora de jogo. O jogador que es-
tiver em condições de chegar à linha
lateral ou de fundo, para receber cura-
tivos, porventura necessários, não de-
verá ser atendido dentro de campo.

Vê-se, portanto, que a regra inter-
nacional, a que está sujeito o despor-
to brasileiro, por força de suas vin-
culações exteriores, é peremptória,
quando não admite a entrada, no cam-
po da competição, de qualquer outra
pessoa, afora as que taxativamente
enumera, até mesmo a autoridade en-
carregada do policiamento, sem a per-
missão do árbitro. Dai por que sua
violação, no mundo inteiro, consti-
tuiu, sem exceção, infração disciplinar,
princípio que, por razões óbvias, não
poderia deixar de ser adotado no
Brasil.

Ademais, informam as citadas nor-
mas proibitivas elevados motivos de
ordem moral e pedagógica, pois vi-
sam elas coibir as manobras maicio-
sas e desleais dos atletas mal inspi-
rados que, simulando contusões, pre-
tendem obter vantagens técnicas e tá-
ticas indevidas, em detrimento do
adversário, seja procurando arrefecer-
lhe o ânimo competitivo, interrompen-

do as jogadas, seja tentando reduzir
o tempo útil de jogo, para assegurar
a vitória difícil, seja ainda, objetivan-
do receber instruções não permitidas
de seus treinadores. Há de se levar
em conta, também, que as contusões
simuladas empanam a beleza do es-
petáculo, tumultuando a competição,
em prejuízo do interesse maior do pú-
blico que, mediante para, comparece
aos estádios.

E' preciso que se destaque que a lei
desportiva, privada ou pública, não
proíbe o médico de exercer sua pro-
fissão dentro do campo. Apenas exi-
ge, pelas razões já expostas, que sua
interferência profissional se dê sob a
prévia autorização dos árbitros da
partida, cujo bom senso, convém lem-
brar, jamais permitiu se negassem os
necessários socorros aos atletas real-
mente contundidos.

São estas as razões que me levaram
a negar sanção ao projeto em causa,
as quais ora submeto à elevada apre-
ciação dos Senhores Membros do Con-
gresso Nacional.

Brasília, em 30 de março de 1966.

— H. Castello Branco.

PROJETO VETADO

*Altera a redação do art. 35 do De-
creto-lei nº 3.199, de 14 de abril
de 1941, que estabelece as bases de
organização dos desportos em todo
o País, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 35 do Decreto-lei
nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que
estabelece as bases de organização dos
desportos em todo o País, passa a vi-
gorar com a seguinte redação:

"Art. 35. Só poderão entrar
ou permanecer no local da rea-
lização de competição esportiva,
enquanto esta durar, o árbitro,
os fiscais de linha, os jogadores
e os médicos das entidades espor-
tivas participantes, estes para
atenderem a atletas acidentados
do seu clube.

§ 1º Acidentado o atleta, o ár-
bitro suspenderá a competição e
chamará imediatamente, o médi-
co do clube a que ele pertencer,
a fim de atendê-lo.

§ 2º O médico poderá chamar,
se necessário, o enfermeiro e o
massagista do clube a que pertencer,
para ajudá-lo.

§ 3º Durante o exame, que de-
verá ser presenciado pelo árbitro,
será proibida a transmissão de
qualquer instruções técnicas ao
atleta acidentado.

§ 4º Ocorrendo qualquer per-
turbação da ordem, a polícia in-
tervirá, quando solicitada pelo
Juiz ou outra autoridade dirigen-
te da competição."

Art. 2º O não cumprimento do dis-
posto nesta lei, importará na apli-
cação aos infratores, pela entidade
competente, de multa de Cr\$ 10.000
(dez mil cruzeiros) a Cr\$ 50.000 (cin-
quenta mil cruzeiros) ou suspensão de
30 (trinta) a 200 (duzentos) dias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na
data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições
em contrário.

A Comissão Mista incumbida de
relatar o veto presidencial.

Mensagens do Presidente da Repúbli-
ca, de 29 de março (agradecimen-
tos):

I — de comunicação do pronuncia-
mento do Senado sobre a escolha do

Sr. Henoch da Silva Reis para Ministro do Tribunal Federal de Recursos:

Nº 41-66 (nº de origem 103-66);
II — de remessa do Parecer proferido pela Comissão Especial constituída para efetuar o levantamento da produção mineral do País e estudar as medidas capazes de possibilitar a sua industrialização;

Nº 42-66 (nº de origem 109-66);
III — de remessa de autôgrafos de Decretos Legislativos promulgados:

Nº 43-66 (nº de origem 110-66), com referência ao Decreto Legislativo número 3-66;

Nº 44-66 (nº de origem 111-66), com referência ao Decreto Legislativo número 4-66;

Nº 45-66 (nº de origem 112-66), com referência ao Decreto Legislativo número 5-66.

OFÍCIOS do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados enviando à revisão do Senado as seguintes proposições:

Projeto de Decreto Legislativo Nº 10, de 1966

(Nº 29-A/59, NA CÂMARA)

Determina o registro de contrato relativo à escritura de compra e venda de terrenos e benfeitorias, situados na Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, entre Verônica Carlini e outros e a União Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica determinado o registro, pelo Tribunal de Contas, do contrato relativo à escritura de compra e venda de terrenos e benfeitorias situados na Cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, entre Verônica Carlini e outros, como outorgantes vendedores, e a União Federal, como outorgada compradora.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 11, de 1966

(Nº 79-A/61, NA CÂMARA)

Mantém ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e o Sr. Ezio Biondi, para desempenhar a função de Técnico de Radar na Diretoria de Eletrônica da Marinha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 30 de julho de 1964, denegatório de registro a termo aditivo a contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e o Sr. Ezio Biondi, para desempenhar a função de Técnico de Radar na Diretoria de Eletrônica da Marinha.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 12, de 1966

(Nº 166-A/59, NA CÂMARA)

Determina o registro pelo Tribunal de Contas de contrato, celebrado em 6 de dezembro de 1952, para a irrigação de terras na Fazenda "Gameleira", Município de Igatu, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. O Tribunal de Contas registrará o termo de contrato

de cooperação, celebrado em 6 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e Antônio Adil Mendonça e sua mulher, João Coelho Lima Verde e sua mulher, José Bezerra Pinheiro e sua mulher, Jairo Jacá e sua mulher, Maria Eunice Lima Verde Rocha e Maria Luiza Lima Verde Rocha, para a irrigação de terras na Fazenda "Gameleira". Município de Igatu, Estado do Ceará.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 13, de 1966

(Nº 167-A-59, NA CÂMARA)

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de 31 de dezembro de 1950, firmado entre a União e o Instituto de Assuntos Interamericanos.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É determinado, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de 31 de dezembro de 1950, que prorrogou os termos de contrato celebrado em 17 de julho de 1942 ampliado pelo contrato relativo ao saneamento do Vale do Rio Doce, em 10 de fevereiro de 1943, renovado em 25 de novembro de 1943, conforme aprovação contida no Decreto-Lei nº 6.260, de 11 de fevereiro de 1944, modificado pelo Decreto-Lei nº 7.064, de 22 de novembro de 1944, e prorrogado nas seguintes datas: 14 de janeiro de 1949, 1º de setembro de 1945 e 31 de janeiro de 1950, sendo partes o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Instituto de Assuntos Interamericanos.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 14, de 1966

(Nº 247-A/66, NA CÂMARA)

Mantém ato do Tribunal de Contas da União, de registro da despesa de Cr\$ 130.000, em favor da firma Estabelecimentos Gráficos Iguaçu Ltda., proveniente de serviços de impressão prestados ao Ministério da Educação e Cultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato, de 10 de setembro de 1965, do Tribunal de Contas, de registro da despesa de Cr\$ 130.000, em favor da firma Estabelecimentos Gráficos Iguaçu Ltda., proveniente de serviços de impressão prestados ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 15, de 1966

(Nº 249-A/66, NA CÂMARA)

Mantém ato do Tribunal de Contas de registro do pagamento de pensão militar a Jurema Azevedo de Oliveira e outras, netas do 1º Tenente reformado da Armada Amélio Azevedo Marques.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica mantido o ato de 5 de junho de 1965 de registro do pagamento de pensão militar a Jurema Azevedo de Oliveira e outras, netas do 1º Tenente reformado da Armada Amélio Azevedo Marques.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 16, de 1966

(Nº 244-A/66, NA CÂMARA)

Reforma a decisão denegatória do Tribunal de Contas a registro do contrato celebrado entre a Fazenda Nacional e o Banco Mercantil de Minas Gerais S.A., para locação do imóvel onde funciona a Delegacia Regional do Imposto de Renda de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reformada a decisão do Tribunal de Contas, de 8 de dezembro de 1964, referente à locação do imóvel onde funciona a Delegacia Regional do Imposto de Renda de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, para o efeito de se registrar o contrato celebrado entre a Fazenda Nacional e o Banco Mercantil de Minas Gerais S.A., formalizado em 5 de dezembro de 1957.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 17, de 1966

(Nº 245-A/66, NA CÂMARA)

Aprova a intervenção federal no Estado de Alagoas, conforme o Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a intervenção federal no Estado de Alagoas, na conformidade do Decreto nº 57.623, de 13 de janeiro de 1966.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Decreto Legislativo Nº 18, de 1966

(Nº 241-A/66, NA CÂMARA)

Aprova o Acordo de Cooperação para Usos Cíveis da Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo de Cooperação para Usos Cíveis da Energia Atômica entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil, assinado em Washington, em 8 de julho de 1965.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Relações Exteriores, da Saúde e de Segurança Nacional.

Ofícios do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, de 30 de março (comunicação do pronunciamento daquela Casa sobre proposições do Senado).

Nº 437, com referência à emenda do Senado ao Projeto de Lei que fixa normas para incorporação da Escola

Nacional de Florestas à Universidade do Paraná (aprovação);

Nº 477, com referência às emendas do Senado ao Projeto de Lei que altera o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, criado pela Lei nº 4.279, de 4-11-1953. (aprovação).

Aviso nº 35-66, de 25 de março, do Ministro da Indústria e do Comércio nos seguintes termos:

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Aviso nº 35-66.

Brasília, DF, em 23 de março de 1966.

Senhor Primeiro Secretário,

Em referência ao seu Ofício número 491, datado de 14 de março corrente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em atendimento à legislação vigente, comparecerei perante essa Casa do Congresso Nacional, no dia 12 de abril próximo, terça-feira, às 15 horas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. — Paulo Egydio Martins.

Ofício nº 2-66 (CMN), de 30 de março, do Presidente do Conselho Monetário Nacional, com o seguinte:

Rio de Janeiro, 30 de março de 1966.

Senhor Presidente,

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, compete ao Conselho Monetário Nacional, nos termos do § 6º do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de março de cada ano, um relatório sobre como evoluiu a situação monetária e creditícia do país no ano anterior, com descrição minudente das providências tomadas para se atingirem os objetivos fixados por aquela diploma legal e ampla justificação das emissões que se hajam feito para atender às atividades produtoras.

2. É com o maior prazer que encaminhamos a Vossa Excelência o primeiro Relatório do Conselho Monetário Nacional, por onde os Senhores Congressistas poderão verificar inúmeras providências que este Conselho tomou no decorrer de 1965 sobre a política monetária e creditícia que adotou bem como suas repercussões sobre os diversos setores da economia brasileira e os inúmeros objetivos alcançados.

3. Ao cumprir este imperativo legal deseja este Conselho expressar a Vossa Excelência e aos demais membros do Congresso Nacional seu reconhecimento pela decisiva colaboração que vem recebendo do Poder Legislativo, seja através da votação das indispensáveis Leis que se lhe solicitam, seja pelo apoio pessoal dos Senhores Senadores e Deputados, de suas bancadas e respectivas lideranças.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a Vossa Excelência nossos protestos de estima e consideração. — Octávio Gouveia de Bulhões, Presidente.

PARECERES

Pareceres nº 207, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1965 (nº 1.035-B-65 na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 29.441.000.000 (vinte e nove bilhões quatrocentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), para atender às despesas que especifica.

(Relator: Sr. Manoel Villaga)

O Projeto em exame tem por objetivo específico autorizar o Poder Exe-

culivo a abrir crédito especial, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, em favor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, destinado ao atendimento de despesas decorrentes da execução das Leis números 3.957, de 5 de outubro de 1961, e 4.069, de 11 de junho de 1962, e bem assim à suplementação dos recursos daquela autarquia na execução do Plano Trienal 1963-65, inclusive indenização ao DNER, nas rodovias que especifica.

Resultou o presente Projeto das Mensagens ns. 2.297 e 2.293, de 13 de setembro de 1963, do Sr. Presidente da República, as quais se acham devidamente acompanhadas de Exposição de Motivos do Titular do Ministério Interessado, onde nos são dadas as razões que determinaram e justificam a adoção da medida pleiteada.

A matéria mereceu o acolhimento das Comissões Técnicas a que foi submetida na Câmara, sendo aprovada naquela Casa do Congresso na forma do Substitutivo da Comissão de Orçamento.

Tratando-se de uma situação de fato, e tendo sido observados os requisitos legais, somos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Manoel Villaga, Relator. — Victorino Freire. — Bezerra Neto. — Wilson Gonçalves. — Meneses Pimentel. — Atilio Fontana. — Pessoa de Queiroz.

Pareceres ns. 208, 209 e 210, de 1966

PARECER Nº 208, DE 1966

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei da Câmara número 320, de 1965 (nº 2.519-C-65 na Câmara), que estende aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Relator: Sr. Vivaldo Lima

De autoria do ilustre Deputado Adylio Vianna, o presente projeto determina a aplicação do direito a férias, previsto no Capítulo IV, Seção I, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, aos trabalhadores avulsos, "entendidos como tais os estivadores, conferentes e consertadores de carga e descarga, vigias portuários, arrumadores e ensacadores de sal, de café e de cacau" (art. 1º).

O art. 2º estabelece a fixação, pela Comissão da Marinha Mercante, de uma sobretaxa, a ser cobrada nas operações portuárias e entregue aos sindicatos das respectivas categorias profissionais para efetuarem o pagamento das férias.

2. O Autor do projeto, em sua justificativa, diz que a Constituição, ao inserir as "férias anuais remuneradas" entre os preceitos a serem obedecidos pela legislação do trabalho, com vistas à melhoria da condição de vida dos trabalhadores, não fez qualquer distinção, destinando-se a todos, mas que a Consolidação das Leis do Trabalho, no entanto, ao disciplinar a matéria, omitiu os trabalhadores avulsos. Esclarece, ainda, que a Comissão da Marinha Mercante, objetivando uma solução prática para o assunto, baixou várias Resoluções estabelecendo a cobrança de determinadas taxas para a cobertura do "quantum" financeiro indispensável à concessão das férias aos trabalhadores avulsos. Essa cobrança, entretanto, segundo afirma o Autor, foi declarada ilegal pelo Tribunal Federal de Recursos, por não terem os "conferentes e consertadores de carga e descarga, como trabalhadores avulsos que são, direito a férias."

3. Realmente, assiste razão ao Autor da proposição. O disposto em nossa Carta Magna destina-se a todos os cidadãos, a todos os trabalhadores brasileiros, especialmente o estabelecido no art. 157, que diz respeito à legislação do trabalho e previdência social. A regulamentação deve prever as diversas hipóteses e procurar um meio de atendê-las. Assim, urge que os trabalhadores avulsos, também tenham assegurado o seu direito a "férias anuais remuneradas", como acontece em relação aos demais, atendendo-se, dessa forma, o princípio de que "todos são iguais perante a lei", consagrado no art. 141, § 1º, da Constituição.

4. Entende-se por "férias" "o período de descanso remunerado concedido pelo empregador ao empregado para que se recupere física e psicologicamente das fadigas do trabalho e se reabilite para produzir eficientemente" — Consolidação das Leis do Trabalho Interpretada, A. Caldas Brandão, pág. nº 145.

A Consolidação das Leis do Trabalho, disciplinando a matéria, exige, para a concessão das férias ao empregado, que haja decorrido o período aquisitivo de doze meses de trabalho, prestado ao mesmo empregador, por quem serão pagas. Note-se, entretanto, que o referido diploma legal é anterior à Constituição de 1946.

O Brasil assinou e ratificou a Convenção nº 52, celebrada em Genebra em 1936, "relativa às férias remuneradas", pela qual ficou estabelecido a sua aplicação a "tódas" "as pessoas empregadas nas empresas e estabelecimentos", que especifica em seu art. 1º. Ficou, ainda, esclarecido, pelo art. 2º da mesma Convenção, que o trabalhador terá direito a férias "depois de um ano de serviço contínuo." O art. 7º obriga os empregadores a inscrever em um registro as datas em que os empregados começaram a trabalhar, as datas em que entraram em férias e "a remuneração percebida por cada empregado durante o período de férias anuais."

Outras Convenções foram assinadas e ratificadas pelo Brasil, entre as quais a de nº 91, de 1946 (Genebra), sobre as "férias remuneradas dos marítimos", que reconhece o direito a férias após "doze meses de serviço ininterrupto" (art. 3º).

Há, assim, uma constante em todas as Convenções e na legislação nacional disciplinadora da matéria: as férias são pagas "pelos empregadores" como justo prêmio aos que trabalham e produzem "durante um ano ininterrupto." O Instituto das férias possui, pela sua natureza, as suas bases fundadas em razões de ordem biológica, constituindo uma verdadeira higiene mental destinada a recompor as energias despendidas pelos trabalhadores durante o período de um ano ininterrupto.

5. "Trabalhador avulso" é o que presta serviços a diversas empresas ou empregadores, agrupado ou não em Sindicato. Muito embora o seu serviço seja a diversos empregadores, trabalha, às vezes, ininterruptamente, durante anos a fio. Como, então, é possível negar-se a essa categoria o direito a férias. É o que acontece, no entanto, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho vincula o direito a férias remuneradas à concessão de serviços ao mesmo empregador, a existência de um contrato de trabalho permanente. Evidentemente, esse não foi o intuito da Constituição, nem é o mais lógico. Urge, assim, adotar-se um novo critério, que atenda aos justos anseios dessa classe.

6. O projeto, como se encontra, não dá a solução correta para o caso. O seu art. 2º "delega poderes" à Comissão da Marinha Mercante para "fixar sobretaxas", o que é vedado pelo § 2º

do art. 36 da Constituição. Refere-se, ainda, ao "Capítulo IV, da Seção I, da Consolidação das Leis do Trabalho", sem mencionar a que Título pertence tal Capítulo. Não aplica, ainda, as outras disposições relativas às férias. A redação do art. 1º, por outro lado, restringe o que seja "trabalhador avulso" aos estivadores, conferentes etc., uma vez que usa a expressão "entendidos como tais."

A solução, no caso, a nosso ver, seria a de reconhecer o direito a férias remuneradas aos trabalhadores avulsos, aos quais seria aplicada, no que coubesse, a Consolidação das Leis do Trabalho. Os empregadores, ao efetuarem o pagamento das horas ou dias de trabalho ao trabalhador avulso, acresceriam o seu salário de uma importância correspondente às férias — percentual que seria estabelecido pelo Poder Executivo, levando em conta a relação existente entre os dias de trabalho e os de férias. Os Sindicatos representativos da classe ficariam agindo como intermediários; receberiam o "quantum" relativo às férias dos empregadores, e as pagariam aos trabalhadores, sindicalizados ou não, assim que eles preenchessem as condições, legais e regulamentadoras, aquisitivas dessa direito. Na falta do Sindicato próprio, essa função seria exercida pelas instituições previdenciárias correspondentes.

Só se alteraria a sistemática da legislação vigente em um ponto: a exigência de que o serviço ininterrupto seja prestado "a um só empregador." Não há, nesse fato, qualquer injuridicidade, ao contrário, há melhor adaptação da lei ao preceito constitucional que rege o assunto. Assim, com o objetivo de fazer justiça à classe dos trabalhadores avulsos, que também necessitam ter o seu repouso físico e mental após um ano de trabalho, é que apresentamos um substitutivo integral ao projeto, dentro da linha de raciocínio acima expandida.

7. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social opina pela aprovação do projeto, na forma da seguinte:

EMENDA Nº 1 — CLS (SUBSTITUTIVA)

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Reconhece aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É reconhecido aos trabalhadores avulsos, inclusive aos estivadores, conferentes e consertadores de carga e descarga, vigias portuários, arrumadores e ensacadores de café e de cacau, o direito a férias anuais remuneradas, aplicando-se aos mesmos, no que couber, as disposições constantes das Seções I a V, do Capítulo IV, do Título II, arts. 130 a 147, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 2º As férias serão pagas pelos empregadores, que adicionarão, ao salário normal do trabalhador avulso, uma importância destinada a esse fim.

Art. 3º Os Sindicatos representativos das respectivas categorias profissionais agirão como intermediários, recebendo as importâncias correspondentes às férias, fiscalizando o preenchimento das condições, legais e regulamentares, aquisitivas do direito, e efetuando o pagamento das férias aos trabalhadores, sindicalizados ou não, que fizerem jus a elas.

Parágrafo único. Nos locais onde não existirem Sindicatos representativos da classe, essa função intermediária caberá às instituições previdenciárias da categoria respectiva.

Art. 4º O Poder Executivo, dentro de sessenta (60) dias, regulamentará a presente lei, fixando o "quantum" percentual a ser acrescido ao salário

para o pagamento das férias, que deverá ter em vista a relação existente entre o número de dias e horas trabalhados e os referentes às férias, e estabelecendo a importância a ser recebida pelos Sindicatos para atender às necessárias despesas de administração.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 8 de fevereiro de 1966. — Heribaldo Vieira, Presidente. — Vivaldo Lima, Relator. — Atilio Fontana. — Aarão Steinbruch. — José Guimard. — José Leite.

PARECER Nº 209, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1965 (nº 2.519-C-65, na Câmara), que estende aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Relator: Sr. Senador Bezerra Neto

É de iniciativa do operoso Deputado Adylio Vianna este projeto de lei, que teve emendas na Câmara, mas que respeitaram a essência e a forma da proposição. É de justiça estender-se o direito de férias aos trabalhadores avulsos, entendidos como tais os estivadores, conferentes, consertadores de carga e descarga, vigias portuários, arrumadores, e ensacadores de sal, de café e de cacau.

2. A Comissão de Legislação Social, do Senado elaborou emenda substitutiva, mas ela não alterando, no mérito o projeto, tem o poder de, aprovada no plenário, retardar a finalização de matéria, fazendo-a voltar à Câmara.

Somos pela aprovação do projeto, e assim rejeição da emenda.

É o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 16 de março de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Afonso Azeiteiro. — Jefferson de Aguiar. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves.

PARECER Nº 210, DE 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1965 (nº 2.519-C-65 na Câmara), que estende aos trabalhadores avulsos o direito a férias.

Relator: Sr. Bezerra Neto

O presente projeto, apresentado pelo ilustre Deputado Adylio Vianna, estabelece a extensão do direito a férias anuais aos trabalhadores avulsos, "entendidos como tais os estivadores, conferentes e consertadores de carga e descarga, vigias portuários, arrumadores e ensacadores de sal, de café e de cacau" (art. 1º).

Pelo art. 2º do projeto, são delegados poderes à Comissão da Marinha Mercante para fixar uma sobretaxa, a ser cobrada nas operações portuárias e entregue aos sindicatos das respectivas categorias profissionais para efetuarem o pagamento das férias.

2. Justificando a proposição, o Autor do projeto ressalta que o direito a férias, consagrado na Constituição, deve compreender todos os trabalhadores, mas que a Consolidação das Leis do Trabalho omitiu os trabalhadores avulsos. Esclarece, ainda, que tal fato vinha sendo contornado pela Comissão da Marinha Mercante, através de várias Portarias estabelecendo a cobrança de taxas destinadas a cobertura do "quantum" necessário ao pagamento das férias, o que, entretanto, foi declarado ilegal pelo Tribunal Federal de Recursos, face à atual legislação.

3. A Comissão de Legislação Social, examinando o mérito da matéria esclarece que:

"O projeto, como se encontra, não dá a solução correta para o caso. O seu art. 2º 'delega poderes' à Comissão da Marinha Mercante para 'fixar sobretaxas', o que é vedado pelo § 2º do art. 53 da Constituição.

Refere-se, ainda, ao 'Capítulo IV, da Seção I, da Consolidação das Leis do Trabalho', sem mencionar a que Título pertence tal Capítulo. Não aplica, ainda, as outras disposições relativas às férias. A redação do art. 1º, por outro lado, restringe o que seja 'trabalhador avulso' aos estivadores, conferentes etc., uma vez que usa a expressão 'entendidos como tais.'"

4. Entendendo, no entanto, de justiça a pretensão dos trabalhadores avulsos e, portanto, necessária a adoção de novo critério, que atenda aos anseios da classe e regule o assunto de maneira correta e equitativa, o ilustre Relator da matéria na Comissão de Legislação Social, Senador Valdo Lima, em seu judicioso estudo, manifesta-se no sentido de que:

"A solução, no caso, a nosso ver, seria a de reconhecer o direito a férias remuneradas aos trabalhadores avulsos, aos quais seria aplicada, no que coubesse, a Consolidação das Leis do Trabalho. Os empregadores, ao efetuarem o pagamento das horas ou dias de trabalho ao trabalhador avulso, acrescentariam o seu salário de uma importância correspondente às férias percentual que seria estabelecido pelo Poder Executivo, levando em conta a relação existente entre os dias de trabalho e os de férias. Os Sindicatos representativos da classe ficariam agindo como intermediários: receberiam o 'quantum' relativo às férias dos empregadores, e as pagariam aos trabalhadores, sindicalizados ou não, assim que eles preenchessem as condições, legais e regulamentares, aquisitivas desse direito. Na falta do Sindicato próprio, essa função seria exercida pelas Instituições previdenciárias correspondentes.

Só se alteraria a sistemática da legislação vigente em um ponto: a exigência de que o serviço interrompido seja prestado 'a um só empregador.' Não há nesse fato, qualquer injuridicidade, ao contrário, há melhor adaptação da lei ao preceito constitucional que rege o assunto. Assim, com o objetivo de fazer justiça à classe dos trabalhadores avulsos, que também necessitam ter o seu repouso físico e mental após um ano de trabalho, é que apresentamos um substitutivo integral ao projeto, dentro da linha de raciocínio acima expendida."

Assim, com o objetivo de corrigir as falhas, lacunas e imperfeições técnicas existentes no projeto, a Comissão de Legislação Social aprovou a Emenda Substitutiva apresentada, alterando a matéria em seu mérito e dando a solução jurídica que julgou cabível ao caso.

5. A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, ouvida a respeito, opinou favoravelmente ao projeto, como se encontra, e pela rejeição da emenda, com fundamento no fato de que, se ela fosse aprovada no plenário, teria o poder de 'retardar a finalização da matéria, fazendo-a voltar à Câmara.'"

6. A cobrança de uma sobretaxa direta sobre as operações portuárias — a ser fixada pela Comissão da Marinha Mercante —, acrescida, no total, em mais de 1% para despesas de Ad-

ministração, conforme propõe o projeto, parece-nos desaconselhável, uma vez que importaria numa elevação dos preços dos produtos, onerando, evidentemente, o público consumidor, o qual, em última análise, estaria arcando com o ônus das férias do trabalhador avulso, quando a lei diz competir tal obrigação ao empregador. A forma usada pela Emenda da Comissão de Legislação Social está mais consentânea com esse fato, ao estabelecer que as férias desses trabalhadores serão pagas "pelos empregadores", que adicionarão, ao salário normal dos trabalhadores avulsos, uma importância destinada a esse fim, em percentual a ser fixado no regulamento da lei, pelo Poder Executivo, dentro dos critérios nela estabelecidos.

7. A Emenda nº 1 — CLS (Substitutiva), assim, no que compete a esta Comissão examinar, corrige o projeto, colocando-o em termos mais adequados.

8. Diante do exposto e tendo em vista, ainda, as exatas e judiciosas ponderações da Comissão do Mérito, não refutadas pela Comissão de Constituição e Justiça, que opinou contrariamente à emenda pelo simples fato de que, se aprovada, faria a matéria voltar à Câmara, a Comissão de Finanças opina pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 1 — CLS (Substitutiva).

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Bezerra Netto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Victorino Freire. — Manoel Villaga. — Menezes Pimentel. — Pessoa de Queiroz. — Atilio Fontana.

Parecer nº 211, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 230, de 1965 (nº 2.478-B-64, na Câmara), que assegura recursos cambiais à Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRAS).

Relator: Sr. Vitorino Freire

Originário de uma proposição apresentada na Câmara pelo Sr. Janary Nunes, o projeto assegura anualmente à PETROBRAS (art. 1º), pelo prazo de 10 anos a contar da vigência da lei, para atender ao seu programa de conversões, soma de recursos cambiais, em moedas convertíveis, correspondente a 30% (trinta por cento) do volume de economia de divisas proporcionadas, no exercício anterior, pelas suas atividades de produção, refino e transporte de petróleo e derivados, até o limite de 5% do País, em moedas convertíveis.

Será colocado à disposição da PETROBRAS (art. 2º), pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, o favor correspondente a 5% (cinco por cento) de todas as cambiais em moedas convertíveis, provenientes da exportação total do País, tanto as negociadas pelo Banco do Brasil como as negociadas pelos Bancos do País autorizados a realizar operações cambiais.

Os atos regulamentares (art. 3º), estabelecerão o sistema de concessão de câmbio e o controle de sua movimentação na forma do disposto na lei.

Em justificação à proposição, observa seu autor que a PETROBRAS aplicou, nos diversos setores em que atua, um montante de cerca de US\$ 540 milhões no decênio 1954-63, dos quais resultou uma economia de divisas de mais de um bilhão de dólares. Isso vem a significar — prossegue o texto justificador — que a PETROBRAS devolveu ao País quase dois dólares de cada um que dispôs em 10 anos de atividades de exploração, produção, refino, transporte marítimo e outras.

Ainda como decorrência da aplicação daqueles mesmos US\$ 540 milhões resultaram, em fins de 1963, reservas recuperáveis de óleo avaliadas em mais de 620 milhões de dólares, ou seja, somente o valor das reservas atuais ultrapassa em 80 milhões de dólares o dispêndio em dívidas. E existe ainda a considerar a soma de conhecimentos geofísicos, geológicos, técnicos e acervo de não de obra qualificada criada nos diversos setores de atividade petrolífera de inestimável valor, mas de difícil quantificação.

A Mesa determinou para o Projeto a audiência das Comissões de Economia e de Finanças.

A douta Comissão de Economia observou no seu pronunciamento existir um "deficit" previsto para a produção petrolífera nacional nos cinco anos próximos. "Daí a imperiosa necessidade da PETROBRAS precisar de recursos para fazer face aos seus planos de expansão, resguardando dessa forma a demanda do mercado interno." Opinou, nessa ordem de ideias, favoravelmente à proposição.

Relatado nesta Comissão de Finanças em 26-11-65, pelo nobre Senador Bezerra Netto, foi aceita sugestão do Relator no sentido de ser solicitada, preliminarmente, a audiência dos Ministros da Fazenda e do Planejamento sobre as medidas previstas na proposição.

Os Senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento consideraram o projeto como técnica e politicamente desaconselhável, por não mais perdurarem as condições gerais que o justificavam quando foi apresentado.

Tendo em vista o exposto, meu parecer é contrário à proposição.

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Vitorino Freire, Relator. — Manoel Villaga. — Bezerra Netto. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Pessoa de Queiroz. — Atilio Fontana.

Pareceres ns. 212 e 213, de 1966

PARECER Nº 212, DE 1966

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1965 (nº 4.077-C-62, na Câmara), que altera o art. 95 § 3º, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Relator: Sr. José Leite

De autoria do ilustre Deputado Paulo Freire, a presente proposição visa a alterar o § 3º do art. 95, da Lei nº 4.024, de 20-12-61 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

A disposição, que o projeto pretende modificar, estabelece, que "não será concedida subvenção nem financiamento ao estabelecimento de ensino que, sob falso pretexto, recusar matrícula a alunos, por motivos de raça, cor ou condição social."

A redação deste preceito o projeto manda acrescentar, "in fine", as expressões: "situação jurídica de sua filiação ou convicção política ou religiosa", pretendendo com esta alteração proibir a concessão de auxílios governamentais aos estabelecimentos que negarem matrículas, sob alegação de filiação ou convicção política ou religiosa dos matriculandos.

Justificando o projeto, seu ilustre autor declara que "lamentavelmente, ainda, há instituições religiosas no Brasil que negam matrícula a alunos porque não podem estes, por motivo de consciência e de convicção religiosa, se sujeitar às exigências que lhe são impostas, quais sejam as de participar de atos de culto que não é seu."

Ao tomar conhecimento da tramitação dessa matéria, no Senado, o ex-Ministro da Educação, Prof. Flávio Suplicy de Lacerda, a título de colaboração, enviou a este órgão parecer elaborado pelo Egrégio Conselho Federal de Educação, o qual, segundo declara S. Exª, traduz o pensamento daquele Ministério acerca do projeto em exame.

O Colendo Conselho Federal de Educação, órgão deliberativo supremo em matéria de ensino, dotado ainda de competência legislativa a ele conferida pela citada Lei nº 4.024 (art. 9º), pronunciou-se contrariamente às alterações propostas, tendo em vista a necessidade de se dar maior tempo à ampla implantação da Lei de Diretrizes e Bases e a conveniência de que a experiência resultante de sua aplicação possa oferecer subsídios suficientes para sua revisão, que poderá talvez processar-se após o primeiro decênio de sua vigência.

De maneira invariável e através dos sucessivos pareceres, o Conselho Federal de Educação tem-se pronunciado contrariamente às modificações que se tem pretendido introduzir na importante lei complementar da Constituição, reguladora das bases do nosso ensino. Mas, se assim pensa e decide, não é porque julga a Lei de Diretrizes e Bases um tabu, um diploma legal rígido, intangível, imutável, perfeito, mas atendendo à reconhecida necessidade de se deixar decorrer um lapso mais dilatado de tempo, que permita aos legisladores e aos responsáveis pela sua aplicação melhor avaliar os seus resultados práticos.

Somos, também, dos que entendem que se deve cobrar um preço bem alto por qualquer alteração que se pretenda, por ora, fazer em uma lei sistematizadora, como é a Lei de Diretrizes e Bases, que, não obstante suas deficiências e falhas, precisa ter sua vigência inalterada por mais tempo.

Como bem salienta o parecer do Egrégio Conselho Federal de Educação, a propósito do projeto em exame, "as mudanças que se processam nas leis fixadoras de estruturas, básicas perturbam as condições de implantação da nova ordem institucional e dificultam a formação da nova mentalidade, principalmente quando se trata de lei, como é o caso da L.D.B., inovadora na sua sistemática normativa.

Apreciando, agora, no mérito, o presente projeto, convém que a inclusão das expressões referidas no preceito normativo, contido no § 3º do art. 95 da L.D.B., se nos afigure inteiramente dispensável, uma vez que esta mesma lei complementar já condena e impede, de maneira inequívoca, os abusos que por ventura já se tenham praticado ou que se pretendam legitimar por este ou aquele estabelecimento de ensino, sob falsa invocação do direito de convicção política ou religiosa.

Assim, o art. 1º, letra "g" da LDB, ao tratar dos fins da educação, prescreve, taxativamente, que a educação nacional tem por fim: "a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classes ou de raça."

Por estas razões, a Comissão de Educação e Cultura é de parecer que o projeto deve ser rejeitado.

Sala das Comissões, 17 de março de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — José Leite, Relator. — Antônio Balbino. — Mello Braga. — Gay da Fonseca.

PARECER Nº 213, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1965 (nº 4.077-C-62, na Câmara), que altera o art. 95, § 3º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O presente projeto, de iniciativa do Deputado Paulo Freire, pretende modificar a Lei nº 4.024-61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), na parte referente à proibição de financiamento ou subvenção a estabelecimento de ensino que recuse matrícula "por motivos de raça, cor ou condição social", mandando aditar a estas, as seguintes expressões: "situação jurídica de sua filiação ou convicção política ou religiosa".

Independente de pedido de informação de qualquer órgão técnico do Senado, mas com o único intuito de emprestar sua colaboração na feitura de leis que disponham sobre matéria afimente ao ensino e à cultura, foi encaminhado ao Senado pelo ex-Titular da Educação parecer da Comissão de Legislação e Normas do Colendo Conselho Federal de Educação, contrário à referida medida por julgá-la inconveniente e desnecessária.

A douta Comissão de Educação e Cultura manifestou-se, também, contrariamente ao projeto, tendo em vista os sucessivos pronunciamentos do Egrégio Conselho Federal de Educação, o qual tem desaconselhado, sistematicamente, quaisquer tentativas de alterações daquela lei complementar da Constituição Federal, enquanto não forem suficientes subsídios para uma criteriosa revisão, os quais somente a sua aplicação e vigência por um prazo mais dilatado, poderá proporcionar.

Por outro lado, a proposição, como ressaltaram os dois citados pareceres, é perfeitamente dispensável em face do que já dispõe a própria Lei de Diretrizes e Bases ao condenar em seu art. 1º, letra "g", "qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça".

Por esses motivos, a Comissão de Finanças opina pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Manoel Villaga. — Victorino Freire. — Bezerra Neto. — Menezes Pimentel. — Pessoa de Queiroz. — Atílio Fontana.

Pareceres nº 214, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre subemenda da Comissão de Segurança Nacional ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1964 (nº 4.769-B-62 — na Câmara), que promove ao posto imediato o militar que, em pleno serviço ativo, vier a falecer em consequência de ferimentos recebidos em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou em virtude de acidente em serviço.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Volta este projeto à Comissão de Constituição e Justiça, para que o órgão se pronuncie sobre subemenda oferecida pela douta Comissão de Segurança Nacional à sua própria emenda número 1, constante deste projeto, § 2º, do art. 1º: "O disposto neste artigo, igualmente aplicável à Polícia do Distrito Federal, alcança a situação dos militares já falecidos".

2. Trata-se de reforma da emenda apresentada no parecer anterior, e,

ela, subemenda, reveste-se de um desaconselhável casuismo, pois o projeto, referindo-se a militares, não há necessidade de se dizer que nele se inclui a Polícia do Distrito Federal, mormente sem excetuar a polícia civil.

No parecer onde se oferece a subemenda justifica-se a proposição ao afirmar que vários textos já recombem a Polícia Militar do Distrito Federal como beneficiária destas leis federais sobre militares... Por isso mesmo tornar-se-ia desnecessário, e inconveniente pelo casuismo a contrariar a sistemática do projeto enviado pelo Executivo. Há no processo uma sugestão de Substitutivo, elaborado pelo Estado Maior das Forças Armadas, de 23 de junho de 1965, também na técnica redacional à presente proposição, sem aceitar a especificação da subemenda.

Como a outra emenda já obteve parecer contrário, e tendo em vista que a alteração apresentada anteriormente nesta Comissão é de simples redação, que, não merecerá acolhida em plenário, ante o inconveniente de, emendado, voltar o projeto à Câmara, somos de parecer contrário à aprovação da subemenda.

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Adalberto Sena. — Josaphat Marinho. — Heribaldo Vieira. — Afonso Arinos.

Parecer nº 215, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1966 (nº 4.845-B-62, na Câmara dos Deputados), que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros) para o fim que especifica.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1966, sobre o qual é chamada a se manifestar a Comissão de Finanças, teve a sua origem na Mensagem número 175, de 22 de novembro de 1962, com a qual o Sr. Presidente do então Conselho de Ministros, submeteu ao Congresso Nacional anteprojeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.623.466 (dois milhões, seiscentos e vinte e três mil quatrocentos e sessenta e seis cruzeiros), para o fim de atender ao pagamento de vencimentos e vantagens, referentes aos exercícios de 1960 e 1961, do pessoal do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Esse pedido decorreu do disposto no Decreto nº 81.384, de 2 de janeiro de 1962, que retificou o enquadramento do pessoal do Conselho às disposições da Lei nº 3.720, de 1960, combinado com a Lei nº 3.826-60.

Os referidos funcionários, na forma estabelecida pelo citado decreto, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 51.422 de 19 de março de 1963, tiveram retificados os respectivos enquadramentos, retroagindo os seus efeitos a 1º de julho de 1960, data da vigência da Lei nº 3.780, de 12 de julho do mesmo ano.

O crédito solicitado destina-se justamente a fazer face às despesas decorrentes dessas retificações.

Tramitando normalmente na Câmara dos Deputados, o Projeto, após instrução decorrente de diligência solicitada ao Ministério da Fazenda, foi aprovado sem emendas e remetido ao exame do Senado.

Tratando-se, como se trata de cobrir despesas realmente devidas por força de dispositivos legais que promoveram reequilíbrio ou modi-

ficação de situação funcional em um grupo de servidores de repartição já extinta, nada há que impeça a concessão da medida solicitada ao Congresso.

A Comissão de Finanças, em face do exposto, é de parecer que o Projeto deve ser aprovado.

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Victorino Freire. — Bezerra Neto. — Manoel Villaga. — Menezes Pimentel. — Pessoa de Queiroz. — Atílio Fontana.

Parecer nº 216, de 1966

Da Comissão do Distrito Federal, sobre a Indicação nº 1, do Sr. Senador Catete Pinheiro, indicando à Comissão do Distrito Federal o exame dos problemas afinentes ao Plano de Ensino para Brasília.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O eminente Senador Catete Pinheiro, com o objetivo de melhor atender aos interesses do sistema educacional de Brasília, submeteu a presente Indicação constante de cinco itens, a saber: a) o estado de conservação dos prédios escolares; b) a situação dos professores, quanto ao processo de admissão, aspecto habitacional e níveis salariais; c) a forma de aquisição e emprego do material de consumo; d) a situação jurídica do órgão encarregado do ensino público no Distrito Federal.

Nos termos do Regimento Interno, a Indicação corresponde à sugestão do Senador para que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa, com a finalidade de seu encaminhamento ou formulação de proposição legislativa.

A esta Comissão caberia, pois, concluir por oferecer medida legislativa, caso fosse conveniente ou se fizesse necessário.

Ocorre, porém, que algumas questões, como a referente à situação funcional dos professores em exercício nesta Capital, já estão devidamente reguladas em lei e as outras já foram exaustivamente apreciadas, na outra Casa do Congresso Nacional, pelo Projeto de Resolução nº 53, de 1964, que aprovou as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar irregularidade no sistema educacional de Brasília.

Cabe assinalar que essas conclusões foram enviadas à Prefeitura de Brasília e à Presidência da República para as necessárias providências.

Nestas condições, louvando os autos propósitos da iniciativa do eminente Senador Catete Pinheiro, mas atendendo ao fato de estarem superados os objetivos da presente Indicação, a Comissão do Distrito Federal opina pelo seu arquivamento.

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Silvestre Péricles, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — Heribaldo Vieira. — Adalberto Sena. — Lopes da Costa.

Parecer nº 217, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1962, que dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz do Trabalho, presidente da Junta.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. É novamente o projeto de Lei do Senado nº 51, de 1962, de autoria do eminente Senador Arlindo Rodrigues, submetido ao exame desta Comissão, na emenda nº 1, de plenário.

No parecer anterior, esta Comissão entendia que a proposição feria o que dispõe o art. 186 da Constituição, exigindo o concurso público de provas para a primeira investidura em cargo de carreira. A emenda procura contornar a revogação pura e simples do projeto, mas não deixa de se inserir numa subversão da norma vigente ao dar prioridade ao concurso de títulos sobre o concurso de provas. Propõe, outrossim, a revogação do parágrafo quinto do art. 854, da Consolidação das Leis do Trabalho.

2. A matéria trata de alteração do Código vigente, em parte essencial, e já resolveu esta Comissão para espões, como o da espécie, sobrestar o andamento da proposição, para que tramite juntamente ao anunciado projeto de Código de Trabalho, ad vir este ao Senado.

Somos, assim, para que seja o projeto sobrestado.

Sala das Comissões, 29 de março de 1966. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Adalberto Sena. — Josaphat Marinho. — Heribaldo Vieira. — Afonso Arinos.

Pareceres ns. 218, 219 e 220, de 1966

PARECER Nº 218, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Estado do Espírito Santo.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Tomando por base o artigo primeiro, parágrafo único, alínea "a", da Lei nº 3.860-60, que aprovou o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão mineral e diz ser da competência da Comissão do Plano de Carvão Nacional (CPCAN), "o fomento, projeto, construção, operação ou ampliação de usinas termelétricas que utilizam carvão nacional...", os eminentes Senadores Eurico Rezende e Antônio Carlos ofereceram o presente projeto de lei que determina seja elaborado pelo referido órgão, dentro do prazo de 120 dias, os estudos e projeto para construção de usina termelétrica, com potência de 50.000 KW, consumindo carvão nacional, nas adjacências de Porto Tubarão, Estado do Espírito Santo.

2. O artigo segundo do projeto coloca as despesas de execução à conta das dotações orçamentárias inscritas no Orçamento Geral da União e referentes à CPCAN.

3. Tiveram os autores da proposição todo o cuidado para que ela se circunscrevesse ao âmbito de ação constitucional do Senado, mesmo com o advento do Ato Institucional. Nada há que obste a sua tramitação.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 1964. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Argemiro de Figueiredo, com restrições. — Aloyso de Carvalho, com restrições. — Josaphat Marinho. — Edmundo Levi.

PARECER Nº 219, DE 1966

Da Comissão de Minas e Energia sobre o Projeto de Lei do Senado número 46, de 1964, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo.

Relator: Sr. João Agripino.

O projeto é de autoria dos nobres Senadores Eurico Rezende e Antônio

Carlos e dispõe sobre a elaboração de estudos e projeto para a construção de usina termelétrica, com potência nominal mínima de 50.000 KW (cinquenta mil quilowatts), consumindo carvão nacional, nas adjacências de Porto de Tubarão, Estado do Espírito Santo.

Os ilustres autores da proposição justificam a medida pleiteada, alegando a existência de estoques de carvão para obtenção de vapor, motivados pela falta de procura do produto, o que constitui problema para a indústria carbonífera nacional.

Dizem ainda, os autores do projeto, que "é notória, também, a situação deficitária de energia elétrica na região Leste-Sul do País, sobretudo em Vitória (ES), onde se investem vultosas importâncias na construção do Porto de Tubarão. Esse terminal marítimo, destinado à exportação de minério de ferro, necessita de potência elétrica suficiente não apenas para seus serviços, mas também para satisfazer à aceleração da taxa produtiva capital propiciada pela nova política de minérios: reinvestimento, no País, dos benefícios auferidos com sua exportação".

As despesas com a execução do projeto correrão à conta de dotações inscritas no Orçamento da União, na parte referente à Comissão do Plano do Carvão Nacional, e ficará a cargo desse órgão a execução do mesmo, nos termos da Lei nº 3.860, de 1960.

Ante o exposto, e considerando os elevados propósitos que o projeto encerra, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 8 de dezembro de 1965. — *Josaphat Marinho*, Presidente. — *João Agripino*, Relator. — *Argemiro Figueiredo*. — *José Ermirio*. — De acordo, uma vez que a Usina Siderúrgica de Santa Catarina seja instalada no devido tempo. — *Heribaldo Vieira*.

PARECER Nº 220, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1964, que dispõe sobre a elaboração de projeto para construção de usina termelétrica no Porto de Tubarão, Vitória, Estado do Espírito Santo.

Relator: Sr. Vitorino Freire.

O presente projeto, de autoria dos Senadores Eurico Rezende e Antônio Carlos, dispõe sobre a elaboração de estudos e projeto para a construção de usina termelétrica, com potência nominal mínima de 50.000 KW (cinquenta mil quilowatts), consumindo carvão nacional, nas adjacências de Porto de Tubarão, Estado do Espírito Santo (Art. 1º).

As Comissões de Justiça e das Minas e Energia, examinando a proposição, manifestaram-se favoravelmente, salientando a última que "a existência de estoques de carvão para obtenção de vapor, motivado pela falta de procura do produto, constitui problema para a indústria carbonífera nacional".

Do ponto de vista financeiro, convém ressaltar que as despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias inscritas no Orçamento Geral da União e referentes à Comissão do Plano do Carvão Nacional (Art. 2º).

Com efeito, justificando a proposição, os ilustres autores dizem que "o art. 1º, parágrafo único, alínea a da Lei nº 3.860-60, que aprovou o plano de coordenação das atividades relacionadas com o carvão nacional diz ser da competência da Comissão do Plano do Carvão Nacional, o fomento, projeto, construção, operação ou ampliação de usinas termelétricas que utilizam carvão nacional".

Ademais, continua a justificação "pelo art. 7º, o Orçamento Geral da União é obrigado a consignar, anualmente, durante dez anos, as dotações da Comissão para a realização de seus objetivos, não podendo, em nenhum

caso, as importâncias das mesmas ser inferiores a 1,5% (um e meio por cento) do montante das rendas tributárias previstas na proposta orçamentária".

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — *Irineu Bornhausen*, Presidente. — *Vitorino Freire*, Relator. — *Wilson Gonçalves*. — *Bezerra Neto*. — *Menezes Pimentel*. — *Atílio Fontana*. — *Manoel Villaga*. — *Pessoa de Queiroz*.

Pareceres ns. 221, 222, 223, e 224, de 1966

PARECER Nº 221, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo da Câmara nº 8, de 1965, que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Relator: Sr. Heribaldo Vieira. Expedito Flor, Capitão Especialista em Fotografia da Aeronáutica, submeteu-se a uma operação de apendicite, em 20 de setembro de 1951, no Serviço Hospitalar da 4ª Zona Aérea. Houve, porém, um insucesso na operação decorrente de imperícia na aplicação da anestesia geral a que fora submetido, e isto determinou uma atrofia parcial do membro superior direito, que o tornou inválido para o serviço militar. Em consequência foi, pelo decreto de 9 de maio de 1961, promovido ao posto de Major, por haver prestado serviço de guerra e, neste posto, reformado.

Posteriormente, em decorrência de inquérito requerido pelo então Capitão Expedito Flor, para apurar a relação de causa e efeito entre a moléstia que o incapacitou e a operação cirúrgica de apendicite a que se submeteu, no Serviço Hospitalar da 4ª Zona Aérea, foi, pelo decreto de 29 de junho de 1962, retificado o decreto que o reformou no posto de Major, para lhe assegurar outra promoção ao posto de Tenente-Coronel, considerando, desta forma que a inatividade decorrente de invalidez originária de acidente em serviço.

O Tribunal de Contas da União, competente que é para julgar da legalidade das reformas e, ex vi do inciso III do art. 77 da Constituição Federal, somente lhes dando registro nos casos de regularidade, nos termos do art. 42, item II da Lei número 83, de 23 de setembro de 1949, considerou irregular a segunda promoção ao posto de Tenente-Coronel, por acidente em serviço e em sessão de 14 de fevereiro de 1963, recusou o registro.

O Ministério da Aeronáutica pediu reconsideração da decisão, alegando que, embora reconhecesse que o Capitão Expedito Flor não se achava em serviço e não existia nexo casual entre o serviço e a moléstia que o incapacitou, de serviço estavam, entretanto, os médicos que o atenderam. O Tribunal de Contas considerando que a qualificação do acidente ou da moléstia está em função da situação em serviço do paciente e não, obviamente dos agentes que provocaram a lesão, em sessão de 1º de agosto de 1963, conheceu do recurso, mas para manter a decisão denegatória do registro.

Na verdade esta nos parece a interpretação certa. O paciente poderá ter direito a uma indenização da União, que é responsável pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros (artigo 194 da Constituição Federal). Mas não será por meio de promoção gracio-

sa que se há de compor o ressarcimento.

Inconformado com essa segunda decisão, então, de caráter definitivo, o Sr. Ministro da Aeronáutica, apoiando-se no art. 56 da Lei nº 830, de 23 de setembro de 1949, que reorganizou o Tribunal de Contas da União, recorreu para o Sr. Presidente da República.

O recurso foi provido pelo Chefe do Executivo, pelo que o Tribunal, observando o disposto no § 1º do referido art. 56 mandou cumprir o despacho presidencial determinando o registro sob reserva, em sessão de 10 de abril de 1964, por não se convencer da procedência dos fundamentos da exposição apresentada pelo Senhor Ministro da Aeronáutica ao Chefe da Nação e, obediente ao § 2º do mesmo dispositivo, recorreu ex officio para o Congresso Nacional.

O recurso para o Congresso é tempestivo, data de 16 de abril de 1964, isto é, seis dias após a sessão do Tribunal em que foi determinado o registro sob reserva portanto antes de esgotado o prazo de dez dias fixado no mencionado § 2º do art. 56 da Lei nº 830.

Na Câmara foi aprovado o Projeto de Decreto Legislativo oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, pelo qual "é mantida a decisão do Tribunal de Contas da União exarada no processo nº 1.830-63, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, Capitão Especialista em Fotografia da Aeronáutica, por ter sido calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido".

No Senado, foi designado Relator, nesta Comissão, o Senador Bezerra Neto que apontou defeito no projeto, qual seja: o de se referir a decisão denegatória ao registro, quando a última decisão do Tribunal foi mandando fazer o registro sob reserva. O Senador Bezerra Neto, todavia, não concluiu o seu parecer, pois pediu diligência, para que fossem ao processo juntadas peças que considerava essenciais e em que se fundou a última decisão proferida pelo Senhor Presidente da República.

A diligência foi atendida. Achar-se, a essa altura, licenciado o ilustre senador da representação matogrossense nesta Casa, foi-me redistribuído o processo, razão por que o estamos relatando.

Não nos parece procedente o defeito apresentado ao projeto pelo nosso ilustre antecessor. Diz o projeto em causa: "É mantida a decisão do Tribunal de Contas da União exarada no processo nº 1.830-63 denegatória ao registro, etc..." Logo a decisão que é mantida é a denegatória, definitiva, proferida pelo Tribunal de Contas em sessão de 1º de agosto de 1963, ao julgar o pedido de reconsideração.

Na sessão de 10 de abril de 1964 o Tribunal nenhuma decisão proferiu. Limitou-se a dar cumprimento a um despacho do Sr. Presidente da República, que ordenava o registro. E ao dar cumprimento ao despacho presidencial mandou que o registro se fizesse sob reserva e, ato contínuo, recorreu ex officio, para o Congresso, numa demonstração de que não se achava convencido da procedência dos fundamentos do recurso levado ao Executivo.

Como se vê, quem mandou fazer o registro foi o Presidente da República e não o Tribunal. O Tribunal somente limitou, repetimos, a dar cumprimento à decisão do Executivo, sem conceder sua inconformidade, expressamente manifestada no recurso ex officio que, incontinenti, interpôs para o Congresso. Decisão denegató-

ria só há do Tribunal. E é esta que se mantém.

No nosso entender, foi acertada a decisão que recusou o registro e está nos devidos termos o projeto, pelo que do ponto de vista jurídico-constitucional merece aprovação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1965. — *Wilson Gonçalves*, Presidente. — *Heribaldo Vieira*, Relator. — *Menezes Pimentel*. — *Aloysio de Carvalho*. — *José Feliciano*. — *Edmundo Levi*.

VOTO

VOTO EM SEPARADO DO SENHOR BEZERRA NETO

1 — Por decisão da douta Comissão de Finanças volta o presente a esta Comissão. Aqui esteve, pela primeira vez, quando fomos relator. Naquela sessão (fls. 19) em parecer prévio, aprovado denunciemos o que nos parecia um equívoco no decisorio da Câmara dos Deputados que, pelo presente projeto de Decreto Legislativo, entendeu de aprovar o ato do Tribunal de Contas como denegatório ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

2 — Para um esclarecimento do que nos parecia errôneo na proposição solicitávamos naquele pronunciamento preliminar a juntada de peça citada, e não constante do presente processo, tal fosse a Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Aeronáutica e consequente despacho do Senhor Presidente da República, por onde se determinara e o Tribunal reconsiderara para deferir o registro da reforma feita pelo Executivo, sob reserva, ou seja a depender do referendado do Congresso Nacional, ex vi do art. 77, III, da Constituição Federal. Esta peça foi juntada, após diligências junto àquele Ministério, para onde o Tribunal de Contas devolvera. Por ela se vê (fls. 26 a 33) que realmente as duas recusas anteriores de registro foram superadas pela concessão do registro sob reserva e foi esta a decisão, concessiva e não recusante, que a corte remetera ao Congresso.

3 — Assim, para manter pelo presente projeto a decisão do Tribunal, a egrégia Câmara deveria ter acolhido o registro sob reserva.

4 — A esta conclusão não chegou esta douta Comissão de Constituição e Justiça, como outro relator, quando se lhe fez presente, na segunda remessa, este projeto. Manteve a decisão denegatória, que de fato e de direito não existia. Já a Ilustrada Comissão de Segurança Nacional, reportando-se ao nosso primeiro parecer, embora como se ressaltando por incuriosar no mérito próprio à nossa Comissão, terminou seu exaustivo e brilhante parecer, da lavra do Senador José Guionard, pelo oferecimento da seguinte emenda:

SUBSTITUTIVO

"Art. 1º É concedido o registro à concessão de reforma a Expedito Flor, no posto de Tenente-Coronel, conforme processo nº 1.830-63."

Art. 2º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

5 — Voltando ao nosso exame o processo entendemos certíssimo o resultado a que chegou a Comissão de Segurança Nacional.

O que se vê de fls. 8 é que é o Tribunal de Contas recorrerá ex officio de sua decisão que, à vista do v. despacho presidencial, ordenou o registro sob reserva da concessão da reforma, recurso, esse composto nos termos do disposto no art. 77, II e § 3º da Constituição, e no art. 56, § 2º, da Lei nº 830-49.

De fls. 29 a 33 *ex abundantia* encontramos a fundamentação da decisão.

Pelo exposto, a Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aceitação do Substitutivo aprovado na Comissão de Segurança Nacional.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 1966. — *Bezerra Neto*, Relator.

PARECER Nº 222, DE 1966

Da Comissão de Segurança Nacional ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1965 (nº 186-A-64, na Câmara), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Relator: Sr. José Guimard.

O Tribunal de Contas da União recusou registro de concessão de reforma a Expedito Flor, Capitão Especialista em Fotografias da Aeronáutica, no posto de Tenente-Coronel, por considerá-la indevida. No entender do referido órgão, a reforma do citado capitão deveria ter sido feita no posto de Major, uma vez que, conforme entendeu, a reforma do mesmo não se aplica o benefício da promoção a Tenente-Coronel por "invalidez".

O Ministério da Aeronáutica recorreu dessa decisão denegatória da Egrégia Corte de Contas, que, contudo, a manteve. O Ministério, não satisfeito, recorreu ao Senhor Presidente da República, que, em face do argüido na Exposição de Motivos número 243-GM-1, de 17 de dezembro de 1963, determinou o registro sob reserva.

O Tribunal de Contas da União, nos termos da lei, efetivou o mencionado registro, recorrendo, porém, para o Congresso Nacional.

A Câmara dos Deputados, ante o exame a que procedeu no processo e em face dos documentos que nele constavam, elaborou e aprovou, remetendo à nossa decisão, projeto de Decreto Legislativo, através do qual é mantida a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União e, anulando o registro sob reserva determinado pelo Senhor Presidente da República.

É este o histórico, em linhas sumárias, do projeto de Decreto Legislativo ora sob nosso exame. A situação do problema suscitado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União, parece-nos se modificar todavia, a partir do parecer prévio do eminente Senador Bezerra Neto oferecido perante a dita Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, através do qual requereu a juntada, ao processado, de documentos sem dúvida imprescindíveis à adequada apreciação da impugnada reforma. Esses documentos são a exposição de motivos do então Ministro da Aeronáutica ao Presidente da República e o despacho deste último determinando o registro sob reserva.

A ilustre Comissão de Constituição e Justiça tendo em vista parecer do eminente Senador Heribaldo Vieira, ao que tudo indica, não considerou procedentes as razões da Exposição de Motivos nº 243-GM-1 de 17.12.63, do então Ministro da Aeronáutica, que deu ensejo ao despacho presidencial para a efetivação do registro, sob reserva.

Não nos move propósito de invadir atribuições da área de competência da Comissão de Constituição e Justiça. Do ângulo jurídico-constitucional, a referida Comissão julgou improcedentes as argüições do eminente Senador Bezerra Neto quanto aos aspectos formais do projeto de Decreto Legislativo ora sob nosso exa-

me; e, opinando sobre o mérito, concluiu pelo acerto da decisão denegatória do Tribunal.

Acompanhamos a Comissão de Constituição e Justiça, e seu eminente relator, com relação aos aspectos exteriores ou formais da redação do Decreto Legislativo a ser promulgado. Se o propósito é liquidar com o registro sob reserva, o projeto está certo. Deve manter a decisão denegatória do Tribunal, anulando assim, por consequência, aquele registro.

Permitimo-nos, contudo, não acompanhar o parecer da mesma no que diz respeito ao mérito. Da leitura e estudo que fizemos da Exposição de Motivos do ex-Ministro da Aeronáutica a respeito da controvertida reforma do Capitão Expedito Flor no posto de Tenente-Coronel, restaram-nos sérias dúvidas sobre o acerto da decisão denegatória no Tribunal de Contas da União a respeito da mencionada reforma, ao citado posto.

Ao nosso ver, o que está em jogo, no caso, é a perspectiva na carreira, por parte do reformado, se não tivesse sido tão lastimável a consequência da operação cirúrgica à qual se submeteu no Serviço Hospitalar da 4.ª Zona Aérea. É claro que não pesa o fato de tão lastimável consequência ter decorrido operação realizada em estabelecimento hospitalar público, o Serviço Hospitalar da 4.ª Zona Aérea.

O que pesa, e ao nosso ver deve ser levado em conta, é a relação de causa e efeito sustentada pela Junta Superior de Saúde, do Ministério da Aeronáutica, tendo por base o apurado pelo Inquérito Sanitário de Origem, realizado na Aeronáutica, que conclui pela incapacidade definitiva, para o serviço ativo, do militar operado e posteriormente reformado com duas promoções: uma, por serviços de guerra; outra, por invalidez.

Sustenta-se, e é esse o parecer do nobre Procurador Adjunto do Tribunal de Contas da União que a invalidez, no caso, somente dá direito a benefícios especiais quando em decorrência de "acidente em serviço", o que não houve, pois que o o então capitão Expedito Flor recorreu ao Serviço Hospitalar da 4.ª Zona Aérea para submeter-se, apenas, a uma operação de *apendicite*, resultando da narcose pelo tioneímbul a paralisia parcial da qual ficou vítima; tornando-se, entretanto, a partir daí, definitivamente incapaz para o serviço ativo.

Assim, todavia, não o entendeu a Junta Superior de Saúde, que, pelos seus cinco membros, "considerou com amparo nos dispositivos legais e respeitados os princípios da Justiça retribucional causa e efeito com ato de serviço", pois, conforme acrescenta, segundo transcrição feita na exposição de motivos do Ministro da Aeronáutica, "a fatalidade mutilou os movimentos limitou a capacidade e diminuiu de maneira funcional irremediavelmente a aptidão social do então Capitão Expedito Flor".

Consequentemente, ao nosso ver, o que está mais em jogo do que a situação do próprio Expedito Flor, reformado da Aeronáutica é o conflito de competência surgidos em virtude de sua reforma no posto de Tenente-Coronel, entre os órgãos técnicos competentes do Ministério da Aeronáutica para o enquadramento e classificação de lesões como a apontada com relação ao citado, e o Tribunal de Contas da União. Este último, parece-nos, encareou o caso da promoção do então Major Expedito Flor, conforme argüiu o então Ministro da Aeronáutica na EM 243-GM-1, já referida, atendo-se "simplesmente

à definição pura de acidente em serviço, conjugado com o dizer singelo da lei, *sem sensibilidade ao espírito que norteia o advento dos diplomas legais de amparo e assistência ao militar incapacitado em serviço ativo*" (o grifo é nosso).

Adiante, ainda argüi o Ministério, a cujos quadros pertence o indigitado Oficial Reformado:

"Nas circunstâncias em que ocorreu o acidente, não concorrendo de forma alguma para o evento o Tenente-Coronel Expedito Flor, o qual foi apenas vítima das mesmas circunstâncias, e se analisada a causa da incapacidade e a recusa do Tribunal de Contas, o Oficial de que se trata será vítima duas vezes, o que evidentemente não deve ter sido a intenção do legislador nem do legislativo ao prever as hipóteses de acidente em serviço e as causas inerentes à atividade militar".

Vê-se, assim, que, sob nenhum ângulo o Ministério da Aeronáutica, pelos seus órgãos competentes — no caso, a Diretoria de Saúde da Aeronáutica — aceita o suposto conflito de competência ante a posição tomada pelo Tribunal de Contas da União, pois, conforme bem acentua no documento já citado, possui cada um deles atribuições definidas e que distinguem as fases de instrução e julgamento dos processos de reforma e aposentadorias.

Além do mais, ou acrescentando-se a tudo isto, deparamos com o fato, a nosso ver insanável, salvo a comprovação de outro anterior (o que não ocorre no caso), do registro sob reserva determinado pelo Senhor Presidente da República, que só poderia vir a ser anulado por Decreto Legislativo do Congresso Nacional se fundado em ilegalidade evidente, ou se proferido sem apoio em peça indispensável à sua proferição.

Não é o que acontece com relação ao presente caso. O então Capitão Expedito Flor obteve sua reforma segundo processo regular, apoiado, na Lei. A primeira promoção, a Major, obteve-a por "serviços de guerra". A segunda, por "invalidez para o serviço ativo", com apoio em conclusões de Inquérito Sanitário de Origem e Laudo proferido pela Junta Superior de Saúde da Aeronáutica e processo encaminhado, nos termos da Lei, pela Diretoria de Saúde da Aeronáutica.

Observa-se assim, do exposto, que seria difícil concordar com a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, tais as razões que, contra a mesma, e em favor do citado militar, são apresentadas pelo Ministério da Aeronáutica órgão ao qual está realmente a exame da situação funcional do interessado.

Ante o exposto e examinando a proposição em seu mérito, oferecemos a mesma o seguinte.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º E concedido o registro à concessão da reforma a Expedito Flor, no posto de Tenente-Coronel, conforme proc. nº 1.830-63.

Art. 2.º O presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1965. — *Oscar Passos*, Presidente. — *José Guimard*, Relator. — *Adolpho Franco*. — *Atílio Fontana*.

PARECER Nº 223, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1965 (nº 186-A, de 1964 na Câmara), que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Senador Sr. Jefferson de Aguiar.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados manifestou-se pela manutenção do ato denegatório do Tribunal de Contas, entendendo seu ilustre Relator, que, na espécie, se tratava de matéria jurídica, na apreciação da legitimidade e legalidade da dupla promoção do capitão Expedito Flor.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas apoiou o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, recusando o registro do ato concessivo da reforma.

A Câmara dos Deputados adotou o pronunciamento das Comissões permanentes e aprovou o projeto de decreto legislativo, mantendo o ato denegatório do Tribunal de Contas, em as suas duas manifestações anteriores.

Acontece que, em face de despacho do Sr. Presidente da República, posteriormente, o Tribunal de Contas autorizou o registro da concessão, sob reserva nos termos do art. 56, in fine, da Lei nº 830-49, assim redigido:

"Art. 56. Quando a recusa de registro tiver outro fundamento, o Presidente da República, em face de exposição escrita do Ministério ou órgão interessado, acompanhada dos papéis onde constar o despacho do Tribunal, poderá dentro de sessenta dias ordenar, por despacho, que sejam praticados os atos.

§ 1.º Ao Tribunal de Contas caberá determinar o registro sob reserva ou o registro simples, segundo se convencer ou não da procedência dos fundamentos da exposição apresentada ao Chefe da Nação.

§ 2.º No caso de registro sob reserva, o Tribunal recorrerá *ex officio* para o Congresso Nacional, mediante comunicação minuciosa à Câmara dos Deputados, dentro de dez dias úteis, se estiver funcionando o Congresso, ou, se em férias o Parlamento, nos primeiros quinze dias úteis da sessão legislativa".

Vê-se, em consequência, estar sob censura o registro sob reserva afinal adotado pelo Tribunal de Contas, que se não teria convencido dos argumentos expostos no ato presidencial.

Tal recurso, como é óbvio, submete ao Congresso o julgamento final da matéria inerente à controversia, qual seja, *in casu*, a dupla promoção do Capitão Expedito Flor, de Capitão a Major, por ter prestado serviço de guerra, no país, e, de Major a Tenente Coronel por ter resultado a invalidez de acidente em serviço.

A relação de causalidade foi apurada e afirmada categoricamente em Inquérito Sanitário de Origem, em virtude de acidente de anestesia ocorrido no curso de operação cirúrgica a que se submeteu no Serviço Hospitalar da 4.ª Zona Aérea, em 20 de setembro de 1951 (Aviso nº 243-GM-1, de 17 de dezembro de 1963, do Senhor Ministro da Aeronáutica).

Transcende da competência do Congresso Nacional a infirmativa do laudo médico, como não me parece adequado insurgir-se o Tribunal de Contas contra o Inquérito Sanitário de Origem para remeter o interessado à repartição civil, mais grave e danosa, quando o ato reparador já se efetivou administrativamente com a reforma *ex officio*, por não poder prover os meios de subsistência e nem exercer atividade civil (decreto de 29 de junho de 1962), nos termos da lei nº 388,

de 9 de dezembro de 1954, alterado pela lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949.

A decisão do Tribunal de Contas é proibitiva quando há falta de saldo ou por imputação a crédito impróprio. No registro sob reserva (ou sob protesto), o recurso *ex officio* será decidido pelo Congresso Nacional (Constituição, art. 77, § 3º).

Acolho e subscrevo o pronunciamento da douta Comissão de Segurança Nacional e o voto do Senador Bezerra Neto, mas, conclusivamente, com a modificação da emenda substitutiva, cuja redação será a seguinte:

Art. 1º É denegado provimento ao recurso *ex officio* da decisão do Tribunal de Contas da União, que, sob reserva, autorizou o registro da reforma do Capitão Expedito Flor, nos termos do processo nº 1.830-63.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 15 de fevereiro de 1966. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Argemiro Figueiredo. — Edmundo Leal. — Eurico Resende. — Ruf Carneiro.

VOTO EM SEPARADO DO SR. BEZERRA NETO

Após duas decisões denegatórias de registro, o Tribunal de Contas da União resolveu ordenar, sob reserva, o registro da reforma de Expedito Flor, isto em face de o Ministério da Aeronáutica, nos termos do art. 56, da Lei nº 830, de 1949, haver submetido o processo à consideração do Senhor Presidente da República, que despachou autorizando fossem praticados os atos. Daí o Tribunal haver ordenado o registro sob reserva, recorrendo *ex officio* ao Congresso Nacional, *ex vi* do art. 77, III, § 3º, da Constituição.

Há, pois, data venia um equívoco, no projeto de Decreto Legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados, o qual se declara no propósito de manter o ato do Tribunal de Contas, e, este, afinal, foi o de ordenar o registro, embora sob reserva, e não o de recusar o registro como diz a proposição enviada ao Senado.

Pegs essenciais, citadas como fundamento da última decisão, constituem-se na exposição de Motivos do Senhor Ministro da Aeronáutica e consequente despacho do Senhor Presidente da República de que ressaltaram o registro final. Elas não constam do processo.

Requer-se, para que seja exarado parecer, promova-se diligência no sentido de aquelas pegs, pelo menos em cópia autenticada, figurarem no processo.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator.

PARECER Nº 224, DE 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1965 (Projeto de Decreto Legislativo nº 186-A, de 1964, na Câmara) que mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O Projeto de Decreto Legislativo em exame mantém a decisão do Tribunal de Contas da União, exarado no Processo nº 1.830-63, denegatória ao registro de concessão de reforma a Expedito Flor, Capitão Especialista em Fotografias da Aeronáutica, por ter sido calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido.

O Projeto chegou ao Senado Federal em março de 1965, sendo encaminhado

do pela Mesa às Comissões de Justiça e de Finanças.

No seu pronunciamento sobre a matéria, feito a 27-4-1965, a Comissão de Constituição e Justiça observou haver um equívoco no Projeto de Decreto Legislativo aprovado pela Câmara dos Deputados, "o qual se declara no propósito de manter o ato do Tribunal de Contas, e, este, afinal, foi o de ordenar o registro, embora sob reserva, e não o de recusar o registro como diz a proposição enviada ao Senado".

Pegs essenciais, citadas como fundamento da última decisão, prossegue o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, constituem-se na exposição de motivos do Ministro da Aeronáutica e consequente despacho do Senhor Presidente da República, de que resultaram o registro final. Tais pegs, todavia, não constam do processo.

Decidiu então a Comissão de Constituição e Justiça promover diligência no sentido das referidas pegs, pelo menos em cópia autenticada, figurarem no processo.

A solicitação do Senado, o Ministro-Presidente do Tribunal de Contas respondeu informando da "impossibilidade da remessa das aludidas cópias, uma vez que o processo em causa foi restituído ao Ministério da Aeronáutica". E as pegs em questão foram obtidas com o Ministério da Aeronáutica.

A Comissão de Constituição e Justiça voltou a examinar o assunto em 12-8-1965. O parecer exarado foi longo e minucioso na sua parte expositiva considerando acertada a decisão que recusou o registro e achando estar o projeto nos devidos termos, "pelo que do ponto de vista jurídico-constitucional merece aprovação".

A Comissão de Finanças houve por bem solicitar o pronunciamento da Comissão de Segurança Nacional, antes de emitir parecer conclusivo sobre o projeto.

O parecer desse Órgão Técnico encerra circunstanciado estudo sobre a proposição — vistos os problemas por ela suscitados de diferentes ângulos — e observa na sua parte final "que seria difícil concordar com a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, tais as razões que, contra a mesma, e a favor do citado militar, são apresentadas pelo Ministério da Aeronáutica". E ofereceu substitutivo ao projeto, no qual o artigo 1º tem a seguinte redação:

"É concedido o registro à concessão de reforma a Expedito Flor, no posto de Tenente-Coronel, conforme Processo nº 1.830 de 1963".

Volto o projeto à Comissão de Constituição e Justiça, para que ela o reexamine à luz dos subsídios esclarecedores a ela trazidos pelo pronunciamento da Comissão de Segurança Nacional. A 10-2-1966, o Relator designado emitiu parecer "pela aceitação do substitutivo aprovado na Comissão de Segurança Nacional".

O ponto de vista externado pelo Relator não foi, todavia, aceito pelo Plenário da Comissão e, a 5-2-1966 foi aprovado o parecer do vencido, funcionando como relator o eminente Senador Jefferson de Aguiar.

Observa o Senador Jefferson no seu trabalho: "... transcende da competência do Congresso Nacional a infirmativa do laudo médico, como não me parece adequado insurgir-se o Tribunal de Contas contra o Inquérito Sanitário da Origem para remeter o interessado à reparação civil, mais grave e danosa, quando o ato reparador já se efetivou administrativamente com a reforma *ex officio*, por não poder prover os meios de subsistência e nem exercer atividade civil

(Decreto de 29 de junho de 1962) nos termos da Lei nº 288, de 9 de dezembro de 1954, alterado pela Lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949".

A decisão do Tribunal de Contas é proibitiva, prossegue o parecer em referência, quando há falta de saldo ou por imputação de crédito impróprio. No registro sob reserva (ou sob protesto), o recurso *ex officio* será decidido pelo Congresso Nacional (Constituição, art. 77, § 3º).

Na linha de raciocínio então adotada foi proposta pela Comissão de Constituição e Justiça a seguinte forma para a emenda substitutiva:

"Art. 1º É denegado provimento ao recurso *ex officio* da decisão do Tribunal de Contas da União, que, sob reserva, autorizou o registro da reforma do Capitão Expedito Flor, nos termos do Processo nº 1.830-63.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação".

Em face do exposto, ressaltando haver sido a proposição exaustivamente examinada quanto à juridicidade e mérito pela Comissão de Constituição e Justiça, concluímos opinando no sentido de que o projeto venha a ser aprovado, com o acolhimento do substitutivo apresentado pelo referido Órgão Técnico.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — F. Pessoa de Queiroz, Relator. — Afílio Fontana. — Meneses Pimentel. — Wilson Gonçalves. — Bezerra Neto. — Victorino Freire. — Manoel Villaça.

Pareceres ns. 225, e 226, de 1966

PARECER Nº 225, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1965 (nº 158-A-64 — Câmara), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

Relator: Sr. Bezerra Neto

Em sua sessão de 20 de abril de 1961, o Tribunal de Contas da União tendo presente o ofício CLA 42-50, de 6 de dezembro de 1950, da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, que transmitiu seis volumes e uma relação nominal de 426 escrituras públicas de vendas efetuadas em áreas da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, empresa incorporada ao Patrimônio Nacional por força do decreto-lei nº 2.436, de 22 de julho de 1940 — resolveu converter o julgamento em diligência para serem prestados esclarecimentos, uma vez que as escrituras não vieram acompanhadas de documentação própria.

Em ofício nº 24, de 26 de maio de 1951, aquela Superintendência pediu a restituição das 426 escrituras, para que, pudesse estudar e esclarecer cada uma das transações em causa. O devolução foi feita, mas a Superintendência desatendeu ao cumprimento da diligência. Daí, em sessão de 29 de dezembro de 1951, o Tribunal recusou o registro, e devidamente notificada a Superintendência não interps o recurso que lhe facultava a lei 839, de 1940, art. 57.

Está formalmente certa a decisão do Tribunal de Contas, e daí porque a Comissão de Constituição e Justiça é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de Decreto Legisla-

vo que homologa a decisão denegatória do registro.

Sala das Comissões, em 10 de março de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Eurico Bezerra. — Gay da Fonseca. — Adalberto Senna. — Daniel Krieger.

PARECER Nº 226, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1965 (nº 158-A-64, na Câmara), que mantém decisão denegatória do Tribunal de Contas da União ao registro dos contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company.

Relator: Sr. Victorino Freire.

O Tribunal de Contas da União denegou registro a contratos celebrados entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e 429 adquirentes de glebas de terra situadas em área da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, sob o fundamento de que as respectivas escrituras não vieram acompanhadas da documentação própria, não havendo os interessados na matéria, embora notificados, regularizado a referida omissão.

2. Deu-lhe do processado haver o contrato em questão sido encaminhado àquela Egrégia Corte sem atentar para as formalidades legais, como bem acentuou, em seu parecer, o Dr. Procurador, verbis:

"Não me é possível emitir parecer sobre contratos diferentes, com contratantes diversos, por atacado, num só processo.

"Depois de atuado cada contrato em separado, constituindo um processo distinto, devidamente informado, direi sobre cada caso concreto".

3. Cumpre salientar que baixado o processo em diligência, a fim de que fossem corrigidas as anomalias acima apontadas, não tomou a Superintendência providências para complementar o processo.

4. Ressalta do exposto o acerto com que se houve o Colendo Tribunal na apreciação do caso, manifestando-se a Comissão, destarte, pela aprovação da proposição em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen — Presidente. — Victorino Freire, Relator. — Manoel Villaça. — Meneses Pimentel. — F. Pessoa de Queiroz. — Wilson Gonçalves. — Bezerra Neto. — Afílio Fontana.

Pareceres ns. 227 e 228, de 1966

PARECER Nº 227, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1965 (nº 107-A-61, na Câmara), que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória do termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S. A., para constituição do aforamento do terreno de marinha e acrescido de marinha situado em Belém, Estado do Pará.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Em sua sessão de 20 de abril de 1953, o Tribunal de Contas da União recusou registro ao termo aditivo de contrato de constituição de aforamento do terreno de marinha e acrescido de marinha situado a margem direita da baía do Guajará, lado ocidental da rua da Municipalidade e no anexo que faz a mesma com a

travessa Quintino Bocayuva, de Belém, Estado do Pará, delebrado entre a Diretoria do Patrimônio da União e o Banco da Amazônia S.A. As razões da recusa foram de fato de o Banco contratante, ou o Patrimônio da União, silenciar quanto ao cumprimento de diligência sobre formalidade extintiva, reiteradamente apresentada. Notificado da recusa do registro, duas vezes, ex vi do art. 57, da Lei nº 830, de 1949, não houve pedido de reconsideração. Ora, o próprio contrato de aforamento, na sua cláusula sexta, (fls. 9) estabeleceu expressamente que só produziria efeitos jurídicos, tornando-se perfeito e acabado, após o devido registro pelo Tribunal de Contas da União, não se responsabilizando o outorgante por indenização alguma se aquele Tribunal denegasse o registro.

2. O descumprimento da exigência do Tribunal, decorrente de sua lei interna, dá procedência à recusa do registro, para a qual, o Congresso Nacional, dado o descaso comprovado das partes interessadas, não vê razões para suprir.

3. Pelo exposto, a Comissão de Constituição é de parecer favorável à aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 1.º de março de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Eurico Rezende. — Gay da Fonseca. — Adalberto Senna. — Daniel Kricger.

PARECER Nº 228, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1965 (nº 107-A-61, na Câmara), que mantém a decisão do Tribunal de Contas da União, denegatória do registro de termo de contrato celebrado entre a União Federal e o Banco de Crédito da Amazônia S.A., para a constituição de aforamento de terreno de marinha e acrecimento de marinha situado em Belém, Estado do Pará.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Tribunal de Contas da União em sessão de 20 de abril de 1953, tendo presente o termo de contrato firmado entre a União Federal, por seu Serviço do Patrimônio, e o Banco de Crédito da Amazônia, para constituição de aforamento de terreno de marinha e acrecimento de marinha que a União Federal outorga ao Banco de Crédito da Amazônia, concluiu, face ao não cumprimento de diligência, reiteradas vezes determinada, por negar registro ao dito contrato.

Daquela decisão deu-se ciência ao órgão interessado que, não obstante, deixou transcorrer o prazo de que trata o art. 57, da Lei nº 830, de 1949, sem qualquer pedido de reconsideração.

Em razão disso, e na forma do que dispõe o parágrafo 1º, do art. 77, da Constituição Federal, foi o processo enviado ao Congresso Nacional.

Acatando a decisão do Tribunal de Contas, a Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara, elaborou o competente Projeto de Decreto Legislativo que, submetido a plenário, foi ali aprovado sem restrições.

Igualmente favorável à manutenção da decisão e, conseqüentemente, à aprovação do projeto, é o parecer da dita Comissão de Justiça desta Casa, assim fundamentado:

"C O descumprimento da exigência do Tribunal, decorrente de sua lei interna, dá procedência à recusa do registro, para o qual o Congresso Nacional, dado o descaso comprovado das partes interessadas, não vê razões para suprir".

Ante o exposto, e considerando que do ato nenhum ônus decorre para a

fazenda pública, somos pela aprovação do Projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Manoel Villaga. — Bezerra Neto. — Victorino Freire. — Menezes Pimentel. — Atilio Fontana. — Pessoa de Queiroz.

Pareceres ns. 229 e 230, de 1966

PARECER Nº 229, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 1965 (número 222-A-65, na Câmara), que revoga o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Mikhail Naim Sayeg, para locação de imóvel.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Em sua sessão de 26 de novembro de 1957 o Tribunal de Contas recusou registro ao termo referente a contrato celebrado entre a Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos em São Paulo e o Sr. Mikhail Naim Sayeg, para locação dos armazéns silos nas ruas Gomes Cadin, 182, e Paulo Afonso, 203, na capital do referido Estado, isto porque houve cláusula de efeito retroativo e em face dos termos da cláusula décima-segunda, que reza: "O presente só começará a vigorar a partir da data em que for registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a outorgada locatária nem a União, por indenização alguma, inclusive a decorrente de ocupação provisória dos imóveis locados, se aos mesmos for negado o competente registro por aquele órgão." (fls. 3).

2. A decisão contrariou os pronunciamentos dos funcionários e procuradores do Tribunal favoráveis à concessão do registro. Foi desatendido pedido de reconsideração.

Ao tomar conhecimento do processo ex vi do art. 77 da Constituição Federal, a egrégia Câmara dos Deputados revogou a decisão do Tribunal de Contas, e, muito sabiamente, aprovou o presente projeto de Decreto Legislativo revogando a denegação e determinando a lavratura do registro.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, 10 de março de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Eurico Rezende. — Gay da Fonseca. — Adalberto Senna. — Daniel Kricger.

PARECER Nº 230 DE 1966

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 51, de 1965 (nº 22-R-65, na Câmara), que revoga o ato do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o DCT e o Sr. Mikhail Naim Sayeg, para locação de imóvel.

Relator: Sr. Pessoa de Queiroz.

O projeto ora submetido à nossa apreciação revoga decisão do Tribunal de Contas que denegou registro a contrato de locação de imóvel entre o DCT e o Sr. Mikhail Naim Sayeg.

Deflui do processado que o Colendo Tribunal estribou-se, ao proferir a referida decisão, na circunstância de tratar-se de contrato retroativo, ex vi de sua cláusula 12ª e da informação prestada através de Ofício nº 11.261, pela Diretoria Geral do DCT.

Feitas as comunicações devidas o DCT recorreu da decisão alegando, em seu pro, que: "após entendimentos havidos com o proprietário determi-

nou a atuação da parte do empenho nº 1.025, relativo ao período de 27 de julho a 4 de agosto, inclusive, que foi revertida ao crédito próprio".

Aduziu ainda o referido órgão, em seu recurso, que aquela Diretoria viu-se na contingência de aceitar a locação a partir daquela data, face ao precário estado do prédio onde funciona a agência, circunstância esta que vinha provocando, inclusive, protestos por parte do público e da imprensa.

O Tribunal, no entanto, resolveu manter a decisão por seus fundamentos, enviando o processado ao Congresso, para os fins do parágrafo 3º do art. 77 da Constituição.

A Câmara dos Deputados, todavia, examinando a matéria, houve por bem acolher parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, no sentido de revogar a Colenda Decisão, sob o fundamento de que uma formalidade integralmente sanada não pode ser razão suficiente nº 1.261, pela Diretoria-Geral do caco, tanto mais se se atentar para o fato de que a mesma deve subsistir até hoje.

Ressalta do exposto o rigor com que se houve o Egrégio Tribunal ao denegar registro ao contrato sob exame.

Acertada, pois, a decisão da Câmara, consubstanciada no Projeto. Somos, assim, pela aprovação do mesmo.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Atilio Fontana — Menezes Pimentel — Manoel Villaga — Bezerra Neto — Victorino Freire — Wilson Gonçalves.

Pareceres ns. 231 e 232, de 1966

PARECER Nº 231, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1965 (número 114-A-64, na Câmara), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório do registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e "Pinho e Terras Ltda.", como outorgada compradora.

Relator: Sr. Ruy Carneiro.

O Tribunal de Contas negou registro a contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e "Pinho e Terras Ltda.", como outorgada compradora. Dita decisão, aprovada pela Câmara, converteu-se no presente Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1965, ora submetido à nossa apreciação.

Deflui do processado haver aquela autarquia celebrado contrato de compra e venda de 43.662 hectares de terras públicas sitas no Estado de Santa Catarina, com a firma "Pinho e Terras Ltda."

A Egrégia Corte de Contas, chamada a opinar sobre a matéria, houve por bem negar-lhe o vinculado registro, face ao não cumprimento do disposto no Art. 156, parágrafo 2º, da Carta Magna.

A Comissão, ante o exposto, e fazendo remissão aos fundamentos da colenda decisão, nada tem a opor do ponto de vista jurídico-constitucional à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 15 de fevereiro de 1966. — Wilson Gonçalves, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Jefferson de Aguiar — Edmundo Levy — Eurico Rezende — Argemiro Figueiredo

PARECER Nº 232, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1965 (nº 114-A-64 — Câmara), que mantém o ato do Tribunal de Contas da União, denegatório de registro do contrato de compra e venda celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, como outorgante vendedora, e "Pinho e Terras Ltda.", como outorgante compradora.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

1. Foi recusado registro, pelo Tribunal de Contas da União, em sessão de 5 de outubro de 1951, ao contrato-escritura de compra e venda, lavrado no Tabelião do 23º ofício de Notas da cidade do Rio de Janeiro, a 30 de novembro de 1949, em que figuravam como outorgante vendedora a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional e como compradora a firma "Pinho e Terras Ltda.", de uma área de 43.662 hectares, denominada Peperi-Chapeco, em Santa Catarina.

Entendeu a corte que houvesse infração ao disposto no art. 156, § 2º, da Constituição, isto é, tratava-se de área superior a dez mil hectares e era indispensável autorização prévia do Senado Federal.

2. Não houve pedido de reconsideração, havendo a Câmara dos Deputados aprovado o presente Projeto de Decreto Legislativo, que abona a decisão denegatória do Tribunal. A dita Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela constitucionalidade da proposição.

A Comissão de Finanças opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Victorino Freire — Manoel Villaga — Atilio Fontana — Pessoa de Queiroz — Menezes Pimentel — Wilson Gonçalves.

Parecer nº 233, de 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução nº 4, de 1965, que denomina de "Sala Edmundo Bittencourt" a Sala de Imprensa do Senado Federal.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

O presente Projeto de Resolução complementa as homenagens prestadas no Senado da República ao centenário de nascimento de Edmundo Bittencourt, que transcorreu a 5 de fevereiro p.p.

2. Foi o homenageado antes de tudo o jornalista esclarecido e corajoso, que nos jornais "A Imprensa" e depois como fundador do "Correio da Manhã" e seu dirigente por quarenta anos, contribuiu para o desenvolvimento da vida política brasileira e o triunfo de um jornal independente. A história da liberdade do cidadão e da democracia no Brasil coloca em ponto alto, como um dos seus sustentáculos, a atuação de Edmundo Bittencourt.

A Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente à aprovação do presente Projeto.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves — Gay da Fonseca — Afonso Arinos — Jefferson de Aguiar.

Parecer nº 234, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1966 (nº 199-A-64, da Câmara), que aprova o contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Fundação Serviço Especial de Saúde (FSESP), para aplicação da verba de Cr\$ 10.000.000 (dez milhões de cruzeiros) — dotação de 1960 — destinada ao prosseguimento dos serviços de abastecimento de água nas sedes de municípios do Estado do Amazonas.

Relator: Sr. Wilson Gonçalves.

O Tribunal de Contas da União, apoiado no fato de que se não deu cumprimento à diligência por ele determinada, negou registro ao contrato celebrado em 31 de dezembro de 1960, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, para aplicação de verba — dotação de 1960 — destinada ao prosseguimento de serviços de abastecimento de água em municípios do Amazonas.

Encaminhado o processo ao Congresso Nacional, na forma do disposto no parágrafo 1º do art. 77, da Constituição Federal, entendeu a Câmara dos Deputados, por sua Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, serem irrelevantes as razões invocadas pelo Tribunal de Contas, mormente quando considerada a alta finalidade do instrumento contratual a que se negou registro, e, assim, reformada a decisão prolatada, mandar registrar o contrato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo sugerido por aquela Comissão e posteriormente aprovado pelo Plenário.

A Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa, na forma do parecer do Senador Bezerra Neto, manifestou-se pela aprovação do Projeto.

Realmente, válidas são as razões invocadas pelo Relator da matéria, na Câmara, Deputado Minoru Miyamoto, para determinar a modificação do decisório do Colendo Tribunal de Contas da União, face ao que opinamos pela aprovação do Projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Wilson Gonçalves, Relator. — Manoel Villaga — Victorino Freire — Bezerra Neto — Meneses Pimentel — Pessoal de Queiroz — Atílio Fontana.

Pareceres ns. 235 e 236, de 1966.

PARECER Nº 235, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto do Decreto Legislativo nº 3, de 1966 (nº 193-A-64, da Câmara), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Rio Grande do Sul e o senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul.

Relator: Sr. Bezerra Neto

1. O Tribunal de Contas da União em sua sessão de 20 de abril de 1964 recusou registro ao termo aditivo de contrato celebrado entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o sr. Giacomo Rossi, para locação do imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal, em Caxias do Sul. Foi formulado pedido de reconsidera-

ção e o Tribunal manteve a denegação em sua sessão de 3 de julho daquele ano, para a 1ª de setembro seguinte recorrer ex-officio ao Congresso Nacional, para os fins previstos no § 1º do art. 77 da Constituição.

2. Os fundamentos da recusa consistiram no fato do contrato em causa haver sido publicado fora do prazo e a despesa não ter sido empenhada previamente. No seu pedido de reconsideração do Delegado Fiscal no Rio Grande do Sul esclareceu o seguinte:

"a) o empenho não foi previamente efetuado em face de, à data de 2.1.1964 ainda não ter sido distribuída a verba respectiva, devendo o aluguel ser contado desde o início do exercício, uma vez que aquela repartição já vinha ocupando o imóvel desde aquela data;

b) também não foi publicada aquela celebração, dentro do prazo regulamentar, por não contar esta DF com a verba própria".

3. Ponderou o Delegado outras razões de ordem prática, e a Câmara dos Deputados, através do parecer da Comissão Financeira e Tomada de Contas, determinou o registro, acolhendo projeto de Decreto Legislativo.

Usa o Congresso, na espécie, de sua soberania, e sana as graves omissões da União que não libera as verbas e por isso não as havia para custear as despesas da publicação e o pagamento do aluguel no primeiro mês do ano.

A Comissão de Constituição e Justiça é de parecer pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Comissões, em 16 de março de 1966. — Milton Campos, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Afonso Arinos. — Jefferson de Aguiar. — Gay da Fonseca. — Wilson Gonçalves.

PARECER Nº 236, DE 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 3, de 1966 (nº 193-A-64 — Câmara), que autoriza o Tribunal de Contas da União a registrar o contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1964, entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Sul e o senhor Giacomo Rossi, para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal em Caxias do Sul.

Relator: Sr. Bezerra Neto

Havendo o Tribunal de Contas da União recusado registro a contrato celebrado entre a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Rio Grande do Sul e o Senhor Giacomo Rossi para locação de imóvel destinado à instalação e funcionamento da Coletoria Federal de Caxias do Sul, a Câmara dos Deputados, através da Comissão Financeira e de Tomada de Contas, anulou a referida decisão, mandando, por presente projeto de Decreto Legislativo, efetuar o registro.

2. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado examinou minuciosamente a matéria e opinou pela aprovação do presente projeto de Decreto Legislativo.

A Comissão de Finanças é pela aprovação da presente matéria, como a enviou a egrégia Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1966. — Irineu Bornhausen, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Manoel Villaga. — Victorino Freire. — Atílio Fontana. — Meneses Pimentel. — Pessoal de Queiroz.

Parecer nº 237, de 1966

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1966 (nº 3.836-B-62 — Câmara) que retifica a Lei número 3.835, de 18 de dezembro de 1960, que cria Coletorias Federais em diversos Municípios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso, Para, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo; e da Caldas providências".

Relator: Sr. Victorino Freire

O projeto sob exame visa a retificar expressões constantes do art. 1º da Lei nº 3.855 de 18 de dezembro de 1960.

As expressões, objeto de correção, são as relativas às nomenclaturas de dois municípios do Estado da Bahia: "Ibicaraí" e "Coaraci", grafadas erroneamente na citada Lei, como: "Ibicari" e "Coará".

O projeto, portanto, adota fórmula que não se ajusta à técnica legislativa, quando, em função da pretendida retificação, manda que se leia, de modo diverso da forma na texto legal, os nomes dos municípios em questão.

Assim, opinamos pela aprovação do projeto, com a seguinte

EMENDA Nº 1-CSPC.

Do art. 1º
Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º. As expressões: "Ibicari" e "Coará" constantes do art. 1º da Lei nº 3.855, de 18 de dezembro de 1960, são retificadas para "Ibicaraí" e "Coaraci", respectivamente.

Sala das Comissões, em 20 de março de 1966. — Adalberto Sena, Presidente eventual. — Victorino Freire, Relator. — Manoel Villaga. — José Feliciano.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — No expediente lido figuram Mensagens pelas quais o Sr. Presidente da República dá conhecimento ao Congresso Nacional de dois vetos que acaba de proferir.

Atinam esses vetos as seguintes proposições:

— Projeto de Lei nº 2.257-B-63 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Padre Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição, Agropecuária e Industrial;

— Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências.

Ambos os vetos são totais.

A fim de conhecerem desses vetos esta Presidência designa a sessão conjunta já convocada para o dia 25 de maio próximo, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar designa:

— quanto ao primeiro veto, os Srs. Senadores:

— José Feliciano (ARENA) — José Gutomard (ARENA) e Rui Carneiro (MDB);

— quanto ao segundo os Senhores Senadores:

— Lobão da Silveira (ARENA) — Lopes da Costa (ARENA) e Bezerra Neto (MDB).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimentos de informações que vão ser lidos:

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 131, de 1966

Senhor Presidente:

A imprensa brasileira, especialmente o jornal "O Estado de São Paulo", edição do dia 27 de março ontem lido, vem divulgando notícias, e seus reflexos na opinião pública, a respeito dos "cortes drásticos de recursos da União ao III Plano Diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para os anos de 1966 e 1967" e que a medida foi implicitamente admitida em pesados comentários feitos pelo Superintendente daquele órgão.

Para esclarecimento e conhecimento exato do assunto, requero, nos termos do art. 213 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais as seguintes informações:

1º) Foi realmente autorizado corte ou redução nos quantitativos das dotações do III Plano Diretor da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), aprovado pela Lei nº 4.689, de 1º de dezembro de 1965?

2º) Na hipótese afirmativa, qual a autoridade que determinou essa providência e em que fundamento jurídico ou legal se apoiou para torná-la efetiva?

3º) Ainda na hipótese afirmativa, foi adotado um critério único, uniforme, para a citada redução, ou foram empregados vários critérios, segundo a natureza ou a finalidade das dotações?

4º) Quais foram esses critérios e as percentagens adotadas?

5º) Tiveram as verbas de custeio a mesma redução ou corte das dotações destinadas a investimentos e a transferências financeiras (auxílios ou subvenções)?

6º) Em quanto importam essas reduções, distribuídos os subtotais, pelos diversos Anexos em que se desdobra o aludido Plano?

7º) A quais exercícios do triênio se referem esses cortes?

8º) Caso se caracterize definitivamente a seca no Nordeste no corrente ano, mesmo assim serão mantidos os cortes ou reduções das verbas do mencionado Plano?

9º) Na hipótese afirmativa do questionamento anterior, os remanescentes de dotações aplicáveis serão suficientes para se enfrentar, com eficiência, em 1966, a calamidade que ameaça pesar sobre o Nordeste?

Sala das Sessões, em 1º de abril de 1966. — Wilson Gonçalves, Senador.

Requerimento nº 132, de 1966

Requeremos à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas do Ministério da Indústria e do Comércio, as seguintes informações:

1) Quantos contratos já foram formalizados, até a presente data, com empresas estrangeiras ou nacionais ligadas a estrangeiros, autorizando a exploração, em nosso País, da indústria petroquímica?

2) Quais as condições, valor e prazos desses contratos?

3) Quantos contratos dessa natureza estão sendo processados por essa Pasta?

4) Quais os produtos petroquímicos cuja fabricação foi assim autorizada?

5) Esses contratos foram firmados dentro das normas do chamado "Acordo de Garantias de Washington"?

6) Para a implantação dessas fábricas foi importado material ou máquinas usadas? No caso afirmativo, isso se verificou dentro do que dispõe a Instrução nº 276, da antiga SUMOC, hoje Banco Central da República?

Justificação

A imprensa tem noticiado, com freqüência, a assinatura de contratos para que empresas estrangeiras, cujas nacionais ligadas a estrangeiras, exportem a indústria petroquímica.

Fomos insistentes na necessidade de que essa indústria, intimamente vinculada ao processo de desenvolvimento nacional, seja entregue a Petrobras, que já adquiriu e mantém condições para isso. A rigor, pois a nosso ver, deveria constituir monopólio estatal a sua implantação e exploração.

Intelectualmente outra, tem sido a orientação governamental.

O requerimento visa esclarecer qual o vulto desses contratos e se não estavam as empresas favorecidas, esculpidas na lamentável instrução número 276, da antiga SUMOC (hoje Banco Central da República) criada para ca material e maquinismos vindos e usados, ou ainda concorrendo com os fabricantes nacionais desses maquinismos e materiais.

Finalmente pretendemos ficar sabendo se essa orientação já não seria resultado e consequência do tão combatido, prejudicial e leonino — contra nós — “Acordo de Garantias”, de Washington, cujos malefícios não nos cansamos de, infrutiferamente, mostrar a esta Casa e a Nação.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 1966. — José Ermirio de Moraes.

Requerimento nº 133, de 1966

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos do art. 213, do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Ministério do Trabalho e Previdência Social as seguintes informações:

I — Quais as entidades de assistência médico-hospitalar no Estado da Guanabara, que prestaram e prestam ainda serviços de maternidade ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, a partir de 1º de janeiro de 1961 até a presente data;

II — Desde quando foram celebrados os convenios e quais os seus termos;

III — Se atenderam integralmente a exigências preestabelecidas de condições mínimas de segurança e conforto, do ponto de vista material e técnico, e qual a integridade das perícias, prévias ou posteriormente, realizadas em cada uma;

IV — Informar se houve no período aludido — janeiro de 1961 a março de 1966 — qualquer rescisão e quais as entidades alcançadas;

V — Dizer das razões alegadas pelos setores administrativos e técnicos do I.A.P.C. e qual o teor literal da correspondência trocada entre as partes, e de perícias, porventura, levadas a efeito, visando a confirmá-las ou não;

VI — Se as rescisões verificadas foram conseqüentes a inspeções periódicas, de ordem geral, e os nomes das autoridades administrativas e técnicas, que as determinaram e executaram, esclarecendo, outrossim, se elementos médicos do Serviço de Obstetrícia do I.A.P.C., setor da Guanabara, faziam ou fazem parte do corpo clínico das entidades refugadas e das que ainda lhe permanecem vinculadas, através de serviços de maternidade ou de outra natureza;

VII — Qual o montante das despesas efetuadas anualmente, no período constante do item I, com cada uma das entidades assistenciais de mater-

nidade vinculadas por convênios a Autarquia em referência;

VIII — Que, por fim, as informações solicitadas ao I.A.P.C. correspondem à verdade dos fatos, a fim de serem apreciadas devidamente no seio da Comissão de Legislação Social ou da tribuna desta Casa.

Sala das Sessões, 1º de abril de 1966. — Vivaldo Lima.

Requerimento nº 134, de 1966

Requeremos à Mesa, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério da Indústria e do Comércio, as seguintes informações:

1) Quais as empresas que estão compreendidas nos favores do Projeto de Lei nº 16, da Câmara dos Deputados (nº 3.383-B-65, na Casa de Origem), que trata de isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças?

2) Qual o conceito de “importadores tradicionais” adotado oficialmente por esse Ministério?

3) Qual o montante dessas importações, até 31 de outubro de 1965?

4) Essas importações compreendem, também, material ou maquinismos usados, importados de acordo com a Instrução nº 276, da antiga SUMOC, hoje Banco Central da República?

5) Foi o Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) previamente ouvido sobre cada um desses pedidos de licença de importação, e, sobretudo, sobre a equiparação aos produtos similares nacionais desse material importado?

Justificação

Por iniciativa do Senhor Presidente da República, e baseado em exposição de motivos do senhor Ministro da Indústria e Comércio, foi encaminhado à Câmara dos Deputados Projeto de Lei que tomou o número 16-65.

Visa conceder isenção de tributos para importação de bens de produção destinados ao reequipamento e modernização da indústria de veículos automotores e de autopeças.

Durante sua regular tramitação pelo Senado o senhor Ministro da Indústria e do Comércio houve por bem propor alterações ao Projeto original, objetivando a extensão dos mesmos favores a material estocado pelos “importadores tradicionais”, material assim equiparado ao similar nacional.

Visa o presente requerimento obter melhores esclarecimentos sobre o assunto, em defesa do legítimo produtor nacional, bem como saber se essa “modernização” da indústria de veículos automotores e de autopeças está ou não sendo feita com maquinismos usados ou obsoletos, para aqui trazidos pela porta escancarada da Instrução nº 276, da antiga SUMOC, hoje Banco Central da República.

Da mesma forma pretendemos nos cientificar-se o Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (GEIMEC) da Comissão de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio foi previamente ouvido sobre o alcance desses favores legais, notadamente no que diz respeito ao material estocado por “importadores tradicionais”, cujo conceito não se sabe exatamente qual seja.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 1966. — José Ermirio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Os requerimentos lidos não dependem de apoio nem de deliberação do Plenário. De acordo com o disposto no art. 213, “d”, serão publicados e, em seguida, despachados pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Cattete Pinheiro.

O SR. CATTETE PINHEIRO:

(Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos aqueles que se detinham em análise, a mais superficial que seja, da conjuntura brasileira, não de sentir o País vivendo período de duras realidades.

Os planos anti-inflacionários do Governo da União, nos últimos anos, têm cometido, sempre, o lamentável equívoco de menosprezar o esquecer a defesa do homem — capital básico da Nação.

Nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, a vida média continua sendo de 45 anos para os homens e 50 anos para as mulheres. Enquanto isso, continuamos insensíveis ou indiferentes às características nacionais, esquecidos de que as reformas socioeconômicas, que tanto se tem proclamado necessárias e se tem afirmado constituir as grandes metas dos governos, não poderão ser concretizadas enquanto a grande massa brasileira continuar incapaz de dinamizar a produção e constituir imprescindível e real mercado de consumo dos bens produzidos.

Estas rápidas considerações nos ocorrem fazer, após a leitura de noticiário em torno de uma conferência realizada na Confederação Nacional do Comércio, pelo Sr. Orlando Travancas, Diretor do Departamento Nacional do Imposto de Renda. Vindo a tribuna, para os comentários que nos pareceram oportunos, face aos problemas da Amazônia, queremos congratular-nos com aquele eminente funcionário do Ministério da Fazenda, pelas corajosas revelações então feitas estamos certos, no mais decidido empenho de mostrar, mais uma vez, a necessidade de decisões e realizações de muito reclamadas pelo País.

As afirmações do Sr. Orlando Travancas tornam-se ainda mais expressivas quando assinala:

“Todos nos chegamos à conclusão de que sem apoio efetivo dos brasileiros não poderemos promover uma luta contra a inflação, uma luta que leve ao desenvolvimento do País. Não é possível, não é lógico, não é justo que só uma minoria venha contribuindo para os encargos orçamentários do País. Quando pensamos que em 100 brasileiros, 95, realmente, não têm capacidade de pagar; quando pensamos que dos cinco que podem pagar, só cerca de três estão pagando nós nos capacitamos de que é preciso, urgentemente, aumentar a faixa dos contribuintes brasileiros.

Ou nos, cada um de nós, em sua atividade, melhora, aumenta sua produtividade, ou não teremos condições de intensificar na medida das necessidades, o progresso do País, quando ainda 70% das populações brasileiras vivem nas zonas subdesenvolvidas, completamente sem recursos”.

Vemos assim reafirmado, com a maior isenção, na análise fria, matemática, feita pelo Sr. Orlando Travancas, que as soluções dos nossos problemas devem ser procuradas, em essência, dentro de nossas próprias fronteiras. As verdadeiras soluções que devemos encontrar, a serviço do grande Brasil do futuro, só poderão vir da correta aplicação das extraordinárias conquistas humanas, da ciência e da tecnologia modernas, adaptadas à realidade nacional e colocadas a serviço do povo brasileiro,

com uma dinâmica assegurada pelo homem brasileiro, nutrido, sadio, forte, capacitado para o trabalho plênssimador da riqueza.

E’ o que temos sempre pugnado para a Amazônia, como área das mais subdesenvolvidas do País: dar ao brasileiro que ali vive e de qualquer maneira ocupa a terra, defendendo a soberania nacional em mais de metade do território pário, os elementos mínimos que lhe possam assegurar a saúde, capacitando-o para as tarefas do desenvolvimento.

Faltavam à Amazônia os elementos financeiros que pudessem incentivar o desenvolvimento de sua economia, libertando-a, progressivamente, de extrativismo.

A consciência dessa necessidade levou as suas bancadas no Congresso Nacional a luta pela concessão dos chamados incentivos fiscais à Amazônia, a fim de ser estimulada a aplicação de capitais em projetos que pudessem assegurar o desenvolvimento regional.

Foi quando esta Casa aprovou em 1963, projeto que se transformou em lei daquele ano, na Lei nº 4.216, cujos benefícios foram ampliados e consagrados em 1965, pelo artigo 27, da Emenda Constitucional nº 18.

Constituiu a legislação citada, Senhores Senadores, fator realmente positivo, extraordinariamente marcante para a Amazônia Brasileira, cujos benefícios pretendemos ressaltar. Estejamos certos, Senhores Senadores, de que aqueles atos que praticamos, votados para o futuro do Brasil, propiciaram o início de uma época de realizações objetivas para o desenvolvimento da Amazônia, que se seguirá, não hesitamos afirmar, um longo período da mais terrível inoperância e de tão lamentável inércia.

“E o primeiro sopro de progresso, até então nunca recebido” — afirmou ainda o Sr. Orlando Travancas na conferência que comentamos — e cujos efeitos a Amazônia começa a colher, pelos investimentos possibilitados com a aplicação de cinquenta por cento do Imposto de Renda, facultado às pessoas jurídicas, quando capacitadas a execução de projetos que possam estimular a aceleração do desenvolvimento do mundo amazônico.

Queremos ainda salientar, porque altamente significativa para a economia regional, a Resolução nº 12-66, da Comissão Deliberativa da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, que estabeleceu normas para aplicação do artigo 27, da Emenda Constitucional nº 18.

Pela Resolução citada, ficou estabelecido que, até o exercício de 1973, os empreendimentos industriais, agrícolas e pecuários, em atividade na Amazônia e instalados a partir de 12 de julho de 1963, pagarão o imposto de renda e adicionais, com a redução de 50%. E ainda, os empreendimentos que foram iniciados na área amazônica, até o exercício de 1968, inclusive, ficarão isentos do imposto de renda e adicionais, pelo prazo de 10 anos a contar da data do início de sua operação.

Com pouco mais de dois anos de vigência da lei que definiu a nova política de incentivos fiscais para a Amazônia, já estão em fase de execução ou implantação, empresas de indústria madeireira, de fibras, de alimentos, de oleaginosas e mineração, em investimentos da ordem de 95 bilhões de cruzeiros.

Para avallarmos a repercussão dos incentivos fiscais, pela injeção de recursos financeiros na debilitada economia amazônica, basta verificarmos que, os orçamentos somados da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para os anos de 1964 a 1966, sem tomar em consideração os cortes legais dos denominados planos de economia e incluindo ainda, em 1966, as verbas para

continuação das obras da rodovia Brasília-Belem, não alcançaram a soma total de 93 bilhões de cruzeiros.

E de se destacar também que, enquanto o chamado órgão de Valorização Econômica da Amazônia tem uma longa história de incógnitas e de contas não aprovadas pelo Tribunal de Contas da União, a nova política de incentivos fiscais, se constituiu num elemento sério, de convite aos empresários do Brasil, para levarem seus empreendimentos à região marcada pela cobiça internacional, contribuindo para torná-la cada vez mais brasileira.

Cumprimos, assim, Senhor Presidente, o dever de mostrar ao Brasil que a Amazônia começa a encontrar os caminhos de sua valorização econômica, no anseio patriótico de tornar-se, também, uma região capaz de quebrar as barreiras do subdesenvolvimento e participar da extraordinária conquista a que nos convoca o mundo moderno, de libertação econômica do País, para a felicidade do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na oportunidade em que se comemora a semana do segundo aniversário da Revolução de 31 de março, desejo gravar os anais do Senado Federal um acontecimento auspicioso: a inauguração do sistema de refletores do Estádio de Brasília, com a realização de uma partida entre as equipes do Flamengo e do Vasco da Gama, do Rio de Janeiro.

Trata-se, sem dúvida, de obra do heroísmo de uma equipe liderada por Hugo Mosca, e do pioneirismo de um povo, em favor do nosso desenvolvimento sócio-esportivo e em obsequio da consolidação de Brasília.

O esforço vem sendo realmente gigantesco, digno dos desbravadores, isto porque, embora a colaboração financeira dos poderes públicos se faça sentir, em seu aspecto global, a construção do nosso Estádio vem sendo carregada nos braços e nos corações da iniciativa privada, em comovedor gesto assistencial.

Até agora foram empregados na obra cerca de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros, desde o seu início, verificado em 13 de junho de 1964, em cerimônia presidida pelo General Souza Aguiar, então comandante da nossa Região Militar, com a apostrofe da pedra fundamental, começando-se, porém, a parte de concreto a 2 de outubro daquele mesmo ano.

Louve-se, no quadro dessa monumental realização, a participação da Construtora Rabelo, responsável pelas fundações e pelos setores de concreto, representando um investimento, até esta data, de 1 bilhão de cruzeiros. Emociona-nos a circunstância dessa Companhia estar colocando mais uma obra de que interesse econômico nessa obra, dando-lhe, por assim dizer, crédito ilimitado. E pode-se asseverar que, sem esse desprendimento, sem essa atitude cativante da Construtora Rabelo, a obra estaria ainda nos "cuiros", nos primeiros vagidos, na etapa inicial da sua infância. A ela dirigese, assim, grande densidade das emoções gratulatórias dos idealizadores do Estádio de Brasília, na pessoa do engenheiro Marco Paulo Rabelo, presidente da empresa, estuário, portanto, de um reconhecimento sincero e peregrino. Seu espírito progressista e sua dedicação constante ficarão assentados neste planalto, como raízes profundas e como instrumento vigoroso da consolidação da nova Capital.

Licito é destacar-se, também, a cooperação do ilustre Prefeito Plínio Cantanhede e do honrado Governo do Estado do Rio de Janeiro, que proporcionaram até este momento auxílios calculados em 250 milhões, acrescendo-se ainda doações particulares, que ultrapassaram a 50 milhões de cruzeiros, e em resumo, doadores avultos a industrial Ermelino Matarazzo. Ajuntando-se a esse quadro cooperativo a efetiva assistência da Prefeitura de Brasília e da NOVACAP, através da implantação de serviços de luz, água, telefone e abertura de ruas de acesso, devidamente asfaltadas.

Nesse grande esforço, a Comissão de Construção, além de realizar a campanha do cimento, venda de distintivos, várias festas no recinto da Exposição, tombolas, num movimento de que vem contando com amplo apoio de todas as nossas classes sociais, vem se dedicando, com êxito, à arrecadação de cadeiras cativas; já prestes a alcançar a terceira série de lançamento.

Em terraplenagem, drenagem e plantação de grama, incluindo-se a pista de atletismo, consumiram-se 81 milhões; no serviço de iluminação, 150 milhões e, por fim, nos vestiários e bilheterias, quantia superior a 50 milhões.

A previsão de custo final da obra cifra-se em mais de 4 bilhões de cruzeiros, mas, despertada e fortalecida, como se encontra, a confiança do público e do Governo, sua complementação deverá ser alcançada em futuro próximo.

A lotação do Estádio será de 60 mil pessoas. No momento, na parte coberta, a frequência do público poderá se dar em termos de 10.000 mil pessoas, eis que nesse local ainda não existem cadeiras. No setor das "gerais", a lotação atual poderá ser de 5.000 pessoas. Aos poucos, essa capacidade poderá ser ampliada, e o será, certamente, na medida em que se puder construir mais arquibancadas de madeira.

A localização do Estádio é excelente, pois é numa zona privilegiada, entre Taguatinga e a Cidade Livre, próximo ao Plano Piloto, com condução fácil e abundante, já existindo ali uma praça de estacionamento para 8.000 carros.

O sistema de iluminação foi projetado pelo Dr. Paulo Vitor, engenheiro do Departamento de Força e Luz, que estabeleceu apenas quatro torres, tendo cada uma, de altura, 33 metros, na qual será pendurada uma "gaiola" com 43 lâmpadas de mercúrio. Esclareça-se que, segundo o dr. Gianfranco Camigne, também do DFL, será a iluminação mais eficiente, bonita e perfeita de qualquer praça de esportes do Brasil, quicá do mundo. É uma honra para a engenharia nacional. Assim, os engenheiros e técnicos do DFL, sob a direção do dr. Ciro Machado, se esmeram num trabalho gigantesco, digno dos maiores encomios pela dedicação e eficiência.

O campo possui as medidas oficiais, inclusive para partidas internacionais, tendo merecido aprovação plena, depois de suficientemente testado.

Na obra, no momento, trabalham mais de 250 operários, divididos em várias equipes, sendo engenheiros responsáveis os drs. Artur Castro e Maurílio Ferreira, dos quadros da Construtora Rabelo.

Há, também ali, trabalhando, uma boa equipe da NOVACAP, dentro dos planos de dedicada e eficiente colaboração, determinados pelo seu Presidente, determinados pelo seu Presidente, determinados pelo seu Presidente.

É justo que se registre, outrossim, a cooperação valiosa que vem prestando ao majestoso empreendimento o Dr. Mauro Thibau, ilustre Ministro de Minas e Energia.

Mas, Sr. Presidente, em todo esse elenco de esforços e de lutas, uma figura se ajeita e se agiganta. É o idealizador, é o iniciador, é o dinamizador

propulsor desse milagre de fé e de trabalho o Dr. Hugo Mosca.

Quando a ideia de se construir o Estádio surgiu e surgiu dele e da sua crença, muitos ou quase todos responderam com a dúvida ou com o pessimismo. A ronda do derrotismo era um fato maldito.

Hugo Mosca, porém, foi deixando de lado os fracassos e medrosos e, praticamente sozinho, no início, perseverou, persuadiu, injetou ânimo e coragem e passou a operar em termos de obsessão e fanatismo em favor da construção do Estádio.

O Sr. Joaquim Parente — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Joaquim Parente — Disse muito bem V. Exa. quando salientou o esforço do Dr. Hugo Mosca em relação à construção do Estádio. Acompanhei, de perto, as primeiras demarcações e muita gente, aquele tempo, tinha dúvidas quanto à realização da obra. Estou certo que de S. S. contou com a boa vontade e cooperação valiosa do Prefeito Plínio Cantanhede, do Dr. José Luiz Pinto Coelho, Presidente da NOVACAP, do Ministro Mário Thibau e muitas outras autoridades. Mas, se não fosse a vontade férrea de Hugo Mosca para resolver o problema da construção do Estádio, talvez Vossa Excelência não estivesse hoje fazendo brilhante discurso.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a intervenção de V. Exa., que traz depoimento valioso para um dos fatos de maior significação pioneira de Brasília, que é a construção do Estádio. E me permito, Sr. Presidente, aproveitando o aparte do eminente Senador Joaquim Parente, salientar circunstância que caracteriza e reforça o mérito da iniciativa dos propugnadores do Estádio de Brasília. Construiu-se o Maracanã, mas foi a Prefeitura do então Distrito Federal quem o construiu. Construiu-se o Pacaembu, mas foi a Prefeitura de São Paulo quem construiu o Pacaembu. Construiu-se o Mineirão, o Estádio de Minas Gerais, recém-inaugurado, mas foi o Governo de Minas Gerais quem o construiu. No entanto, em plena Capital da República, quando se cogitou de construir o seu estádio, recrutou-se praticamente só o trabalho da iniciativa privada.

Longe de qualquer dúvida, como já salientei no meu pronunciamento, houve a cooperação dos poderes públicos, cifrada até agora em 250 milhões de cruzeiros para uma obra orçada em 4 bilhões de cruzeiros.

Podemos então afirmar, sem medo de contestação, que o Estádio de Brasília será uma vitória de Brasília, do seu povo em termos de sua iniciativa privada.

(Retornando a leitura) — Seu entusiasmo de desportista sincero e vibrante terminou, assim como num sistema de vasos comunicantes, por "empolgar" outro e muitos.

Dêsse modo, de cansaço, de fadiga em fadiga, de sacrifício em sacrifício, de recompensa em recompensa, com aquela agitação laboriosa, com aquela subversão empreendedora, que lhe são características fundamentais; reforçadas pela sua virtude de um apaixonado do esporte e de Brasília, Hugo Mosca já pode assistir à floração quase integral do seu imenso e intenso amor ao progresso de nossa jovem Capital e ao bem estar do seu nobre e ativo povo.

A ele, as nossas homenagens, que são muitas, que são tantas, mas que serão sempre poucas para testemunhar a gratidão de Brasília, da sua sociedade e dos seus círculos esportivos. É justo, muito justo, inquestionavelmente justo, seria que se desse a novel praça de esportes o nome de Estádio de Estádio "Hugo Mosca".

numa paranínia em atenção a quem à sua construção vem dedicando a tempera da sua inteligência, os tesouros do seu coração, e os impulsos de sua obsessão edificadora, de envoltura com os passos estagantes do seu pioneirismo criador.

Estamos certo, Sr. Presidente, que o Governo Federal, mostra-se reconhecido diante da construção do Estádio de Brasília, louvando esse esforço corajoso e milagroso da iniciativa particular.

Dai fazemos um apelo veemente ao honrado Ministro da Educação e Cultura, o nobre Deputado Pedro Aleixo. O Decreto-lei 3.199, de 14 de abril de 1941, reza in verbis:

"Art. 47 — As Confederações terão sede na Capital da República."

Ora, temos aí, por força do mandamento legal, que a Confederação Brasileira de Desportos não pode continuar na contemplação atlântica na Guanabara. Seu lugar é aqui. Sua sede é Brasília. Seu domicílio central é a nova Capital.

Sua permanência no Rio de Janeiro é, obviamente, ilegal.

Anima-nos, portanto, o propósito de dirigir apelo ao Governo Federal, no sentido de assinar prazo, não longo, para que a C B D abandone o confeitório da Guanabara e venha para nosso convívio, o convívio de Brasília, o convívio deste aplaudido instrumento de integração nacional, que é a nova Capital.

Com estas palavras, Sr. Presidente, registro nos anais do Senado a alegria que dinamiza o povo de Brasília, pela conclusão de mais uma etapa da auspiciosa construção do seu Estádio. (Muito bem!) (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, na Amazônia, em geral, e no Amazonas, sobretudo, o provimento de altas funções dos seus organismos, sob a supervisão federal, com objetivos de dinamização administrativa ou desenvolvimento econômico, quase nenhuma repercussão tem despertado, salvo nos gabinetes interessados, onde os servidores de repartições devem acolher com as palmas do estilo o novo titular, sempre tendo na memória que "rei morto, rei posto", na sabedoria do adágio popular, contato que não se criem casos na área de Varsóvia.

Ao grande Vale, com suas regiões autônomas — os Estados — em todo o caso, uma mudança nesse sentido ainda era uma esperança, embora tene, de que se havia modificado a atitude indiferentista da União em referência aos seus crônicos problemas.

No passado, eram coisas corriqueiras substituições de chefias, rotineiramente encarradas, sem que de tal adviessem compensações ostensivas, que ultrapassassem os próprios portões dos setores administrativos ou técnicos em mira.

Assim acontecia, com a SPVEA, o BCA, o IAN, o INPA; sucedia da mesma forma com as delegacias estaduais de todos os Ministérios e das Autarquias — enfim, nem sei mesmo se escapava algum ramo da Administração Pública, Federal, por exceção, para contar a história em termos verossímeis.

Nenhuma culpa cabia, em verdade, aos que se revezavam nos postos de mando dos organismos em tela, quase todos servidores capazes e de bom prontuário funcional, tal ocorrendo, apenas, imperiosamente, por força de conjunturas políticas transitórias, face ao que se impunha, dentro dos novos dispositivos governamentais, a simples mudança, ou melhor, a prática corrente de "trocar tão só o santo, dando-lhe de vestir a roupa do outro".

De qualquer modo, com outro santo e a veste do anterior, ou santo novo com roupa própria, pouco ou nada se percebe de interesse real para a região amazônica, dado que se conhecia bem o porquê da substituição, por imposição da política partidária, mas, nenhuma dúvida subsistia de que lhes era facultado apenas na lua de mel funcional fazer algumas promessas, não muito diferentes das que tanto se fazem aos santos em todas as ocasiões de apêto...

Os que, todavia, se aventuravam, ao calor da gala rodante de certas transmissões de cargo, virtualmente prestigiadas, em longas falas, traçar rumos altaneiros e norteadores de planos miríficos, não muito tempo decorria, infelizmente, para que a realidade se mostrasse crua e inexorável, frustrando-lhe a ação e abalando-lhes o moral ante o que, da lembrança grata de aplaudida e auspiciosa investidura, lhes restava nada mais nada menos que nunca foi, para aquelas distantes paragens, tão bem ajustado e duramente certo outro ríto popular de que são amarga comida as nossas próprias palavras.

Exceções, contudo, anotavam-se correspondendo à expectativa a presença de novo dirigente em posto de responsabilidade, cujo antecessor nada mais produzia de útil, obrigado, involuntariamente — justiça se faça — a quantos a isso aliás, se viram levados, a manter em funcionamento apenas o setor confiado, sem meios para transpor os impostos limites de uma existência vegetativa.

Poucas vezes, assim, na verdade, o espelho refletia melhores imagens, dando relevo especial a alguém, talvez mais feliz ou, então, mais incomformado com a apatia de fora, superando-a, de qualquer modo, em bem de um passado funcional próprio ou dos ângulos de problemas locais que dela, tão-somente, dependiam resolvidos. De algum tempo para cá, vêm-se percebendo atitudes diversas, mais firmes e consentâneas, com os interesses do grande Vale, economicamente, sem dúvida, da maior importância para a Nação e, quicá, para o mundo exterior.

Há dias, não regatei aplausos desta tribuna às iniciativas do Ministro Cordeiro de Farias, como Coordenador dos Organismos Regionais, consubstanciadas nos estudos pertinentes ao quadro amazônico, que encaminhou em alentado impresso à apreciação do esclarecido Presidente Castelo Branco sugerindo medidas concretas capazes de promover o reerguimento sócio-econômico da grande bacia. Mereceu, então, o Ilustre Ministro louvores justos à sua eficiente atuação nessa promissora Pasta, salientando-se entre eles os que, com grandeza de expressões, lhe foram endereçados através do magnífico editorial do "Correio Brasileiro", que, naquela oportunidade, teve a satisfação de ler para constar dos Anais desta Casa.

Agora, emana da Presidência da República outro ato de maior significação, não só para a Amazônia, como particularmente, para o meu Estado. Há, na realidade, nele deuses de gigantes da atual administração do País.

O noticiário a respeito não deixa dúvida quanto ao acerto da ideia de escolher o melhor entre, talvez, os constantes nalguma lista de nomes que, para livre escolha, foi oferecida ao criterioso espírito do Presidente da República.

De fato, constituiu acontecimento social e político a nomeação do ex-Deputado Francisco Pereira da Silva para a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Foi ato recebido pelas classes empresariais e trabalhadoras do Amazonas como medida do interesse do Presidente da República em promover o desenvolvimento daquela área, oferecendo possibilidades

de reerguimento e valorização positiva.

Como é sabido, a Zona Franca de Manaus, criada pela Lei 3.175, de 6 de janeiro de 1957, é um organismo autônomo, com personalidade jurídica própria, vinculado diretamente ao Ministério da Fazenda, além de coordenado com os programas sócio-econômicos do Ministério do Interior.

O projeto de criação da Zona Franca de Manaus foi apresentado à Câmara Federal pelo Sr. Francisco Pereira da Silva, então deputado, e que, durante 17 anos, exerceu combativa e operosamente o mandato, como representante do Amazonas, tendo sido agora nomeado Superintendente por indicação do Governador Arthur César Ferreira Dias, com o que se escolheu efetivamente o homem certo, para o lugar certo.

Os Ministérios da Fazenda, Interior e Viação possuem estudos e planejamentos para promover e cumprir um dos objetivos centrais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, com sentido de expansão internacional, através do livre comércio.

A Zona Franca de Manaus, agora com novo dirigente, terá de funcionar na base de setores ativos e especializados, ajustados a serviços administrativos operantes e responsáveis, dentro da área física concedida em lei para suas operações nos arredores da Capital amazonense.

Além de docas de descarga e reembarque de mercadorias estrangeiras, haverá na região instalações industriais para beneficiamento e transformação de matéria-prima recolhida aos armazéns ou instalações especiais.

Desde sua criação, Sr. Presidente, naqueles idos de 1957, muito se esforçaram os mandatários do Amazonas no Congresso Nacional, sem falar do atuante desempenho de sua representação estadual na Assembléia Legislativa, visando a que se desse cada vez mais, forma objetiva ao que preceitua a Lei específica, dentro do mais curto espaço de tempo.

Quase 10 anos decorridos se encontra a Zona Franca de Manaus nos arremedos de uma iniciativa de tão alto alcance para a própria bacia Amazônica, em termos de compreensão lúcida e patriótica do que se colimava com a sua ideia.

Aquelas plagas, todavia, englobadas como Amazônia legal, não estranham a morosidade, que, no passado em particular, os seus problemas têm curso, sempre naquele enervante compasso de espera que lhes é dado sentir tão habitualmente.

Por isso mesmo, raro é o que já encontrou, mesmo parcialmente, solução condizente.

Isso porque, Sr. Presidente, sempre ocorre à sua gente laboriosa, que, dentro das fronteiras, de rios caudalosos e selvas ricas, em termos inimagináveis não obstante, tudo o que para lá se planejava em seu favor pela ação constante de seus representantes, em atendimento a reivindicações justas de bem-estar social e progresso, ocorre — repito — o provérbio confortador de que "de muitos poucos se faz um muito".

Neste instante, Sr. Presidente, em que se aplaude calorosamente a nomeação do operoso ex-parlamentar Francisco Pereira da Silva para funções diretamente ligadas à sorte da economia amazônica, nós, representantes de sua maior parcela — o Amazonas — onde a Zona Franca tem sede e donde espargirá os frutos ótimos de suas atividades benéficas alimentando a esperança de que, entre as suas mãos honradas e dinâmicas, possa ela realizar as suas grandes finalidades em proveito do desenvolvimento palpável nas fronteiras planiciárias, com as repercussões consequentes para o resto da nacionalidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, recebi de São Paulo um manifesto assinado pelos legítimos representantes da

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Federação das Entidades de Servidores Municipais do Estado de São Paulo.

Federação das Entidades de Servidores Federais do Estado de São Paulo

Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo.

Associação dos Enfermeiros Municipais de São Paulo.

Associação dos Escriritários Municipais de São Paulo.

Associação dos Fotógrafos Servidores do Estado de São Paulo.

Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Associação dos Funcionários de Justiça do Trabalho da 2ª Região São Paulo.

Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo.

Associação dos Mecanógrafos Municipais de São Paulo.

Associação dos Motoristas do Estado de São Paulo.

Associação Mútua dos Carteiros de São Paulo.

Associação Paulista de Agrimensura-Segções Federais, Estaduais e Municipais.

Associação dos Professores do Ensino Secundário Normal Oficial do Estado de São Paulo.

Associação dos Professores da Orquestra Sinfônica Municipal de São Paulo.

Associação dos Servidores do Abastecimento de São Paulo.

Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal de São Paulo.

Associação dos Servidores do Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo.

Associação dos Servidores do Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo.

Associação dos Servidores Federais no Estado de São Paulo.

Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas de São Paulo.

Associação dos Servidores do IAP-FESP do Estado de São Paulo.

Associação dos Servidores do Imposto de Renda de Campinas.

Associação de Servidor Público.

Associação dos Servidores Municipais de Marília.

Associação dos Servidores Municipais de São Caetano do Sul.

Associação dos Servidores Municipais de São Paulo.

Associação dos Servidores Municipais de Santo André.

Associação dos Servidores do SAM-DU de São Paulo.

Associação dos Tesoureiros da Caixa Econômica Federal de São Paulo.

Associação dos Tesoureiros Municipais de São Paulo.

Casa do Carteiro de São Paulo.

Centro Social das Classes Distintas da Guarda Civil de São Paulo.

Centro Social dos Guardas Cívicos de São Paulo.

Clube Inapriários de São Paulo.

União das Classes: Portarias, Motoristas, Artífices e Guardas da Caixa Econômica Federal de São Paulo.

União dos Ferrovários Aposentados da Mogiana-Campinas.

União dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana.

União Nacional dos Servidores Públicos — Guanabara.

União Nacional dos Servidores Públicos — Minas Gerais.

União Nacional dos Servidores Públicos de São Paulo.

União dos Previdenciários do Brasil — Guanabara.

União dos Previdenciários do Brasil — São Paulo.

União dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo.

Está o documento concebido nos seguintes termos:

(Lendo)

"MANIFESTO A NAÇÃO

Os servidores públicos federais, estaduais, municipais, autárquicos e ferroviários estatais, que somam, mais de um milhão de pessoas em toda a Nação, através de suas entidades mais representativas, que este subcrevem, reunidos na Cidade de São Paulo, analisaram a atual conjuntura nacional no que tange, especificamente, à situação da classe que representam e constataram a existência de uma verdadeira conjura no sentido de usurpar nossos legítimos direitos, já consagrados em lei, numa tentativa de incompatibilizar-nos com a população como se os empregados do Estado não fossem parcela do próprio povo, mas, em verdade, objetivando desprestigiar o serviço público.

Essa ação vem sendo feita no sentido de nos retirar as nossas mais legítimas conquistas, consubstanciadas em direitos que hoje já se constituem, não só em patrimônio de nossas famílias, como também num exemplo de progresso do povo brasileiro às nações co-irmãs.

Atentemos para os direitos que no momento perigam:

— a estabilidade, inamovibilidade e vitalidade que cogitam extinguir em definitivo com a incorporação do Ato Institucional nº 2 à Carta Magna de 1946, no momento apenas suspensa até 15 de março de 1967, data do término da vigência daquele A.I. 2, e a maior ameaça à conquista da continuidade no emprego, que motiva a defesa de livre e pleno exercício da função pública, à margem e acima de quaisquer pressões políticas.

— a aposentadoria, cujo tempo se articula seja elevado para 40 anos.

— a licença-prêmio, cuja supressão anuncia estar no bojo do projeto de lei da Reforma Administrativa.

— a ampliação da jornada de trabalho, sem maior remuneração, para 8 (oito) horas, em dois períodos, já implantados em 1965, em alguns órgãos, através de Decreto do Governo Federal, está na iminência de ser extensiva a todas e quaisquer repartições.

— a disponibilidade de 30% (trinta por cento) dos ferroviários federais e pessoal autárquico, anunciada recentemente por um Ministro de Estado, nada mais é, na prática, do que a confirmação da dispensa em massa de servidores públicos.

— e tudo isso, sabem todos, atingirá naturalmente, de maneira implacável, não só os servidores federais, mas, também, os estaduais e municipais, pois o A.I. 2 estabelece uma paridade sobre a qual não temos ilusões.

Esses são alguns pontos que nos levam a alertar os companheiros de todo o país para que nos unamos, urgentemente, numa ampla e intransponível frente de defesa nacional dos direitos dos servidores públicos, numa luta que é justa, digna e honrada para os que dela participam.

Com esta nossa atitude não queremos egoisticamente defender, apenas legítimas conquistas de nossa classe, mas, fazer principalmente com que o nosso Brasil não desrespeite os sagrados princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, órgão da ONU que são mais que tra-

tações internacionais já homologados, de há muito, por nosso país.

Os servidores públicos brasileiros, que têm sofrido as maiores injustiças e humilhações, não podem abdicar do direito de se fazerem ouvir e de dialogarem com as autoridades responsáveis, na defesa de um patrimônio que não é exclusivamente seu, mas da Pátria brasileira.

Este alerta pela unidade em defesa dos mesmos direitos ora ameaçados, está rigorosamente dentro da lei e da nossa tradição de conduta serena, de zelo estreitamente pelo serviço público e, só quer demonstrar que nós servidores públicos federais, estaduais, municipais, autárquicos, ferroviários, estatais, inativos e pensionistas, estamos plenamente conscientes de nossas responsabilidades funcionais e convicções de que já foi superada a época das soluções contra a liberdade, caminhando nosso amado Brasil, a passos largos, para a plenitude de seu desenvolvimento democrático.

Companheiros: Unamo-nos pela defesa dos direitos dos servidores e pelo bem do Brasil.

São Paulo, 24 de março de 1966". Sr. Presidente, são as associações de classe, as federações e confederações dos servidores públicos do Brasil que lançam o manifesto que acabo de ler e transmiro para conhecimento dos Senadores da República, porque, representando os Estados da Federação Brasileira, precisamos tomar conhecimento daquilo que aqueles que nos elegeram reivindicam. Mesmo quando aqui, da tribuna do Senado, pedimos à Mesa que olhe para o nosso funcionalismo, estamos usando daquela prerrogativa que é nossa, de lhes defendermos os interesses mais sentidos.

Há um movimento nacional que ninguém pode mais ignorar: tanto os assalariados que trabalham para empresas privadas, quanto os assalariados que trabalham para a União, Estados e Municípios, despertaram, congregam-se, e, dentro das normas da Constituição, no que lhe resta, pleiteiam um direito à vida, que é todo seu e universal.

Já lemos hoje que, nos últimos pronunciamentos do Sr. Presidente da República, Sr. Marechal Castello Branco, a nota dominante, a tônica é o respeito às conquistas dos trabalhadores. Que S. Ex.^a diz não postergar, não deseja ferir, não deseja anular.

Verifica-se, então, que a Presidência da República está muito mal assessorada, porque o que se espalhou por toda a parte, o que se disse pela boca de Ministros, de autoridades, de responsáveis, o que se apregou é que estava em curso uma alteração no instituto da estabilidade. Dai a preocupação das classes assalariadas deste País.

Ora, Sr. Presidente, sou dos que pensam que foi feito um teste, e aqueles que vivem de salário, sob uma ameaça iminente, alertados, tomaram posição. Porque ninguém que conquistou um direito, a não ser que tenha abdicado de tudo aquilo que representa vontade, sensibilidade, compreensão dos seus próprios problemas, ninguém que conquistou um direito abdica dele sem luta.

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Com grande prazer, Senador.

O Sr. José Guimard — Referiu-se V. Ex.^a à manifestação do Senhor Presidente da República, em São Paulo, sobre as conquistas dos trabalhadores. Acerca da estabilidade, que o nobre colega tanto tem defendido, deve ter notado que o chefe do Governo disse não ser absolutamente contra esse instituto. Ao contrário, mandou que o assunto fosse estudado por comissões de trabalhadores. Não

posso acreditar — e muito menos Vossa Excelência — que os trabalhadores fossem propor ao Governo, ou capazes de propor, medida contra eles mesmos. De maneira que penso não há motivo para muita preocupação a respeito do assunto de que V. Ex.^a acaba de tratar tão brilhantemente, nesta tribuna.

O SR. AURÉLIO VIANA — Mas, nobre Senador José Guimard, imagine V. Ex.^a, pense V. Ex.^a nos últimos acontecimentos que dizem respeito aos assalariados deste País, e então vai verificar que não há relações públicas, não há assessoria à altura do momento que vive a nação brasileira. E' como se o Governo mandasse consultar aos militares sobre a redução dos seus salários, dos seus vencimentos, dos seus direitos; fosse consultar os militares sobre se eles desejariam a ab-rogação, a eliminação do Código de Vantagens; é como se fosse consultar aos funcionários públicos se desejariam reestudar a aposentadoria para 40, 45 ou 50 anos; é como se fosse consultar aos juizes se deveriam estudar o processo que anula certas e determinadas prerrogativas que têm.

Ora, seria um absurdo, o imprevisível. O fato é que, V. Ex.^a também leu há palavras muito duras dirigidas aqueles que estão defendendo os interesses dessas classes por julgá-los ameaçados. São palavras duras do Presidente da República. Mas quem foi provocar o assunto? S. Ex.^a, que é militar, sabe — e eu aprendi — que primeiro se reconhece o terreno para depois avançar. Porque o terreno pode estar minado. E sem conhecimento do terreno, avançou. Mas o terreno já estava minado, a defesa já estava apresentada. Então, não entendemos: primeiro se causa inquietação e depois da inquietação estabelecida, procura-se um modo de suavizar o problema. Repito: é falta de assessoria. Não estou para duvidar da afirmação do Chefe do Governo, mas que tome S. Ex.^a todo o cuidado porque há muros na costa, não tenho dúvidas quanto a isto.

Queremos clareza. Estamos num tempo em que os governantes devem ser claros, objetivos; devem assumir atitudes que só deem margem a uma interpretação, somente uma. De outra maneira, de inquietação em inquietação, formando uma corrente que preocupa a todos, o estado democrático não resiste.

O Sr. Atilio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Atilio Fontana — V. Ex.^a tem sempre demonstrado interesse em abordar os problemas nacionais procurando palavras de esclarecimento para que possam ser aproveitadas no encaminhamento de uma solução. Certamente terá observado que o Sr. Presidente da República vem demonstrando grande força de vontade para corrigir distorções e erros do passado, terminar com a corrupção e aplicar, da melhor forma possível, os tributos que o povo paga ao erário público. A verdade, porém, nobre Senador é que, apesar de todos esses esforços, ainda não conseguiu equilibrar as finanças da Nação. Temos, principalmente as autarquias as empresas estatais que apresentam grandes déficits; temos a produção nacional baixa, não atingindo aquele nível indispensável para proporcionar ao povo uma situação de bem-estar. Surge, então, dilema: de onde tirar para cobrir as despesas? Como comprimir essas despesas? V. Ex.^a está focalizando os problemas da estabilidade, da pensão aos 40 anos e tantos outros. Não tenho dúvida de que o Governo é realmente bem intencionado. Não deseja sacrificar, mais ainda, os assalariados que já ganham o insu-

ficiente para a sua subsistência. Não deseja sacrificar os nossos bravos patriotas do campo, aqueles que cultivam a terra, que trabalham no campo, que sofrem dificuldades extremas. Há, sem dúvida, um mal-estar para o qual se procura encontrar solução. V. Ex.^a, como todos os demais, acreditam — creio — nos bons propósitos do Sr. Presidente da República, no sentido de dar ao Brasil um Governo democrático, livre e independente de auxílios externos, para auto-suficiência de seu povo. Grandemente empenhados em encontrar as verdadeiras soluções para vencer essas dificuldades nós, como membros do Congresso Nacional, devemos, com isenção de ânimo, colaborar com o Governo no sentido de que sejam encontradas essas soluções cuja finalidade é proporcionar um melhor padrão de vida para o seu povo e um período de tranquilidade.

O SR. AURÉLIO VIANA — Senador Atilio Fontana, isso é o que todos nós desejamos. Infelizmente, não esperamos. A verdade não pode sorrir qualquer contestação: o custo da vida não foi detido; a inflação continua, e a galope. Avaliou-se em 10% o aumento do custo da vida em 1966, e somente nos primeiros meses de 1966 os 10% já foram ultrapassados, em diversos Estados da Federação brasileira.

Ora, são quarenta e cinco entidades de classe que lançam esse manifesto à Nação brasileira. Por que? Fomos nós, da Oposição, que as provocamos? Fomos nós que jogamos, no Brasil, esses dados que as inquietaram e as inquietam?

Os mesmos feiticeiros que intranquilizaram, no campo econômico-financeiro, este País o intranquilizam hoje; apenas houve tempo em que a inquietação explodia nas praças e hoje, ela é contida, mas continua nos corações, nas almas e nos espíritos.

O que me interessa, a mim, é que o povo esteja tranqüilo e feliz. Se ele está inquieto, contido ou não, pela força, a inquietação do povo deve causar profundas preocupações aos que governam e grandes simpatias aos que não estão no poder.

O Sr. José Guimard — Exato! Mas, então, nobre Senador, V. Ex.^a está reconhecendo tacitamente que ao Governo é que não interessa, absolutamente, inquietação alguma; não interessa a ninguém, sobretudo ao Governo!

O SR. AURÉLIO VIANA — O admirável é que, não interessando a inquietação ao Governo, o Governo inquieto, porque as suas medidas são tão impopulares, tão incompatíveis com a realidade nacional!

O produto nacional bruto e o industrial bruto decrescem. A nossa indústria, que manipula com capitais nacionais de empréstimos, está num ciclo de preocupações imensas, porque os mágicos, que no campo da economia, assessoram o Governo, dão a impressão, a todos nós, de que estabelecem como premissa que toda a indústria nacional ou é supinamente atrasada ou já está num avanço muito grande. E', a nosso ver, um erro de perspectiva absolutamente condenável. Numa mesma região, por exemplo, na região açucareira do Nordeste, ao lado de uma usina como a Central Leão que, às vezes, em certa época do ano, de cada tonelada de cana extrai mais de 120 quilogramas de açúcar, existem outras que de cada tonelada de cana não extraem 90 quilos! Na que extrai por tonelada mais de 120 quilos, são empregados na "esteira", por exemplo, dois homens; na que extrai 90 quilos, muitas vezes são empregados 30 homens... e o salário é o mesmo.

Há, em São Paulo, uma quantidade enorme de fábricas, cuja maquinaria é de idade desconhecida e a pro-

ductividade é mínima se comparada com a de fábricas mas modernas. Então, verificamos que a análise, fruto da comparação, tem que ser feita noutros termos.

Li hoje mesmo que, para o aperfeiçoamento e aparelhamento das fábricas de tecidos do Brasil, teríamos necessidade de alguns milhões de dólares. Então, que estamos verificando? A indústria nacional vai, aos poucos passando para mãos estrangeiras, que continuam lá no estrangeiro, possuindo-as aqui.

Isto é um bem? Só por impatirismo — não falo mais em espírito nacionalista — poderíamos considerar um bem para nós essas transferências...

Vamo-nos anulando: aos poucos e o Brasil passa a ser uma nação ocupada; nominalmente de brasileiros, mas toda a sua economia nas mãos de grupos estrangeiros. E, outra questão que não quero analisar agora.

Manifesto, neste momento, apenas, a nossa grande preocupação: o desemprego que aumenta, os salários que se reduzem porque reduzido está o poder de compra do assalariado; reflete-se isto, imediatamente, na indústria que, ou dispensa operários ou, então, passa a trabalhar menos horas por semana. Em consequência, gera-se uma luta de classes pelo desespero, muitas vezes, de ambos os lados.

O Sr. Atilio Fontana — E' verdade.

O SR. AURÉLIO VIANA — Este é que é o ponto importante: o Governo tem que tomar medidas heróicas...

O Sr. Atilio Fontana — Certo.

O SR. AURÉLIO VIANA — ... e tem que fazê-lo já e já, o quanto antes!

Estou alarmado com as notícias que recebo, não só do Estado de São Paulo como de outros da Federação, sobre a produção agropecuária. Então, aquela esperança que tínhamos de um aumento...

O Sr. Atilio Fontana — Permite um aparte, nobre Senador?

O SR. AURÉLIO VIANA — ... nesse campo está sendo desfeita, e a fome é a maior inimiga da estabilidade política de qualquer país.

O Sr. Atilio Fontana — E V. Ex.^a excelência ainda teve oportunidade de dar parecer sobre projeto de nossa autoria, em que se autorizava a redução do frete ferroviário em 50%, sem dúvida nenhuma medida justa e de estímulo à produção agropecuária. O projeto foi aprovado no Senado, no entanto, não passou na outra Casa do Congresso Nacional. Continua engavetado na própria Secretaria da Câmara dos Deputados.

O SR. AURÉLIO VIANA — Os próprios órgãos governamentais foram contra.

O Sr. Atilio Fontana — Apenas um!

O SR. AURÉLIO VIANA — E' exato.

O Sr. Atilio Fontana — Precisamos compenetrar-nos, nobre Senador Aurélio Viana, de que, no Brasil, em cada cem habitantes há vinte que trabalham para a produção, enquanto em outros países essa percentagem vai além de quarenta. Exemplo digno de menção foram as eleições de ontem na Inglaterra, onde o Partido Trabalhista obteve estrondosa vitória. E não foi feriado naquele país. Trabalharam-se em todos os setores: no comércio, na indústria, nas próprias repartições públicas. Quer isto dizer que nos países adiantados a questão de trabalho é muito mais eficiente do que em nosso País.

A preocupação do Governo tem sido a de encontrar uma fórmula de amparar melhor os que trabalham; mas

que eles sintam aquela necessidade de aprimorar as suas condições de operário, de trabalhador. E' o de que precisamos. Uma percentagem maior de patrícios nossos devem prestar serviços porque, no Brasil, me permita V. Exa., existem duas classes: a classe pobre, que não tem mesmo trabalho e, portanto, não produz, e a classe de elementos mais abastados, que também não produz.

O SR. AURELIO VIANA — Mas quem viu a classe obreira do País a adotar esse sistema de aproveitar-se o máximo do tempo para o lazer foi a classe dominante, a classe empresarial, a classe empregadora. Quer V. Exa. um exemplo? O Senado da República — não sei se a Câmara também — decretou feriados contra os próprios princípios da Igreja. Quer dizer que os católicos do Brasil respeitam muito mais a *Semana Santa* que os católicos da Itália, de Roma, do Vaticano.

O Sr. Atilio Fontana — Que trabalham toda a semana.

O SR. AURELIO VIANA — Ora, nobre Senador, conversando com um sacerdote muito meu amigo, sobre o

Então os próprios empregadores no Brasil e em quase toda a América Latina, ele sorriu e esteve me dizendo como é em Roma, no Vaticano.

Então os próprios empregadores no Brasil — isto vem de séculos — dão esse exemplo aos empregados. Eu

V. Exa. verifica mesmo que há muita gente da classe assalariada que não cruza os braços, que, tendo oportunidade, trabalha.

V. Exa. verifica mesmo que há uma infinidade de funcionários públicos, neste País, que trabalham o tempo que lhes é exigido pelo Estado e, depois, continuam trabalhando para empresas particulares, para completar o salário com o qual possam fazer face à necessidade de suas famílias.

Esta luta para que não haja um aumento de horas de trabalho para os funcionários, em dois períodos, tem um significado econômico que não podemos desconhecer. E' que a classe assalariada que tem costumes, que tem vida da pequena burguesia, alarma-se porque sabe que, trabalhando dois horários, pagando imposto de renda, sendo obrigados a comprar casa pelo preço que lhe é exigido, hoje, pelo Estado, terá que trabalhar as 6 horas para a Nação e terá que trabalhar, não mais 6, talvez mais 12 horas, para poderem manter o *standard* de vida que lhe foi exigido. Este é que é o ponto. O alarma vem daí.

O Presidente desta sessão, Senador Gilberto Marinho, que representa um Estado em que os funcionários contam-se aos milhares, municipais, estaduais e autárquicos, — já se tem referido a isto — conhece o problema e pode testificar que estão todos atemorizados.

Agora mesmo, V. Exa. é testemunha, depois de contratos firmados entre funcionários e Institutos de Previdência, o Sr. Presidente da República alterou decreto, através do outro decreto, para que os cálculos para os pagamentos das prestações sejam sobre o vencimento bruto, com exceção apenas do salário-família. Num só golpe, lança na maior inquietação esse povo, que já com dificuldade iria comprar o apartamento e que agora já está para romper o contrato, porque não suporta mais.

O Sr. Oscar Passos — E ainda por cima se vai exigir um reajustamento mensal, com a correção monetária.

O SR. AURELIO VIANA — Exatamente.

Hoje mesmo eu estive com um Senador, dos que vivem de subsídios e só, e ele me disse preocupado: —

O IPASE vai cobrar 38 milhões de cruzeiros por um apartamento em Brasília.

E sabemos que quase todos os apartamentos construídos em Brasília sob a responsabilidade daquele Instituto foram mal construídos, mal acabados. Quantas e quantas vezes nossas famílias, nossos filhos andaram mesmo subindo aquelas escadas todas, porque não há cuidados. O material é ruim, é péssimo.

V. Exas. estão observando que em Brasília há reconstruções de apartamentos antes de terem sido habitados. Foi a pressa, o apodamento.

Trinta e oito milhões de cruzeiros, ainda sujeitos, todos nós, à correção monetária, sem se contar com o condomínio e todos os impostos, todas as taxas.

Ora, Senador Atilio Fontana, o Governo quer acertar, errando? Não acerta nunca! Não planeja, não organiza.

Nós conversávamos hoje, amigavelmente, sobre uma medida do Ministério da Agricultura, para aumentar a bacia leiteira do Brasil, principalmente em Brasília, mas é do Brasil inteiro.

O objetivo é proteger a pecuária, a média propriedade. Pois a medida, como está sendo tomada, vai proteger, justamente, a quem menos precisa. Pela impossibilidade de o pequeno e médio agricultor adquirir o gado leiteiro que o Ministério da Agricultura lhe deseja entregar por venda. Porque as exigências feitas — e o interessante é que de alguma forma são justas, tornam impraticável a operação. Sim, porque o proprietário rural — o pequeno e o médio — terão de ter o estábulo. Então, terão de fazer o estábulo; e 85% dos proprietários não possuem estábulos à altura; não têm dinheiro para fazê-lo; terão de dar uma entrada para poder receber o gado que compraram; terão de pagar o transporte — e isso fica em milhões de cruzeiros.

O objetivo é nobre. O Governo quer acertar. Mas não acertará nunca, desta maneira.

O Sr. Atilio Fontana — A pastagem nativa também não se presta. Haveria necessidade de transformá-la em artificial.

O SR. AURELIO VIANA — E Vossa Excelência, veja: Sou da Oposição; conversei com elementos do Ministério, com pessoas, com ministros; apresentei sugestões. Tem de haver um entrosamento do Ministério com o Banco do Brasil, a fim de que aquele objetivo não fique prejudicado, não fique pela metade; se concretize, se conclua.

Então, que estamos fazendo nós da Oposição? Colaborando com a Nação, quando fazemos críticas, que são honestas, porque — acima de tudo — colocamos o bem do povo, o bem do País, o bem da Nação.

Agora, ouvem esses técnicos que estão habituados à leitura de livros estrangeiros e têm vivido grande parte de seu tempo fora do Brasil, que não conhecem essa realidade chã nacional, e procuram aplicar aquelas belas teorias que lá fora poderiam dar ótimos resultados, mas aqui não.

V. Exa. perdôe-me a referência pessoal — tem feito mais pelo Estado de Santa Catarina, no aperfeiçoamento do rebanho suíno, aumentando a produtividade de uma maneira tão admirável, do que todos os governos nasados reunidos. E, note-se, em Filosofia Política nós estamos muito distantes um do outro. Mas tenho que reconhecer isso. Objetivo, prático; é homem que traz matrizes de primeira qualidade do exterior, distribui ali, aumenta de maneira substancial o rebanho de qualidade. Os que criam em Santa Catarina estão substituindo o velho pelo novo, o pior pelo menos pior, o bom pelo melhor — graças à atuação de um setor privado.

O Sr. Atilio Fontana — E' o que o Governo deve fazer.

O SR. AURELIO VIANA — Exato; em conclusão, deve fazer tudo isto. Estamos plenamente de acordo.

Assim, Sr. Presidente, em tendo apresentado ao Senado o memorial que me foi enviado, desejo sinceramente que o Governo acerte, para bem do Brasil. Todos nós desejamos isto. E em analisando, não estamos procurando ferir a pessoas, porque todos nós passamos. O Estado fica, a Nação fica; o povo fica; nós nos eternizamos nos nossos descendentes. Silenciar não podemos, nem quando as nossas liberdades são feridas, nem quando somos ameaçados, nem quando são tomadas medidas que podem ser apresentadas com as melhores das intenções, mas que não vêm surtindo os resultados que todos nós desejamos.

Tenho conversado, inclusive, com militares. E eu mesmo fico impressionado. Quando olho — os militares ganham bem em relação à maioria dos assalariados do Brasil — mas não mais dá para fazerem face às despesas. Esta é a questão objetiva.

Equilibramos o orçamento: estamos percentualmente emitindo menos, mas, quantitativamente, emitindo mais do que em todos os governos passados. E' o orgulho de se dizer: "Hoje, percentualmente, o número de analfabetos diminuiu, mas, quantitativamente aumentou". E' uma vergonha para nós!

Ou dizer-se: no descobrimento do Brasil tínhamos dois a três milhões de índios analfabetos. Hoje, percentualmente diminuiu o número de analfabetos, no Brasil, mas temos muito mais milhões de analfabetos do que os três milhões de índios.

Para mim, este negócio de percentual — e para o povo — não conta. O índice percentual de inflação diminuiu, mas o preço das mercadorias continua subindo! Posso afirmar que o Zé Povinho, quando ouve aqueles belos discursos feitos há pouco — o Zé Povinho garfaiha com desprezo, porque só se interessa mesmo, só aplaudiria mesmo, se verificasse que os seus salários — senão assalariados — estariam dando para as necessidades essenciais da vida. O poder de compra da moeda aumentou. Isto é que interessa ao povo: com o que ganha, hoje posso comprar mais. Mas, com que ganho hoje compro menos do que comprava ontem?

O Sr. Oscar Passos — Menos do que comprava hoje de manhã!

O SR. AURELIO VIANA — Mas é claro.

E assim, Sr. Presidente, agradecendo a atenção dos colegas e a colaboração dos apares, está dado o nosso recado, transmitido o nosso recado. Se não forem tomadas medidas efetivas, principalmente no campo da economia, quem viver, verá.

O que desejamos é que desperte o Governo para a realidade, e já agora não toque mais na estabilidade do operário, não aumente o tempo para aposentadoria do funcionário, resolva o problema do pequeno e do médio produtor, não entregue as nossas fábricas aos capitais internacionais ou, pior, aos capitalistas internacionais. E, então, ao certo, só poderia merecer apoio se resolvesse os problemas fundamentais do nosso país.

O Partido Trabalhista inglês ganhou as eleições porque foi objetivo; demonstrou por a + b, que, em treze anos de domínio do Partido Conservador, a vida do povo inglês foi pior do que durante os anos em que o Partido Trabalhista dominou. E a cada argumento do Partido Conservador vinham os contra-argumentos do Partido Trabalhista. Toda a política foi feita à base de argumentos sobre

o custo da vida, sobre o povo como estava se comportando, sobre o aluguel da casa, sobre o preço das mercadorias. Aquela luta sobre filosofias foi passada para as calendas gregas. E assim, Sr. Presidente, desejando que venham essas medidas, não calaremos, não silenciaremos enquanto estivermos no Senado da República. A Oposição analisará todos esses problemas visando o bem comum, o bem de todos. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Zacharias de Assumpção.
Joaquim Parente.
Wilson Gonçalves.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Pessoa de Queiroz.
Silvestre Péricles.
Arnold de Melo.
Milton Campos.
Nogueira da Gama (17).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está finda a hora destinada ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, ao Projeto de Resolução nº 18, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Alcides de Oliveira, Ajudante de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Deixa de se processar a votação de vez que não há "quorum".

O SR. PRESIDENTE:

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação deixa de ser feita por falta de "quorum".

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho):

Item 3:

Discussão, em turno único da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 163, de 1966, do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 1965 (nº 2.680-B, de 1965, na Casa de origem), que altera a redação do item LV do art. 7º, da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 (Pensões Militares).

Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não havendo emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos, é dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto irá à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 214, de 1965 (nº 2.630-B, de 1965, na Casa de origem), que dá nova redação ao item IV do artigo 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item IV do art. 7º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

IV — à mãe, ainda que adotiva, viúva, solteira ou desquitada, e ao pai, ainda que adotivo, inválido ou interdito;"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se ao item 4:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 158, de 1966, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1965 (nº 221-A-65, na Casa de origem), que determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, em 1º de agosto de 1953.

Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos é ela dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1965 (número 221-A-65, na Casa de origem.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, parágrafo 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente

do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Determina o registro, pelo Tribunal de Contas, do termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira Carvalho, em 1º de agosto de 1953.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o termo de contrato celebrado, em 1º de agosto de 1953, entre o Governo Federal e Angelina da Glória Nogueira de Carvalho, para locação do prédio nº 38, térreo, da Praça Oliveira Figueiredo, em Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Passa-se ao item 5:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 160, de 1966, do Projeto de Resolução nº 7, de 1966, que suspende a execução dos artigos 20, nº XVI, letras "a" e "b", 21, nº IX, e 102, ns. X e XI, da Constituição do Estado de Goiás.

Em discussão a redação final.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Não tendo havido emendas, nem requerimentos no sentido de que a redação final seja submetida a votos é a mesma dada como definitivamente aprovada, independentemente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1966

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu,

Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1966

Suspende a execução dos artigos 20, nº XVI, letras "a" e "b", 21, número IX, e 102, ns. X e XI, da Constituição do Estado de Goiás.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 28 de abril de 1949, na Representação nº 106, a execução dos artigos 20, nº XVI, letras "a" e "b", 21, nº IX, e 102, ns. X e XI, da Constituição do Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 6:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 159, de 1966, do Projeto de Resolução nº 8, de 1966, que suspende a execução da Lei número 1.039, de 12 de dezembro de 1953, do Estado de Minas Gerais, na parte em que cria o Município de Jeceaba.

Em discussão a redação final

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1966

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu,

Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1966

Suspende a execução da Lei número 1.039, de 12 de dezembro de 1953, do Estado de Minas Gerais, na parte em que cria o Município de Jeceaba.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 1º de junho de 1956, a execução da Lei nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, do Estado de Minas Gerais, na parte em que cria o Município de Jeceaba.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Item 7:

Discussão, em segundo turno (4º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, de iniciativa do Sr. Senador José Ermirio, que dá nova redação ao § 1º do art. 153 da Constituição Federal (aproveitamento dos recursos minerais e energia hidráulica), tendo parecer favorável (número 34, de 1966) da Comissão Especial.

Ap projeto foi apresentada emenda cuja leitura vai ser feita pelo Senhor 1º Secretário.

E' lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao parágrafo primeiro (§ 1º do artigo 153 da Constituição Federal:

"§ 1º Assegurada ao proprietário do solo a preferência para a exploração, as autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, e cujo capital pertença, em proporção mínima de 51 % (cinquenta e um por cento), a brasileiros. Serão sempre nominativas as ações dessas sociedades, a sua transferência dependerá, sob pena de nulidade de pleno direito de prévia e expressa autorização do Governo Federal. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas, e a não ser até o limite percentual estabelecido, é vedada a estranheira a aquisição, a qualquer título, de direitos ou ações relativos a empresas de mineração.

Bala das Sessões, 1º de abril de 1966. — José Ermirio. — Aurelio Vianna. — Milton Campos. — Gilberto Marinho. — Josaphat Marinho. — José Guimard. — Camillo Nogueira da Gama. — Edmundo Levi. — Adalberto Sena. — Pessoa de Queiroz. — Dinarte Mariz. — Miguel Couto. — Joaquim Parente. — Menezes Pimentel. — Calisto Pinheiro. — Heribaldo Vieira. — Guido Mondin. — Vivaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Em discussão o projeto com a emenda.

(Pausa.)

Não havendo quem deseje usar da palavra, dou por encerrado o quarto dia da discussão.

O projeto voltará à Ordem do Dia da próxima sessão, para prosseguir

mento da discussão, no seu quinto dia.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATÍLIO FONTANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, desejo, nesta oportunidade, focalizar outra vez o problema da produção agrária cujo ponto alto é o que diz respeito a adubos, fertilizantes e corretivos, fatores estes que poderão influir num melhor rendimento das nossas lavouras. Comparada a produção do nosso País, por hectare, verificaremos que é insignificante. E, portanto, necessário que aumentemos nosso rendimento. A propósito, lerei comunicação publicada em "O Globo", de hoje, em que o Sr. Ney Braga, Ministro da Agricultura, diz o seguinte:

FUNDO PARA ESTIMULAR O USO DE ADUBOS

O Ministro Nei Braga, da Agricultura, declarou, ontem, que o Fundo de Estimulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais, criado pelo Presidente da República, vai superar uma série de dificuldades que se antepõem ao desenvolvimento da agricultura, que é a falta de condições adequadas, por parte dos produtores, para aquisição de fertilizantes. Acrescentou que a falta de emprego de adubos vem acarretando a redução gradativa e sistemática no grau de fertilidade dos solos, com graves prejuízos para a economia nacional. O Fundo aplicará, durante quatro anos, amplos recursos, de origem interna e externa, no estímulo aos produtores de culturas de gêneros alimentícios e no apoio aos criadores que utilizam minerais na alimentação de seus rebanhos.

A notícia é alvissareira. Realmente se melhorarmos as condições do solo, poderemos esperar maiores colheitas; caso contrário, continuará decrescendo. Realmente o solo está exaurido, enfraquecido. Há lugares, no Brasil, cujas terras, cultivadas há mais de cinquenta anos, jamais receberam fertilizantes para o aumento da produtividade.

Ainda agora, Sr. Presidente, temos, nos jornais, que a Comissão do Conselho Interamericano Econômico e Social, reunida em Buenos Aires, focalizou também, com muito acerto, a necessidade, principalmente na América Latina, de maior consumo de fertilizantes, em prol do aumento das colheitas.

O Congresso da FAO a que estivemos presentes em Roma, concluiu que a causa principal da escassez de gêneros alimentícios é o baixo consumo de fertilizantes nas lavouras notadamente dos países subdesenvolvidos.

Se compararmos, por exemplo, os países adiantados da Europa Ocidental assim como os Estados Unidos que entre 120 e 150 quilos de fertilizantes por hectare, com o que não aplica nem 10 quilos por hectare, verificaremos ser grande o embaraço do nosso solo. Consequentemente, há redução de nossas colheitas. Quando o solo está enfraquecido cresce ainda que não resiste às condições climáticas adversas.

Apresentamos, Sr. Presidente, nesta Casa, projeto de lei que, felizmente, foi aprovado. Propõe ele o restabelecimento da redução de 30% nos fretes ferroviários de adubos, fertilizantes, e corretivos necessários à redupe-

ração de nossas terras. O projeto se encontra, aproximadamente há 6 meses ou mais, na Câmara dos Deputados. Embora três das Comissões Técnicas tenham dado parecer favorável à matéria, a Comissão de Finanças resolveu dar-lhe parecer contrário. Assim, o projeto, sem andamento não foi apreciado em Plenário.

Como dizíamos, Sr. Presidente, antes da criação da Rede Ferroviária Federal havia redução de tarifas nas estradas de ferro para fertilizantes, quando destinado ao agricultor, associações rurais e cooperativas. Hoje, a Rede Ferroviária Federal não permite tal redução. Assim o projeto de lei pretende restabelecer essa condição.

Sr. Presidente, fazemos da tribuna do Senado, apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que ponha o projeto na ordem do dia. Solicito, ainda, do Sr. Líder porta-voz do Governo, que procure fazer com que o projeto seja aprovado para que, então, os agricultores alcancem, com fertilizantes indispensáveis, calcários e outros corretivos, maior produção. Deste modo, atenderão melhor o mercado nacional. Além disto, os fertilizantes a preços mais acessíveis, possibilitando aos operários aqueles assalariados que percebem salário insignificante, abundância de gêneros alimentícios ao alcance de sua bolsa. (Muito bem; Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho. O SENHOR SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o Sr. Senador José Guionard. (Pausa).

Não está presente.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser usar da palavra, vou encerrar a sessão, anunciando para a próxima, que se realizará na primeira segunda-feira após a Semana Santa, a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 11 de abril de 1966
(Segunda-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 18, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Alcides de Oliveira A. urante de Porteiro, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

2

Votação em turno único, do Projeto de Resolução nº 19, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, Vice-Diretora-Geral Legislativa, PL-0, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

3

Discussão, em segundo turno (3ª dia) do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1955, de iniciativa do Sr. Senador José Ermirio, que dá nova redação ao § 1º do art. 153 da Constituição Federal (aproveitamento dos recursos minerais e energia hidráulica) tendo parecer favorável (número 34, de 1966) da Comissão Especial.

4

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1965, de autoria do Sr. Senador Edmundo Levi que denomina Dia da Independência a data de sete de setembro e traça normas para sua co-

memoração (projeto aprovado em primeiro turno em 29 de março), tendo Pareceres favoráveis (ns. 175 e 177 de 1966) das Comissões.

— de Constituição e Justiça e
— de Educação e Cultura.
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR EURICO REZENDE NA SESSÃO DE 14 DE MARÇO DE 1966, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, recentemente, o ilustre Senador José Ermirio pronunciou discurso nesta Casa, formulando severas críticas, incidentes sobre vários setores da Administração Federal.

O eminente líder do Governo, Senador Daniel Krieger, incumbiu-me de responder ao pronunciamento do combativo representante pernambucano.

LIDERANÇA NA AMÉRICA LATINA

No ângulo de maior densidade das suas acusações, S. Exa. começa por afirmar que "no tocante à política País, de líder incontestado da América Latina, em mero caudatário totalmente submisso aos interesses norte-americanos, cada vez maiores aqui dentro".

Data venia, é injusta a increpação, fruto sem dúvida, de uma deformada ou passionallizada compreensão do sentido de liderança.

Um País não se torna líder pontico de um Continente unicamente por aderir às ideias propugnadas por uma minoria de Estados, ou esquizofrênicos, ou de tendências confusas na difícil conjuntura internacional. Nem seria de desejar uma falsa liderança desse tipo, quando ela vem trazer empecilhos os mais graves ao desenvolvimento nacional, ou quando vem desviar o País da sua formação, do seu destino, ignorando proposadamente as raízes de sua cultura, seu caráter e seus ideais. O que é necessário é que a Nação tenha consciência dos seus altos destinos e saiba captar os instrumentos para realizá-los. Abandonada a falsa posição assumida momentaneamente, é precisamente agora que o Brasil está exercendo a maior e mais salutar influência na América.

Um exemplo de liderança efetivamente exercida pelo Brasil no Continente é a luta pela reforma da Organização dos Estados Americanos em que inicialmente nos empenhamos sozinho e fomos logrando convencer os demais Governos da justeza das nossas críticas à OEA e dos remédios propostos. Esta liderança se fez manifesta por ocasião da preparação da II Conferência Interamericana Extraordinária, tornou-se ainda mais patente durante o decorrer do conclave e, ainda agora, no Panamá, estão os países do Continente empenhados na reforma da carta constitucional da respeitável Organização, nos moldes preconizados pelo Brasil.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço, com prazer, V. Exa.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas, lamentavelmente, essa liderança a que V. Exa. se refere não foi exercitada no momento que seria mais oportuno para efetivá-la, ou seja, no caso da indebita intervenção na República Dominicana.

O SR. EURICO REZENDE — Respeito, como sempre, a opinião pessimista de V. Exa. E me rejubilo em escutá-lo, eis que, na estatística das suas emoções oposicionistas, é regra geral encontrar-se oportunidade váli-

da de testemunhar equivocados nos pronunciamentos de V. Exa., e, ao mesmo tempo, o ensejo dese demonstrar o acerto das medidas governamentais, no campo interno e no setor externo. Irei focalizar o problema dominicano e espero merecer de V. Exa. uma retificação do seu ponto de vista agora esposado.

O Sr. Josaphat Marinho — Desde que V. Exa. não me retifica neste instante, não tenho o que obstar.

O SR. EURICO REZENDE — Mas, Sr. Presidente, exercer a liderança foi o que fez o nosso País, na oportunidade da crise dominicana — veja o nobre Senador Josaphat Marinho que os comentários prometidos chegaram com a rapidez de uma semi-jua — quando os países da América Latina se encontravam indecisos e propensos, antes, a uma posição de crítica passiva, sem se darem conta do perigo da ocorrência de um segundo regime fidelista no Continente. Foi precisamente o Brasil que os arrancou de suas hesitações e liderou, dentro da X Reunião de Consulta, o movimento que levou a OEA a uma ação coletiva, desatinada a terminar uma luta sangrenta e fratricida na Ilha de São Domingos, e a encaminhar a república dominicana à restauração do regime democrático.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exa. nova intervenção?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Vê V. Exa. como o que chama de liderança do Brasil na OEA, no caso da República Dominicana, se traduziu numa atuação infeliz para o nosso País. Vinculado a política de autodeterminação dos povos, converteu-se o Brasil em defensor do princípio da intervenção indebita, o que não nos justifica nem nos honra. E o que se está verificando, daquela época, aos dias de hoje, na República Dominicana, mostra o terrível erro em que incidimos e que já não escapa, sequer à crítica do Senado americano.

O SR. EURICO REZENDE — Mas a opinião de V. Exa., concessa venia, não se situa no campo da generalidade. Antes, podemos dizer, e isolada. Não é possível, inobstante a aplaudida cultura de V. Exa. que seja aceitável o seu ponto de vista, quando na um fato iniludível a contraditá-lo: a maioria esmagadora dos Parlamentares e Governos americanos aconselhou e aprovou aquela medida. Nota-se, então, que sua opinião está brigando com a imensa geografia política e governamental do continente americano, esteio inconfundível da penosa mas necessária intervenção.

O Sr. Josaphat Marinho — Não se trata de opinião isolada. Em primeiro lugar, houve manifestação vigorosa de opinião no próprio Parlamento brasileiro. Houve, na Câmara dos Deputados, como houve no Senado e verificou-se resistência de vários povos do continente. Intelizmente o que não tem havido, é a decisão da maioria das representações políticas continentais, de defender, em favor dos outros povos, o princípio da autodeterminação, que argüem em seu próprio benefício.

O SR. EURICO REZENDE — Mas, permita V. Exa. que eu insista no sentido de se entender em isolacionismo a sua opinião, porque no reconhecimento das opiniões não importa a captação do ponto de vista deste ou daquele Senador, dêste ou daquele Deputado, mas a opinião da torre de ressonância das suas posições, que são os Parlamentares, em suas decisões, e dos instrumentos idôneos da realização dessa política, que não os executivos governamentais. E seja-me lícito estranhar sua insistência, meu

nobre colega, quando tem sido uma constante de V. Exa. nesta Casa reclamar o respeito ao mecanismo democrático, que se afirma pelo respeito ao veredito das maiorias legítimas.

O Sr. Josaphat Marinho — Releva-me V. Exa. que, mais uma vez, o interrompa, para destacar que sou fiel a este princípio democrático, que não cede sempre à opinião das maiorias. E, hoje, ponto de vista sustentado na boa doutrina da ciência política, que também as maiorias capitulam contra os interesses gerais contra o interesse do povo. Há uma maioria que coage, há uma maioria que cede por interesse, e a essa maioria a minoria não é obrigada a fazer concessões. Cabe-lhe, ao contrário, sustentar o seu ponto de vista.

Lembro mesmo a V. Exa. que isso se verifica em todos os setores. Advogado ilustre, que é V. Exa. na de estar lembrado de que Ruy Barbosa, um dia, perante o Supremo Tribunal Federal, beijou a mão, não da maioria que negou o habeas corpus, mas do juiz Piza e Almeida, que, apunhas com a palavra "concedo", salvou o princípio de justiça.

O SR. EURICO REZENDE — Vê V. Exa. que, dentro do regime democrático, é saudável e até mesmo rotineiro, que a minoria permaneça no seu ponto de vista, mas e igualmente saudável e mais respeitável que a maioria seja acatada na indiscutível hierarquia das suas opiniões. Sem essa concordância, o sistema democrático não pode subsistir e a própria ordem jurídica se esfacela, minando irremediavelmente as estruturas sociais.

desrespeito. Há problema de não aceitar.

O Sr. Josaphat Marinho — Desculpeme-me V. Exa. Não há problema de tação. Não há hierarquia entre maioria e minoria. Há contraste de pontos de vista.

O SR. EURICO REZENDE — Note V. Exa. que, quando falei em hierarquia, fi-lo em conexão com o episódio da República de São Domingos, vocacionada, então, pelos sintomas alarmantes, para se transformar em mais um instrumento de decomposição continental. E assim conceituando, focalizei, implicitamente a carta constitucional da Organização dos Estados Americanos, a qual, pelos princípios que defende e pelos compromissos que fixou, tem projeção hierárquica sobre os governos que a subscreveram. Não é a hierarquia de um país sobre outro, mas a hierarquia da OEA, consentida por todos.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa., um aparte?

O Sr. Aurelio Viana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer, Senador José Ermirio. Em seguida, darei o aparte ao Senador Aurelio Viana.

O Sr. José Ermirio — V. Exa. deve estar lembrado, pois tem memória extraordinária, de que, quando se deu a crise de São Domingos, foi convocada a reunião em Washington. Quem compareceu à reunião? Haiti e Paraguai. Ninguém mandou tropa. Os que mandaram tropas foram o Brasil, Costa Rica, com alguns soldados, e talvez o Haiti. Mais ninguém. Portanto, não estamos, na realidade, do lado daqueles que representam verdadeiramente a maioria da União Americana. Esta a informação que dou a V. Exa.

O SR. EURICO REZENDE — Agradeço a informação, embora não seja muito útil à contradita de V. Exa. Realmente, o apelo continental à iniciativa dos Estados Unidos não se verificou de imediato, o que não foi surpresa. Era justo e normal que os sem bem a situação, antes de opinar

em caráter definitivo. Mas oferecidos os esclarecimentos e realizado o debate, a OEA tomou posição consistente e firme em favor da intervenção benéfica e necessária aos interesses do Continente. Quanto ao fato de apenas alguns países terem enviado contingentes militares, a participação se justifica: a OEA não está intervindo na Europa... Al sim seria indispensável a presença militar maciça e coletiva. Para São Domingos bastava o que foi.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa. outro aparte? (Assentimento do orador) O que se deu em São Domingos foi que nenhum País sul-americano de projeção levou a sério ou quis intervir, em respeito à autodeterminação dos povos. Basta citar o México que, estando perto de São Domingos, sendo o País mais bem aquinhado da América Latina, um dos mais respeitados e elogiados nos Estados Unidos, não mandou tropas e recusou-se a participar da reunião de Washington.

O SR. EURICO REZENDE — Realmente, nobre Senador José Ermirio, já foi dito e é sabido que não houve unanimidade na adesão à intervenção, iniciada pelos Estados Unidos. Mas o fato é que a OEA adotou a medida intervencionista, pela maioria das comunidades nacionais que a compõem. E o que basta para a decisão ser válida.

O Sr. José Ermirio — Vou citar o que disse o Senador Wayne Morse, líder do Partido Democrático do Estado de Oregon: esta política destruiu vinte e sete anos de política de boa vizinhança iniciada pelo Presidente Franklin Delano Roosevelt. Quem disse isso foi um senador do Partido do Presidente Lyndon Johnson e o disse claramente no próprio Senado dos Estados Unidos.

O SR. EURICO REZENDE — É uma opinião respeitável, mas igualmente isolada nos Estados Unidos. Não podemos afirmar se Roosevelt adotaria aquela medida, mas é bom que se lembre que, com o propósito de resguardar a Democracia e o mundo livre, o saudoso Presidente muito mais do que realizar incursão em área de pequena dimensão territorial, como é São Domingos, realizou a intervenção militar americana na Europa e no Pacífico.

Concedo o aparte ao nobre Senador Aurélio Viana, que o havia solicitado anteriormente. Em seguida, ouvirei o Ilustre Senador Filinto Müller.

O Sr. Aurélio Viana — Nobre Senador Eurico Rezende, para que V. Exa. defenda a tese intervencionista contrária ao grande princípio da autodeterminação dos povos, não precisaria acobertá-la com essoura de que é justa a tese intervencionista, porque a maioria dos parlamentos latino-americanos se manifestou a favor dela. Sabe V. Exa. que aqui no Brasil V. Exa. pertence a um partido majoritário e sabe que esse partido, apoiando a Presidência da República, recusa-se a disputar eleições diretas. Então verifica-se o seguinte: há uma maioria parlamentar que muitas vezes representa a minoria popular. E por isso que, muitas e muitas vezes, nos sistemas de governo parlamentar recorre-se às eleições para que a maioria se submeta ao veredicto das urnas. E muitas e muitas vezes a maioria parlamentar cai irremediavelmente pelo peso do voto popular. Com quem está o povo norte-americano? Com a tese intervencionista ou contra a tese intervencionista? Pela autodeterminação dos povos? V. Exa. tem o direito de defender a tese intervencionista, mas não de defendê-la na base de que é justa porque os parlamentos latino-americanos, pela sua maioria, se lançaram em sua defesa.

É coisa completamente diferente, porque todos os documentos assinados pelo Brasil, todos os convênios inter-Domingos, favorecem a tese contrária. O princípio da não intervenção sempre foi mantido pelo Brasil.

Exa. saber perfeitamente, estudioso intervenção, que vem tradicionalmente se casando com o princípio da autodeterminação dos povos, está claramente interpretada nos compromissos internacionais do Brasil. Mas sabe, também, que nossos governos continentais firmaram o revideram pactos no sentido da defesa coletiva comum. Daí porque, como ocorreu em São Domingos, a intervenção inspirou-se numa determinação de preservação, no interesse geral da América. Mas V. Exa. em outro setor do seu aparte diz que o meu Partido recusa-se a disputar eleições diretas. Embora entendendo que o assunto refoge da questão em exame permito-me lembrar a V. Exa. que nós, os parlamentares que votamos a favor da intervenção na República Dominicana, fomos todos escolhidos, não pelo escrutínio cômico, mas pela eleição direta. V. Exa. não encontra nesta nem na outra Casa nenhuma representante do povo eleito pelo processo indireto.

O Sr. Aurélio Viana — Mas V. Exa. não encontra e nenhuma democracia do mundo, em nenhuma delas, um representante do povo, eleito pelo voto do povo, com uma "espada de Dâmo-cles" colocada sobre o seu pescoço, que é a espada da cassação de seus mandatos e dos seus direitos políticos. Então, nós defendemos, com a intervenção em São Domingos, o princípio democrático de que cada povo deve eleger seus governantes e seus representantes, e, ao mesmo tempo, defendemos, no Brasil, mantemos no Brasil um princípio que fere em cheio o sentido democrático. O parlamentar que vota, se não pertence à maioria, poderá ter seus direitos políticos cassados. Então, o instituto das imunidades parlamentares foi destruído, o princípio constitucional que garante ao representante do povo voz ativa foi destruído; e os que permanecem por consentimento da autoridade executiva. Que V. Exa. diz disto? Não deveríamos arrumar, primeiro, nossa casa, estabelecer, instaurar um sistema democrático de governo, em que um representante do povo tenha imunidades de fato e de direito? Em que possa manifestar a sua opinião sem temor: possa revelar o pensamento do povo que representa, sem ameaça da cassação do seu mandato, dos seus direitos políticos, principalmente quando, numa certa época da eclosão revolucionária, foram cassados mandatos? Ora, Senador, é que o mundo democrático não entende: exigimos democracia fora e aqui mantemos princípios que são realmente a negação de tudo aquilo que afirmamos para efeito externo. Que desapareça essa ameaça, porque só assim poderemos falar com autoridade fora do Brasil, defendendo a democracia dentro da nossa fronteira — mas sem intervenção.

O SR. EURICO REZENDE — Ninguém mais empenhado, Senador Aurélio Viana, na plena restauração do regime democrático, com o afastamento destas medidas cirúrgicas a que se refere V. Exa., do que o honrado Presidente Castello Branco, que é um democrata autêntico. Esteja certo de que estamos perto de alcançar a grande meta.

Mas V. Exa., *permissa venia*, deslocou-se bastante do tema central deste debate e ingressou na faixa de nossa política interna. Insinuou V. Exa. que a maioria parlamentar brasileira votou a favor da intervenção em São Domingos em virtude da "espada de Dâmo-cles" das cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos.

Mas o que diz V. Exa. da decisão dos outros parlamentos latino-americanos em cujos Países não existe tal instituição prevendo banimento sumário da vida pública, eis que, obviamente, não foi só o Brasil que decidiu sobre a questão intervencionista na República Dominicana?

O Sr. Aurélio Viana — Não sei!

O SR. EURICO REZENDE — Foi a maioria esmagadora dos parlamentos e dos governos do nosso Continente!

O Sr. Aurélio Viana — Não sei qual a relação de causa e efeito entre o instituto criado pelo movimento armado vitorioso, no Brasil, a cassação dos mandatos parlamentares, e a intervenção de outros países em São Domingos. Estou respondendo a uma tese que V. Exa. defende dessa tribuna. Muitas vezes a maioria parlamentar não mais representa a maioria do povo. E isto reconheceu V. Exa. quando apoiou o princípio das eleições de governadores e presidente da República, pelo Parlamento e não pelo povo. E V. Exa. sabe que não é bem certo que haja eleição para renovação dos mandatos parlamentares, pelas vias conhecidas, tanto assim que já se promove, por trás dos bastidores e claramente, também, uma alteração profunda no princípio do voto secreto e direto, que passaria a ser por distrito, revelando um temor do atual dessa mesma maioria, de enfrentar o povo em cada Estado da Federação!

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. vai permitir que me recuse a ingressar nesse ângulo que o Ilustre colega quer trazer para o debate. Caso contrário, a questão deixa de ser "continental" para ser de ordem "doméstica".

O Sr. Aurélio Viana — Ah!

O SR. EURICO REZENDE — Concedo agora o aparte solicitado pelo eminente Senador Filinto Müller.

O Sr. Filinto Müller — Agradeço a V. Exa., mas a oportunidade do meu aparte passou. Quería trazer alguns argumentos. Mas o tema desviou. Confesso que eram desnecessários, porque V. Exa., dono como é, da tribuna, usou de argumentos supérfluos aos que eu usaria. Agradecendo o aparte, já agora desnecessário, felicito V. Exa. pela maneira brilhante com que está conduzindo os debates.

O SR. EURICO REZENDE — O agradecimento é meu. A intervenção de V. Exa. valoriza o meu pronunciamento.

O Sr. Josaphat Marinho — Antes de V. Exa. prosseguir, permite uma intervenção? (Assentimento do orador) A propósito da invocação que fez, perante o nobre Senador Aurélio Viana, quanto ao pronunciamento de outras repúblicas americanas, quero apenas objetar-lhe que grande parte delas não pode constituir exemplo que sirva de modelo a um povo da responsabilidade do povo brasileiro, no Continente Americano!

O SR. EURICO REZENDE — No instante em que V. Exa. coloca o povo brasileiro numa posição de liderança, no Continente Americano, folgo em ouvi-lo, pois com isto V. Exa. fica ao meu lado e rebate a tese do Ilustre Senador José Ermirio, segundo a qual o Brasil perdeu aquela liderança e não passa de um caudatário dos interesses norte-americanos.

O Sr. Josaphat Marinho — Não. Engana-se V. Exa. O que estou querendo é que se faça válida a liderança do Brasil em defesa da ordem democrática internacional, e não que se torne país caudatário de regime concessivo de outros mais poderosos.

O SR. EURICO REZENDE — Se V. Exa. quer que isto se alcance, já que, sem razão, entende que não se alcançou, então ajude, a nós outros, a respeitar e fazer cumprir os nossos compromissos internacionais, em favor de uma liderança autêntica.

O Sr. Josaphat Marinho — Mas ninguém, absolutamente ninguém nesta Casa, defendeu a tese de desrespeito a compromissos assumidos. O que se fez, eu o fiz modestamente, mas o nobre Senador Afonso Arinos compatriota de V. Exa., o fez com a responsabilidade, inclusive, de ex-Ministro das Relações Exteriores, foi mostrar que, tanto política como juridicamente, o Brasil não deveria integrar-se à política de intervenção na República Dominicana.

O SR. EURICO REZENDE — Respeito a opinião do eminente Senador Afonso Arinos, não só por ser um homem de reconhecido espírito público, mas, também, por ser uma das vanguardas da cultura brasileira, notadamente no campo do direito constitucional. Mas S. Exa. tem a sua opinião e dela discordo nesse terreno, eis que não concordo com a orientação governamental, que S. Exa. perfilhou, e que, a meu ver, conduziu a política internacional do Brasil para caminhos perigosos.

Mas, Sr. Presidente, depois de honrado pelos apurados dos meus ilustres colegas, reato minhas considerações, respondendo ao discurso do nobre Senador José Ermirio.

Em outro passo, o Ilustre acusador fala da "acintosa apresentação à sociedade do Recife das dois jovens Vice-Cônsules norte-americanos Para Assuntos Políticos, Srs. Robert W. Stone e William Patrick Kelly, cujas fotografias classicamente sorridentes constam da reportagem social que aqui exibimos."

Infeliz a crítica, sem razão de ser e o apavoramento demonstrado por S. Exa. diante de um fato absolutamente normal, rotineiro, legítimo.

Os Srs. Robert W. Stone e William Patrick Kelly, diplomatas americanos, estão lotados no Consulado dos Estados Unidos naquela cidade e se foram apresentados à sociedade, nada há de estranhável em semelhante ato. Também os nossos diplomatas, no exterior, fazem vida social, pois a diplomacia não é unicamente uma atividade burocrática, mas envolve, necessariamente, o entrosamento de elementos do Governo, da sociedade, do comércio e de outros círculos do local em que estejam acreditados os funcionários.

O Sr. José Ermirio — Permite V. Exa., um aparte, Senador Eurico Rezende?

O SR. EURICO REZENDE — Com prazer.

O Sr. José Ermirio — Sé V. Excelência se der ao trabalho de passar os olhos pela lista telefônica da cidade de Recife, verificará que no Consulado Americano, existem dois telefones, para essas duas pessoas, exclusivamente para assuntos políticos. Existe este dado: assuntos políticos. Eu li. Está na lista telefônica da cidade de Recife.

O SR. EURICO REZENDE — Senhor Senador José Ermirio, uma coisa é o diplomata estrangeiro tratar de assuntos políticos e outra coisa, muito diferente, é imiscuir-se na política interna do país em que está lotado.

Quanto à existência, nas embaixadas estrangeiras, de adidos para assuntos específicos (culturais, comerciais, agrícolas, mineralógicos ou outros), é este um assunto igualmente de mera rotina, e se o Sr. Senador José Ermirio alega que um dos anteriores adidos para assuntos minerais dos Estados Unidos da América, no

Rio de Janeiro, foi responsável pela inserção de uma cláusula na Constituição brasileira, favorecendo indústrias norte-americanas, parece-nos que o fato não existiu, pois é uma crítica inadmissível ao patriotismo dos nossos legisladores.

O Sr. José Ermírio — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço V. Exa.

O Sr. José Ermírio — Quem alega isso? A maior revista de minas e energia dos Estados Unidos, o "Engineering Mining Journal", é quem o diz publicamente.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Exa. há-de convir que não podemos, de modo algum, com base numa simples notícia da imprensa, firmar uma opinião em assunto tão delicado, aceitar, de logo, como verdadeira, denúncia de fato tão grave. Vê Vossa Exa. que temos exemplo em nosso País a esse respeito. V. Exa. lê um editorial em jornal que defende ponto de vista do MDB e vai ler outro editorial, tratando do mesmo caso, em órgão porta-voz do pensamento da ARENA, e verá, fatalmente, não apenas dessemelhança ou divergência de idéias entre um e outra, mas diferença radical.

O Sr. José Ermírio — Não me refiro a editorial de um jornal ou revista qualquer. O "Engineering Mining Journal" é a revista técnica altamente especializada, do maior valor no setor mineral, de padrão elevadíssimo, de alto conceito e suas opiniões são aceitas em todos os Estados Unidos.

O Sr. Gay da Fonseca — Permite o pobre orador um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Pois não.

O Sr. Gay da Fonseca — V. Excelência vem abordando um problema ao qual me referi em modesto pronunciamento nesta Casa. O que se confunde é a fidalguia e a hospitalidade brasileiras como a do nosso Estado ocorreu fato semelhante, não com relação a diplomatas credenciados, mas a agentes da República Democrática Alemã, *soi disant*. Estes cidadãos, a título de estabelecerem intercâmbio comercial legitimamente autorizado, fizeram promessas do seu infeliz território. Naturalmente não apareceram sorridentes como os americanos, porque vivem num País domado, domesticado, achincalhado.

O SR. EURICO REZENDE — A intervenção de V. Exa. reforça o ponto-de-vista com o qual, respectivamente, respondendo à crítica do nobre Senador José Ermírio.

Sr. Presidente, é bom que se ressalve que as duas acusações de Sua Exa. baseiam-se em dados retirados na imprensa diária pelo ilustre Senador. Com todo o respeito que merecem os jornalistas competentes é de certos elementos da profissão a tendência de dar exagero às tintas e à importância do fato noticiado. O que terá, por certo, ocorrido nas alegações por S. Exa. apresentadas.

PRODUTO INTERNO BRUTO

Com o propósito de tentar demonstrar o declínio da atividade industrial, foram utilizados pelo Senador José Ermírio elementos de uma estimativa do Produto Interno Bruto publicada na "Conjuntura Econômica", de agosto último, relativa apenas ao primeiro semestre de 1965, precisamente o período em que a atividade do setor industrial apresentava reflexos da política econômico-financeira do Governo, de decidido combate à inflação.

Tais dados, portanto, estão totalmente superados e desatualizados por força da evidente recuperação apre-

sentada pelo referido setor no segundo semestre, após as medidas de amparo que o Governo adotou, entre as quais poderíamos mencionar a redução parcelada da incidência do imposto de consumo, a assistência financeira através do "Fundo de Desenvolvimento Industrial do Banco do Brasil" e de outros Fundos de destinação específica, como o FINAME, o FIPEME e o "Fundo de Democratização do Capital das Empresas."

Não há, pois, como conceber a existência de recesso industrial ou desemprego nesta fase, em que a estrutura econômica do País reflete evidentes sinais de rápida retomada do desenvolvimento.

O Sr. José Ermírio — Permite-me V. Exa. outro aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Ouço V. Exa.

O Sr. José Ermírio — Razão por que fiz requerimento a S. Exa. o Senhor Ministro da Fazenda, pedindo para informar quais os ramos industriais que tiveram aumento no ano passado. Talvez o da indústria automobilística. Se outros tiveram aumento, foi muito pouco. A única orientação, a única base que talvez o Governo tenha para dizer que houve aumento do produto interno bruto é juntando a safra de café, estocada em milhões e milhões de sacas nos armazéns, e que não têm comprador. Não conheço os dados. Espero a resposta do Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. EURICO REZENDE — Mas permita que diga que, não tendo os dados necessários, como confessa, a afirmativa de V. Exa. foi temerária. E não poderia mesmo nem V. Exa. nem ninguém neste País ter base para focalizar com segurança o problema. Não aceitaremos o debate quanto às proporções em que variou o Produto Interno Bruto no ano passado, pois a equipe de Renda Nacional da "Fundação Getúlio Vargas", entidade incumbida dos levantamentos oficiais, ainda não se manifestou sobre o assunto, esperando-se que o faça, segundo me informou o Ministro Roberto Campos, somente no próximo mês de abril.

Não obstante, para demonstrar a precariedade das informações em que se apóiam as estimativas divulgadas, poderíamos mencionar, entre outros, os cálculos feitos pela publicação particular "Análise e Perspectiva Econômica" sobre o comportamento do Produto Industrial, no ano findo. Segundo a publicação em causa, se conjurarmos, por exemplo, os dados da produção obtidos diretamente com os relativos ao consumo de energia elétrica, teríamos um resultado favorável ao setor industrial. Se, porém, adotarmos apenas o critério da variação do consumo de energia elétrica por setores industriais na área Rio-São Paulo, o resultado seria ainda mais favorável. É inquestionável, portanto, que, se considerarmos apenas os dados relativos ao primeiro semestre de 1965, caracterizado por uma redução da produção em vários setores da indústria, estaríamos incorrendo em erro de estimativa, pois, como é notório, o segundo semestre foi de inegável recuperação que, se não assegurou um aumento elevado, pelo menos acusaria um crescimento, embora diminuído, do Produto do setor e não uma estagnação como V. Exa. pretendia demonstrar.

EMISSIONES MONETARIAS

A informação de que o Governo emitiu, no ano passado, 750 bilhões de cruzeiros não corresponde à verdade.

A variação absoluta entre o saldo de papel-moeda emitido em 31 de dezembro de 1965 e o em 31 de dezembro de 1964 foi de 690 bilhões de

cruzeiros, que corresponde a um aumento de 16% sobre a variação absoluta do ano anterior.

Por seu turno, a variação absoluta dos mesmos saldos de 1964, em rela-

ção ao período anterior, aumentou de 56,6%. Como demonstram os dados que subseqüentemente mencionados, o volume de emissões tem declinado continuamente:

ANO	Variação absoluta do saldo de papel-moeda emitido Cr\$ bilhões	% de aumento sobre o ano anterior
1963	380,0	94,9
1964	595,0	55,8
1965	690,0*	16,0

Vê V. Exa. que, no desdobramento dos anos de 1963, 1964 e 1965, houve o declínio percentual nos seguintes índices, respectivamente: 94,9%, 55,8% e 16,0%.

Essas emissões resultaram, sobretudo, da necessidade de numerário para resgate de divisas nas operações cambiais para os financiamentos agrícolas e para atender às necessidades do Tesouro — diga-se de passagem — na menor proporção verificada nos últimos anos.

O Sr. Aurélio Viana — Conseqüentemente, V. Exa. defende o princípio de que, quanto mais o Governo emite, menos emite?

O SR. EURICO REZENDE — Tenho a impressão de que V. Exa. tem muita estima por mim...

O Sr. Aurélio Viana — Enorme, imensa admiração.

O SR. EURICO REZENDE — e que dentro dessa estima procura incentivar-me. Exato, não é? Então pediria a V. Exa. que me fizesse, pelo menos, a justiça de não cometer a injustiça de estar eu praticando uma heresia desse porte, insinuada na aparté de V. Exa.

O Sr. Aurélio Viana — V. Excelência não entendeu meu aparte. Foi esta tese que V. Exa. defendeu: em 1963, o Executivo Federal emitiu 300 e tantos bilhões de cruzeiros; em 1964, emitiu mais de 500 bilhões; em 1965, mais de 600 bilhões. Cada vez que mais emite, menos emite. V. Excelência deveria, então, ter completado, percentualmente. Mas essa é a tese que V. Exa. vem defendendo.

O SR. EURICO REZENDE — Vossa Exa. é que não fixou bem a atenção no que dissemos. Mencionamos o caráter percentual do declínio das emissões.

O Sr. Aurélio Viana — E agora os próprios órgãos do Executivo, depois daquelas denúncias feitas na Câmara dos Deputados, com a apresentação de dados irretorquíveis, vêm a público para declarar que, neste ano de 1966, irá emitir menos do que em 1965. Calcularam as emissões de 1966 em 300 bilhões, se não me falha a memória. Então, agora eu já espero o argumento de V. Exa. para confirmar o pensamento que está defendendo até agora: vem emitindo, mas, percentualmente, emite agora menos. Já vem declarar ao povo brasileiro que vai emitir menos. Por quê, então? Nobre Senador, V. Exa. é do Espírito Santo...

O SR. EURICO REZENDE — Modéstia à parte, como diria o velho Braga...

O Sr. Aurélio Viana — Com grande honra para V. Exa. e para nós. V. Exa. vem percorrendo o seu Estado e o Brasil inteiro, e sabe que o custo da vida não foi detido, não foi controlado, que o preço das mercadorias

subem. Não foi detida a inflação e a insatisfação se generaliza, porque o povo está inquieto, sem ter o mínimo exigido para ter uma condição digna. Assim aconteceu num passado recente e remoto, e continua acontecendo hoje. O que importa é isto: as medidas governamentais vêm trazendo satisfação para o nosso povo, no campo habitacional, no campo da alimentação, no campo do vestuário, no campo da instrução? V. Exa. já está respondendo que não, porque é um homem de consciência! Apenas, por dever de ofício, com essa inteligência privilegiada que o Espírito Santo lhe deu...

O Sr. Josaphat Marinho — Penso dever de ofício.

O Sr. Aurélio Viana — V. Excelência, então, através do artifício, por uma questão de dever de ofício, que, para o Senador Josaphat Marinho, é penoso, vem procurando convencê-lo de que já marchamos, não digo num "mar de rosas", mas num de bonança e de tranquilidade pública.

O SR. EURICO REZENDE — Não Excelências. Nem eu estou no desconforto, defendendo o Governo, nem V. Exas. estão no comodismo fazendo oposição. Não se trata apenas de dever de ofício.

O Sr. Aurélio Viana — É por convicção.

O SR. EURICO REZENDE — Estou cumprindo a tarefa com dados concretos, com estatísticas oficiais, vale dizer, com base em elementos insuspeitos. Estou plenamente solidário com a impopularidade injusta e transitória do atual Governo. Só assim se salvará este País, com a conquista da sua recuperação integral. Medidas eficazes não reergueriam o Brasil, assim tão minado de enfermidades contenciosas. O de que precisa é realmente da cirurgia, capaz de erradicar os quistos e os tumores formados no curso anárquico de governos anteriores.

Mas admiro V. Exa., Sr. Senador Aurélio Viana. E por admirá-lo, conheço bem V. Exa. e esse conhecimento tem diploma registrado no Ministério da Educação... O que Vossa Exa. quer, com as suas anáveis intervenções, é realizar a diversificação de teses e, com isso, desviar-me do tema central do meu discurso. Não o conseguirei. Mas devo salientar que a inflação não está controlada, assim como não está controlada a impaciência oposicionista. Mas o que afirmo e demonstrei é que o processo inflacionário está declinando continuamente, em busca de uma contenção absoluta, que virá sob a égide da Revolução. V. Exa. sabe, perfeitamente, que a situação econômico-financeira do Brasil de hoje ainda tem muitas das suas raízes adentradas naquele triste passado governamental. Poderia, então, exigir que, em apenas dois anos de Governo, se realizasse o milagre da ressurreição econômica deste País?

V. Exa. há-de convir — são dados estatísticos que o comprovam cabalmente — que vem havendo auspicioso declínio percentual nas emissões. Repto o quadro já exposto: em 1963, em plena vigência daquela maldição governamental, quando se ouvia o sinistro realejo das greves políticas e espiárias, sempre estimuladas pela conivência ou pela impunidade, o percentual das emissões foi a quase 100%; graças ao heroísmo governamental, em 1964, o índice de emissões baixou para 53,6%, e, em 1965, situou-se em apenas 16,0%. Ai está o "grão dos fatos" o quem o nega está apenas se arrimando na "palha das palavras".

OPERAÇÕES DE "SWAP"

As operações cambiais que o Governo teve de realizar são exemplificadas pela liquidação de atrasados comerciais, constituição de reservas internacionais e redução das operações de "swap". No que concerne a estas últimas, cabe, também, mencionar a distorção intencional atribuída ao verdadeiro ritmo em que se processam tais transações.

O Governo continua resgatando compromissos assumidos por Governos anteriores. Uma simples observação do saldo das operações de "swap", clarificado nos últimos anos, indica, claramente, o declínio do volume dessas operações, em sua maioria residuais dos anos anteriores. E saiba o Senhor Senador José Ermirio, e saiba a Nação, que, em 31 de dezembro de 1963, quando se iniciou a agonia final do Governo proscrito, o saldo das referidas transações se situava em 364,2 milhões de dólares!

O Sr. José Ermirio — Permite Vossa Exa. um aparte?

O SR. EURICO REZENDE — Continuo, com prazer, ouvindo V. Excelência.

O Sr. José Ermirio — Com relação a "swap", o que eu disse foi bem claro: se o Governo dispõe de 500 milhões de dólares de saldo, disponíveis, lá fora, por quê fazer 112 milhões de dólares de "swap", conforme reza o Relatório de S. Exa. o Sr. Presidente da República? Também porque aumentar, pela Instrução nº 289, para aproximadamente 170 milhões de dólares? Se garantida a volta do dinheiro ao preço por que entra. São, portanto, dois problemas que devem ser estudados pelo Governo. Se pelo artigo 3º da Resolução nº 289, desse dinheiro que entra o Departamento de Câmbio dá o mesmo valor para a volta, é um "swap". Não há diferença alguma! Esta uma das razões por que fiz um requerimento ao Sr. Ministro da Fazenda. Indaguei de S. Exa. se o dispositivo da Instrução nº 289 dá o direito de devolver o dinheiro pelo preço com que entrou no País.

O SR. EURICO REZENDE — Mas, data venia, ainda nesse ponto Vossa Exa. faz crítica estranhável. A política do Governo em relação a "swap" é em direção da sua total liquidação. Saiba V. Exa. que desde fins de 1965 a posição dessas operações entrou em declínio, sendo elas liquidadas à medida em que se venciam. Dentro desse plano, seu saldo atual é bem inferior a 100 milhões de dólares, contra mais de 350 milhões de dólares em dezembro de 1965. Portanto, o que o nobre colega está censurando é precisamente aquilo que é desejável: o declínio das operações de "swaps". No que diz respeito às operações da Instrução 289, labora V. Exa. em equívoco. Não são relacionadas com a posição de "swaps": destinam-se a suprir capital de giro, a curto prazo. O que se procurou fazer e, realmente, se fez, foi captar poupanças externas e diminuir a pressão sobre o mercado interno, por parte de empresas poderosas, necessitadas de capital de giro. Assimale-se que com isso lucrou o empresário nacional, inclusive pela redu-

ção das taxas de juros, alcançada pela medida em apreço. Assim, constata-se que V. Exa. está confundindo as operações de "swaps" com as operações ensejadas pela Instrução 289, baixada pela antiga SUAMOC. Em vários dos seus ângulos, o "swap" era uma operação prejudicial, eis que o Banco do Brasil fazia a aquisição da moeda estrangeira, com a obrigação de readquiri-la, mais tarde, sob o mesmo gravame, sob a mesma taxa da transação inicial. Daí a política do atual Governo de extinguir tais operações, por serem negativas em muitos dos seus aspectos. Pelo mecanismo da Instrução 289, ao se verificar o ingresso de fundos do exterior, o vendedor recebe o certificado de registro do Banco Central, que lhe assegura o direito de recompra dentro do prazo de um ano, à sua opção de quantia igual à ingressada, acrescida dos juros. Não há, em absoluto, como quer fazer crer V. Exa., garantia de taxa nem de fornecimento de câmbio pelo Banco Central, sendo, porém, assegurado ao detentor do certificado efetuar compras a qualquer Banco, inclusive ao Banco do Brasil, onde encontrar melhores condições do mercado à taxa de câmbio do dia. Saiba V. Exa. que a segurança de retorno dos capitais ingressados por via da Instrução 289 é semelhante em tudo à garantia concedida a qualquer outro tipo de empréstimo. Evidentemente, meu ilustre colega, não pode esse tipo de operação ser equiparado ao "swap" como insiste V. Exa. E não pode porque não há fixação ou garantia de taxa de câmbio para retorno, pois que o detentor do certificado poderá fechar o câmbio de retorno em qualquer época, dentro de um ano, nas condições que encontrar no mercado; não comprometer, por parte das autoridades monetárias, de venda ao detentor do certificado; não há simultaneidade, como existe na operação "swap", no fechamento das operações de compra e venda; nas operações de "swap", a contrapartida representada pela venda de câmbio futuro constitui endividamento da autoridade monetária no exterior. No caso da Instrução 289, tal não se dá. V. Exa., no seu aparte, diz que indagou ao Sr. Ministro da Fazenda se o dispositivo da Instrução 289 concede o direito de devolução do dinheiro pelo preço pelo qual se deu o ingresso no País. S. Exa. irá, por certo, responder ao seu pedido de informações. Mas posso de logo, como aliás já esclareci, dizer a V. Exa.: o certificado emitido em virtude da Instrução 289 não garante, em absoluto, ao seu detentor a taxa de câmbio sob a qual se verificou o ingresso para efeito do retorno dos capitais. Permita-me agora V. Exa. que assinalo que o eminente colega foi Ministro, honrado, estudioso, dinâmico, do Governo João Goulart. Daí V. Exa. ter o dever de estar satisfeito com o fato do Governo atual estar liquidando esses pesados compromissos então assumidos.

Quanto a tais operações de "swap", envolverem principalmente firmas estrangeiras, fato julgado estranhável pelo Senador José Ermirio, temos de salientar que são precisamente essas firmas, com filiais no País, que têm disponibilidades em moeda conversível no exterior e facilidades de realizar empréstimos, por contarem, inclusive, com a garantia assegurada por suas matrizes para as operações. Não existe, por via de consequência, qualquer discriminação espontânea a favor de ditas firmas.

O Sr. José Ermirio — Pergunto a V. Exa.: algum brasileiro no País tem condições de fazer um "swap"? As firmas, que não citaremos porque são muitas, que fazem "swap" conseguem juros baratos e, com isso, podem com-

prar mercadorias e exportar. Um brasileiro que queira fazer o mesmo não tem condições, porque os juros internos são elevados. Permita que lhe fale: o maior desgaste interno são os juros elevados, que prejudicam a produção agrícola e industrial. Com juros altos não há quem concorra com firmas do exterior. É preciso, em primeiro lugar, eliminar o "swap". Não temos necessidade dele.

O SR. EURICO REZENDE — Mas, Excelência, estamos eliminando, e eliminando aquilo que não foi inventado pelo Governo atual e, sim, pelos anteriores. As operações de "swap" se encontram em fase de liquidação, devendo se extinguir totalmente quando ocorrerem os últimos vencimentos. Se a pergunta que V. Exa. acaba de formular se refere ao custo das operações de "swap" ao tempo em que eram realizadas, podemos informar que esse custo se situava em torno de trinta por cento ao ano. Já nas operações sob a égide da Instrução 289, o juro é precisamente aquele que fôr pago ao credor no exterior, acrescido do imposto de renda, cifrado em cerca de 33%, ao qual se devem somar ainda custos operacionais. Havendo variação da taxa cambial entre a data do ingresso e a data do retorno, acrescentar-se-á esse quantum. Esclareço ao nobre colega que a criação de cruzeros através da Instrução 289 não se destina, precisamente, à compra de produtos exportáveis, nem pode ser a referida operação vinculada à exportação. Ainda dentro da indagação do seu aparte, posso aduzir que, ao tempo em que eram contratadas operações de "swap", inúmeras firmas nacionais delas se prevaleceram. Finalmente, volto a lembrar a V. Exa. que nem inventou no Brasil as operações de "swap" não foi o Governo atual, que já as encontrou, vindas dos Governos anteriores.

O Sr. José Ermirio — Sim. Mas atualmente foram feitos 112 milhões de dólares de "swap". Portanto, não sei se é continuidade. Infelizmente, o que posso dizer é o seguinte: em vários Estados do Brasil essa situação repercute desfavoravelmente. Já há quem diga que haverá no Ceará, como já houve há poucos dias, até falências elevadas, devido a essa diferença de tratamento dada ao brasileiro e ao estrangeiro. Não sou contra o capital estrangeiro. Porém é preciso que se deem ao brasileiro condições adequadas, se não quisermos vê-lo sucumbir. Essa é a razão por que falei no meu discurso, citando a Carta Econômica Brasileira com relação à emissão. Pelos dados de V. Exa. há apenas uma variação de 7% entre os dados de 695 milhões que V. Exa. citou e os da Carta Econômica Brasileira, que é de 750 milhões de dólares. Se é percentagem, a que citei da referida Carta é bem menor do que a de V. Exa. Estamos aqui para apoiar tudo que vier em prol do nosso País; não somos oposição sistemática; queremos ver o Brasil respeitado e não sendo acusado, como citei, até pelo "The Economist", de Londres, que, referindo-se a nós, declara: "É o fim!" Não posso concordar em que uma revista como essa, de projeção mundial, diga que o Brasil está no fim. Isso me humilha.

O SR. EURICO REZENDE — Os pontos localizados no aparte de V. Exa. já foram por mim examinados e creio que com amplos esclarecimentos. Mas V. Exa. invoca opinião desfavorável à situação brasileira, que teria sido manifestada por uma revista londrina. Se tal opinião foi dada, é lamentável que "The Economist" ignore que o Brasil está se recuperando em todas as frentes do seu trabalho. Será uma voz isolada no panorama da imprensa responsável.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama) (Fazendo soar as campainhas) — Informo ao nobre orador que só dispõe de cinco minutos para concluir seu discurso. O tempo restante está reservado ao nobre Senador Vivaldo Lima, que se inscreveu nos termos do art. 163, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. EURICO REZENDE — A advertência de V. Exa., que acolho, respeitosamente, inspira-me transformá-la em rogativa aos meus prezados colegas, que me honram com os seus apartes, no sentido de se curvarem diante da fatalidade do relógio, e, assim, criarem condições para que eu possa concluir minhas considerações.

CUSTO DE VIDA

Não entraríamos no mérito da discussão, já tão desgastada, de saber por que o índice do Custo de Vida elaborado pelo Departamento Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho acusa um aumento de 60,08%, no ano findo, enquanto o da Fundação Getúlio Vargas alcançou 45,3%, no mesmo ano. Desde que as duas instituições adotam critérios de ponderação e métodos de coleta diferentes, os resultados apresentados teriam de ser diferentes.

O que importa é a tendência expressa pelas percentagens que, numa ou noutra fonte, estão declinando em relação aos anos anteriores, refletindo o acerto da política econômico-financeira que o atual Governo adota.

Bastaria confrontar o aumento de 45,3%, registrado em 1965, com o de 86,6%, em 1964, para evidenciar-se a tendência declinante daquele índice.

O AVIÃO DO IBRA

Afirmou o nobre representante pernambucano, ao criticar os órgãos administrativos da reforma agrária, que o IBRA adquiriu, nos Estados Unidos, da fábrica "Lear" de Wichita, "avião de luxo para seis passageiros pela bagatela de 1.200.000 dólares, que usa tipo especial de combustível e só pode operar em aeroportos de grande porte".

Novamente incorreram em impropriedade e em injusta as acusações do ilustre Senador José Ermirio.

O preço do "Lear Jet" foi de 612.350 mil dólares e não de 1.200.000 dólares.

O Sr. José Ermirio — Um absurdo!

O SR. EURICO REZENDE — Mas a metade daquilo que V. Exa. acusou.

O Sr. José Ermirio — Seiscentos mil ou 1.200.000 mil dólares, um absurdo, de qualquer forma! Foi o que temos: um "Lear Jet", por 1.200.000 dólares. Mas, se o IBRA quer percorrer o Brasil, não há de ser com um "Lear Jet". Não será com avião a jato e sim com aviões menores, para poder descer em qualquer parte do Brasil.

O SR. EURICO REZENDE — Responderei, no desenvolvimento de minhas considerações, a essa parte do pronunciamento de V. Exa.

O preço do "Lear Jet" foi de 612.350 dólares e não de 1.200.000, repito.

Não se trata de avião de luxo e, entre os jatos executivos em tráfego no mundo, é o que oferece menos conforto.

O Sr. José Ermirio — Um País pobre, que nem dinheiro tem para financiar a parte agrícola!

O SR. EURICO REZENDE — Mas permita V. Exa. que continue esclarecendo e refutando.

O "Lear Jet" não usa tipo especial de combustível e opera em qualquer tipo de aeroporto.

Em virtude das necessidades prementes de locomoção, sempre em ca-

ráter de urgência, aos diversos pontos do País (as viagens são normalmente resolvidas à última hora) para atendimento, inclusive de determinações da Presidência da República, julgou o IBRA imprescindível a aquisição de uma aeronave capaz de satisfazer os seus serviços, possibilitando, ainda, o atendimento dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e de outros órgãos federais.

Assim é que, visando à escolha de um avião executivo, cujas características pudessem atender ao serviço, foi levada a efeito uma série de trabalhos preliminares. Os resultados conduziram à aquisição do "Lear Jet", modelo 23, da "Lear Jet Corporation", de Wichita, Kansas, Estados Unidos.

Preliminarmente, realizaram-se pesquisas comparativas quanto à questão de preços e outros detalhes, entre o "Lear Jet" e os demais jatos executivos oferecidos no mercado internacional, que são os seguintes: "Jet Star" (Lockheed); "Mystere" (França); "Sabre Liner" (USA); "Hansa" (Alemanha); "Jet Commander" (USA); "1H.S.125" (Inglaterra) e "Lear Jet", modelo 23 (USA).

Os preços dessas aeronaves situam-se na faixa de 595.000 e 2.000.000 dólares, dependendo do tipo e do equipamento instalado. Da lista ficaram eliminados os três primeiros, em razão do preço acima de 1.000.000 de dólares, e o quarto por não ter sido ainda aprovado pelas autoridades alemãs.

Dessa maneira, realizou-se um estudo comparativo entre os três aparelhos restantes, cujos resultados foram favoráveis ao "Lear Jet".

O "Lear Jet" pode operar em aeroportos de até 1.100 metros de pista, seja ela de asfalto, cimento, cascalho ou grama.

Acrescenta-se, ainda, que a "General Electric Company", fabricante do conjunto propulsor do "Lear Jet", colocará, no Brasil, uma turbina completa, do tipo CJ-810, para ser utilizada em caso de necessidade. Esta turbina será colocada no avião toda vez que um reparo na turbina que equipa a aeronave exigir maior tempo de trabalho do que a simples troca do conjunto total. Assim, a aeronave fará a viagem prevista e, no seu regresso, será recolocada a sua turbina, devidamente reparada. Serão contratados serviços técnicos especializados de eletrônica de uma linha aérea responsável — a "VARIG" ou "Cruzeiro do Sul" — para o pronto atendimento das eventuais panes surgidas.

Temos aí que a aquisição do "Lear Jet" representou uma necessidade para a imensa programação do IBRA e do Ministério do Planejamento, e foi realizada em termos criteriosos, dentro da maior conveniência e nos rígidos limites da moralidade administrativa, uma das características fundamentais do Governo Castelo Branco.

Finalizando, Sr. Presidente, agradeço ao ilustre Senador José Ermírio a oportunidade que abriu à Administração federal de comprovar, mais uma vez, que se outras tantas não bastassem, a probidade dos seus métodos, o acerto de suas medidas, em busca da recuperação integral deste jovem País, vocacionado para o grande futuro, que o aguarda, através do reprodutivo sacrifício da fase transitória que vivemos, o pensamento voltado para Deus, que nos ampara, e para o trabalho fecundo, que nos une e empolga. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

ATO DA MESA

Ato nº 1, de 1966, Da Comissão Diretora do Senado Federal sobre cobrança do imposto de renda

Não há tributos ou cobrança de impostos da União aos seus próprios órgãos ou serviços, aos quais são atribuídos créditos autorizados por lei, para a sua manutenção, e atendimento das funções de cada um deles. (Const. Art. 65-I e VI e 73).

A jurisprudência dominante nos Tribunais do País e o recente Ato do Presidente do Supremo Tribunal Federal (Portaria nº 34; Ofício nº 42-64-P-SA, *Diário da Justiça*, 7 de março de 1966, página 596) afirmam a impossibilidade constitucional de cobrança pela União, de imposto a seus próprios órgãos — Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, que são uma mesma pessoa jurídica de direito interno.

As aquisições feitas pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal são aquisições feitas pela própria União Federal para ela própria, achando-se, pois, sob a imunidade tributária.

Tem o Senado imunidade fiscal, que pode ser invocada *erga omnes* e deve ser respeitada por todos, indistintamente, com apoio e em decorrência dos preceitos constitucionais referidos.

O Diretor-Geral impugnará, de ofício, a inclusão pelos vendedores de quaisquer parcelas ou quantias, de origem fiscal ou tributária, nas faturas de fornecimento de mercadorias e bens de consumo ao Senado Federal.

Publique-se, para conhecimento dos interessados. Cumpra-se.

Brasília, 23 de março de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

Republica-se, por ter saído com incorreções.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 18 DE 1º DE ABRIL DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar Mário Marques da Costa, Oficial da Ata, PL-3, para responder pelo expediente da Diretoria da Ata, durante o impedimento do titular efetivo.

Secretaria do Senado Federal, 1º de abril de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PORTARIA Nº 5-66

O Presidente da Comissão de Sindicância, designada pela Portaria número 17, de 28 de março de 1966, do Exmo. Sr. Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, resolve, na forma do parágrafo 2º, do artigo 223 da Resolução 6-60, designar Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, para desempenhar as funções de Secretária da mesma Comissão.

Brasília, 31 de março de 1966. — Aloisio Barbosa de Souza — Presidente da Comissão de Sindicância.

Carreira de Auxiliar Legislativo, Simbolo PL-7, vaga decorrente da nomeação de Ronaldo Pacheco de Oliveira Oficial Legislativo, PL-6, para outro Cargo

Nome	Carreira	Senado	Serviço Público	Total
Helena Brown Hadjinicolaou — Classe 709	1.562	1.562	1.676	3.238
.....	—	—	—	—
.....	—	—	—	—

Carreira de Auxiliar de Portaria, Simbolo PL-9, vaga decorrente da aposentadoria de José de Freitas, Ajudante de Porteiro, Simbolo PL-7

Nome	Carreira	Senado	Serviço Público	Total
Walter Braga — Classe: 412	1.959	2.001	658	2.659
.....	—	—	—	—
.....	—	—	—	—

Cargo I solado de Auxiliar de Limpeza, para acesso ao Simbolo PL-10, da Carreira de Auxiliar de Portaria, na vaga decorrente da aposentadoria de José Vieira dos Santos Filho, Auxiliar de Portaria, PL-9

Nome	Cargo	Senado	Serviço Público	Total
Aliatir Pinto de Andrade	942	942	1.040	1.982
.....	—	—	—	—
.....	—	—	—	—

Inclua-se:

Nome	Cargo	Senado	Serviço Público	Total
Cláudio Barbosa Leite	375	375	—	375

Republicado por haver saído com incorreções.

Seção Administrativa da Diretoria do Pessoal, em 1º de abril de 1966. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral. — Romeu Arruda, Chefe — Visto: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva, Diretora.

Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida do estudo o parecer sobre o Código Sanitário do Distrito Federal

1.ª REUNIÃO, DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1966

As dezesseis horas do dia vinte e um de março do ano de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, reúne-se a Comissão do Congresso Nacional incumbida do estudo o parecer sobre o Código Sanitário do Distrito Federal, presentes os Senhores Senadores José Cândido, Raul Guberti, Vivaldo Lima, Manoel Villaga, Dylton Costa, Silvestre Péricles, Aurélio Vianna e Pedro Ludovico e os Senhores Dep. Luiz Bronzeado, José Humberto, Leão Sampaio, Aguilhaldo Costa e Régis Pacheco.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Sigefredo Pacheco, José Feliciano e Oscar Passos e os Senhores Deputados Philadelpho Garcia, Magalhães Mello, Elias Carmo, Miguel Marcondes, Breno da Silveira e Mário Maia.

ATAS DAS COMISSÕES

De acordo com o que preceitua o parágrafo 3.º do artigo 81, do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado de conformidade com o artigo 83 do Regimento Comum, assume a presidência o Senhor Senador Pedro Ludovico, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente anuncia que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Pedro Ludovico convida, para funcionarem como escrutinadores, os Senhores Senador Raul Guberti e Deputado Régis Pacheco.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador Silvestre Péricles — 11 votos.

Senador Raul Guberti — 1 voto.
Senador Pedro Ludovico — 1 voto.

Para Vice-Presidente

Deputado Luiz Bronzeado — 11 votos.

Deputado José Humberto — 1 voto.
Em Branco — 1 voto.

São declarados eleitos e empossados, respectivamente, Presidente o Vice-

Presidente, o Senhor Senador Silvestre Péricles e o Deputado Luiz Bronzeado.

Assumindo a presidência, o Senhor Senador Silvestre Péricles agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e, designa, para relatar o Projeto na Câmara dos Deputados o Senhor Deputado Leão Sampaio e, no Senado Federal, o Senhor Senador Manoel Villaga.

A seguir, os Senhores Senador Manoel Villaga e Deputado Leão Sampaio agradecem a indicação de seus nomes para Relatores da matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Auxiliar de Secretaria do Senado Federal e Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

3.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1966

As quinze e trinta horas do dia vinte e dois de março de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das

Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Jefferson de Aguiar, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Benedito Neto, José Guilomard e José Ermírio.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Antonio Carlos, Gay da Fonseca, Ricardo Rezende e Lino de Mattos.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Wilson Gonçalves que emite parecer pela aprovação, com uma emenda no Projeto de Lei da Câmara n.º 17 de 1966, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Sem discussão, é aprovado o parecer.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.